

GEPDESP
1969/70 - 1973/74

NAS ORIGENS DO ASSOCIATIVISMO DOCENTE
PÓS-REVOLUÇÃO DE ABRIL

MEMÓRIAS

Coordenação
A. Reis Monteiro



Índice

Apresentação

6

1

GEPDESP

História Breve

A. Reis Monteiro
António Teodoro

7

- 1.1 Origens (1969/70)
7
 - 1.2 Impulso da ‘Reforma Veiga Simão’ (1970/71)
9
 - 1.3 Expansão (1971/72–1972/73)
15
 - 1.4 ... e floresceu o “jardim de Abril” (Sophia M. B. Andresen) (1973/74)
20
 - 1.5 Revista *O Professor*
22
- Concluindo
25

2

MEMÓRIAS

27

- 2.1 Agostinho Lopes
28
- 2.2 Agostinho dos Reis Monteiro
34
- 2.3 Ana Maria Malheiro do Vale, Elsa Oliveira, Maria Manuel Calvet Ricardo
38
- 2.4 António Teodoro
41

2.5	Arlindo Mota	43
2.6	Cabral Pinto	46
2.7	Helena Pato	48
2.8	Isabel Barca	52
2.9	Isabel Santos Simões	54
2.10	José Aranda da Silva	55
2.11	José Augusto Nozes Pires	56
2.12	Manuela Jorge	58
2.13	Manuela Silva	60
2.14	Paulo Sucena	63
2.15	Ruth Rodrigues	65

3

In Memoriam

Membros e simpatizantes dos GEPDESP que já não estão entre nós

67

4

Anexos

68

A1	Cronologia breve	69
A2	Quase 1 500 nomes de pessoas que subscreveram abaixo-assinados e outros documentos dos GEPDESP	74

- A3 Reproduções de alguns documentos da história dos GEPDESP
82
- A3.1 Circular sobre a reunião de 27 de Maio de 1970 na EP Francisco de Arruda
83
- A3.2 “Comunicação nº 1” sobre a primeira reunião dos “Grupos de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios do País”, 6 de Março de 1971
85
- A3.3 Documento com “Pontos prioritários e urgentes” entregue no Ministério da Educação Nacional a 14 de Maio de 1971
87
- A3.4 Capa do Caderno 1 de *O Professor*, Julho de 1971
88
- A3.5 “Comunicação nº 12” dos “Grupos de Estudo dos Professores do Ensino Secundário”, 21 de Julho de 1971
89
- A3.6 Anúncios publicados nos jornais por professoras e professores, em Agosto de 1971, pedindo emprego para os meses de Agosto e Setembro
91
- A3.7 Abaixo-assinado dirigido ao Ministro da Educação, em fins do ano lectivo de 1971/72, reivindicando atribuição de vencimentos nos doze meses do ano, com cerca de 2 000 assinaturas (apenas algumas aqui reproduzidas)
92
- A3.8 Comunicado dos “Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário” contra a demissão compulsiva de doze funcionários, Fevereiro de 1973
98
- A3.9 Conclusões de duas Teses enviadas por membros e simpatizantes do Grupo de Estudo do Norte ao III Congresso da Oposição Democrática, Aveiro, 4-8 de Abril de 1973
99
- A3.10 Abaixo-assinado enviado ao Ministro da Educação, a 28 de Abril de 1973, subscrito por cerca de 3 500 professoras e professores, exigindo a revisão dos vencimentos
101
- A3.11 Capa do primeiro número da revista *O Professor* (legalizada), Outubro de 1973
102
- A3.12 Ofício-circular 183/74, de 12 de Fevereiro de 1974, dando conhecimento do Despacho 9/74 do Secretário de Estado da Instrução e Cultura em que se equiparava os Grupos de Estudo às “associações secretas”
103

- A3.13 Ofício-circular 182/74 (Confidencial), de 13 de Fevereiro de 1974, solicitando aos Directores e Reitores informação sobre docentes com funções de Direcção na revista *O Professor*
108
- A3.14 Artigo para a revista *O Professor* riscado pelo “Exame Prévio”, 18 de Fevereiro de 1974
109
- A3.15 Exposição dos Grupos de Estudo dirigida ao Senhor Ministro da Educação Nacional a 27 de Fevereiro de 1974, reclamando a revogação do Despacho 9/74 e o direito de associação
110
- A3.16 Última intervenção pública dos Grupos de Estudo, durante uma homenagem nacional a Óscar Lopes a 21 de Abril de 1974
114
- A3.17 Último Comunicado dos Grupos de Estudo, 28 de Abril de 1974
116
- A3.18 Notícia da Assembleia Magna no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, a 2 de Maio, com a participação de cerca de 4 000 professoras e professores, em que foi decidida a criação do inicialmente denominado Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa e Zona Sul
117
- A3.19 Notícia da Assembleia Magna no Palácio de Cristal, no Porto, a 11 de Maio, presidida por Óscar Lopes, com a participação de cerca de 5 000 professoras e professores, que ratificou as decisões da reunião de 29-30 de Abril em que fora decidida a criação do inicialmente denominado Sindicato dos Professores do Norte
118
- A3.20 Capa do primeiro número da revista *O Professor* depois do 25 de Abril, 4/5, Outubro de 1974
119

Apresentação

Este documento é um contributo para as comemorações do Cinquentenário da Revolução de Abril de 1974 e para a História da Educação em Portugal. Tem o seguinte conteúdo:

- Começa com uma história breve dos *Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório* (GEPDESP), entre 1969/70 e 1973/74.
- Porque a história tem, além da sua dimensão colectiva e institucional, uma dimensão biográfica, pessoal, as *Memórias* dão nome e voz a alguns dos protagonistas dos GEPDESP, «movimento de jovens e aguerridos professores» e professoras (Rui Grácio) cujas acções não foram propriamente heróicas, mas tiveram os seus riscos e alguns custos para quem nelas participou. Sendo testemunhos de acções colectivas acontecidas há mais de meio século, é inevitável a ocorrência de redundâncias e até de discrepâncias irrelevantes. Foi dada uma indicação quanto à extensão dos textos, que poderiam ser numerosos, mas houve flexibilidade para ter em conta que quem participou mais intensamente nos *Grupos de Estudo* poderá ter mais que contar. Foram respeitadas as opções gráficas dos seus autores e autoras (relativas, designadamente, ao antes ou pós-Acordo Ortográfico), mas houve alguma harmonização formal (além da correcção de lapsos de escrita).
- Os membros e simpatizantes dos *Grupos de Estudo* que sabemos já não estar entre nós não foram esquecidos *In Memoriam*.
- Os Anexos incluem:
 - uma cronologia breve;
 - uma lista de quase 1 500 nomes de pessoas que subscreveram abaixo-assinados e outros documentos dos GEPDESP;
 - reproduções de alguns documentos da história dos GEPDESP.

GEPDESP

História Breve

A. Reis Monteiro

António Teodoro

As fontes principais desta história dos GEPDESP são três publicações que lhe foram dedicadas:

- A primeira, limitada à documentação então disponível na sede da revista *O Professor*, publicada em *Educação, Acto Político* (A. Reis Monteiro, Edições O Professor, 1975).
- “O Congresso do Ensino Liceal e os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário: Uma alternativa sob o caetanismo” (Rui Grácio, 1983, *Análise Social*, Vol. XIX, 757-791)¹.
- “Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário, 1969-1974 – As Raízes do Sindicalismo Docente” – Tese de Doutoramento apresentada por Maria Manuel Branco Calvet de Magalhães Gomes Ricardo na Universidade Lusófona, com orientação de António Teodoro (Edições Universitárias Lusófonas, 2016)².

1.1 Origens (1969/70)

As origens dos *Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório* (GEPDESP)³ estão descritas na “Comunicação N°4” do “Grupo de Estudo de Professores

¹ Rui Grácio enviou a um de nós (A. Reis Monteiro), em Outubro de 1981, uma versão dactilografada deste ensaio «com o pedido de comentário crítico». Tinha prefaciado o meu livro *Educação e Constituição de Abril* (Livros Horizonte, 1977), com origem num colóquio em que ambos tínhamos estado na Faculdade de Engenharia do Porto, em 1976. A última da numerosa correspondência que recebi de Rui Grácio entre 1976 e 1990, datada de 28 de Fevereiro de 1990, fazia referência ao António Teodoro e ao Costa Carvalho, de quem eu lhe falara. Deixaria de estar entre nós um ano depois, a 30 de Março de 1991. Quando foi conhecida a gravidade da sua doença, o *Diário de Notícias* dedicou-lhe duas páginas de textos de homenagem, a 3 de Fevereiro. O semanário *Expresso* de 6 de Abril dedicou-lhe uma página com um desenho-retrato de Júlio Pomar, um texto seu inédito e textos de Mário Soares, Salgado Zenha e Octávio Pato. A revista *O Professor*, então dirigida por Rogério Fernandes, também o homenageou.

² A elaboração deste documento contou com a amável colaboração documental de Anabela Roque, Centro de Documentação da Fenprof.

³ Inicialmente *Grupos de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios* (GEPEP) e, depois, *Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário* (GEPDES).

Os professores eventuais dos liceus e os professores provisórios do ensino técnico-profissional e do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário (CPES) eram nomeados por dez meses, no máximo, e portanto sem direito a remuneração nas férias nem garantia de recondução no ano lectivo seguinte, situação de precariedade que incluía outras privações. A sua necessidade resultara da «explosão escolar», como se lia no Decreto-Lei 540/71, de 4 de Dezembro, que regularizava a sua nomeação, com origem na criação do CPES, em 1967, unificando o

Provisórios e Eventuais” de Lisboa, com data de 25 de Fevereiro de 1971. A reprodução textual que se segue é extensa, mas justifica-se:

1. No passado ano lectivo, 1969-70, correram pelas Escolas do país 2 abaixo-assinados dos prof. eventuais e provisórios, solicitando do Ministério da Educação Nacional que tomasse providências no sentido de serem remuneradas as férias, como era justo e já se praticava no sector privado e até no ensino primário e técnico profissional oficial.

A Lisboa também chegou tal movimento. O 1º abaixo-assinado foi enviado ao M.E.N. pelo correio, nalguns casos com aviso de recepção. Mas quando surgiu o 2º texto de abaixo-assinado (vindo de Coimbra, do liceu D. João III) um conjunto de professores eventuais e provisórios decidiu constituir-se em comissão, promover a recolha de assinaturas nas escolas da Capital e arredores e incumbir-se a si própria de entregar os mesmos abaixo-assinados, pessoalmente, ao Ministro, exigindo-lhe resposta. Para esse efeito elaborou uma circular e organizou a sua distribuição pelas escolas. Nela se dava conta da necessidade de os colegas de cada estabelecimento de ensino elegerem um delegado, o qual recolheria as assinaturas e ficava encarregado de comparecer com o abaixo-assinado numa reunião a realizar, com todos os delegados de Lisboa e arredores, na Escola Preparatória Francisco Arruda.

Tal reunião realizou-se, de facto, no mês de Maio [dia 27] e nela a comissão promotora foi eleita, alargada e incumbida de «entregar pessoalmente os abaixo-assinados ao Sr. Ministro e continuar as diligências até à solução do problema dos vencimentos nas férias».

Com cerca de 480 assinaturas a comissão dirigiu-se ao Ministério.

Apenas conseguiu avistar-se com o 1º secretário, a quem entregou os abaixo-assinados [...]. A notícia desta diligência foi publicada no jornal “A Capital” do mesmo dia.

2. Em Novembro de 1970 a mesma comissão convocou nova reunião para o dia 23. [...] A mesma comissão foi então encarregada de elaborar uma exposição, com base nas sugestões colhidas na sessão de 23, e de a entregar em mão do Sr. Ministro Veiga Simão, no início de Dezembro. Além disso deveria promover a realização de uma mesa-redonda, a publicar no “Diário de Lisboa”, sobre a situação precária dos prof. eventuais e provisórios. [...]

3. No dia 5 de Dezembro de 1970 é entregue ao chefe de Gabinete do Ministro a exposição elaborada e subscrita pelos membros da comissão, designada então “Grupo de Estudo dos Prof. Eventuais e Provisórios de Lisboa”. No dia 10 desse mês o mesmo “grupo de estudo” encontra-se com 1 dos secretários do Ministério, pedindo audiência e referindo quanto era urgente ser recebido o mais depressa possível.

4. ... Redige simultaneamente uma circular, que dirige a todos os colegas do país cuja direcção já possuía, na qual noticia as decisões da reunião de 23 de Novembro de 1970, anuncia a publicação da mesa-redonda no dia 29/1/71, no “Diário de Lisboa”, faz convocação para nova reunião na mesma escola F. A. para o dia 5 de Fev. e se junta um exemplar da exposição já entregue no M.E.N.

5. No dia 29/1/71 a mesa-redonda é efectivamente publicada no suplemento do “Diário de Lisboa”, embora censurada. No seguimento dela vários Parlamentares intervieram na A. Nacional, nomeadamente o Deputado Agostinho Cardoso [sobre a «situação de desigualdade dos professores eventuais de nível secundário», a 2 de Fevereiro, noticiada no Diário de Notícias].

6. Em 2 de Fev. o “Grupo de Estudo” recebe convocação do Ministério para ser recebido em audiência no dia 4 subsequente, pelas 16,30. [...]

O Sr. Ministro começou por fazer a seguinte pergunta: “É por causa dos vencimentos nas férias, não é?”

Era. Mas era só o começo...

Como consta numa circular enviada às escolas, com data de 2 de Junho de 1970 (v. A3.1), na reunião de 27 de Maio estavam presentes representantes dos Liceus D. João de Castro, Rainha D. Amélia e Passos Manuel, e das Escolas Preparatórias Pedro de Santarém, Manuel da Maia, Marquesa da Alorna, Eugénio dos Santos, Paula Vicente e Francisco Arruda. Foi enviado um «Texto único para o abaixo-assinado» para ser utilizado pelas escolas que ainda não tivessem enviado o 2º abaixo-assinado. A minuta fazia referência à intervenção de um

1º Ciclo do Ensino Liceal e o Ciclo Preparatório do Ensino Técnico, na sequência da extensão para seis anos da escolaridade obrigatória (Decreto-Lei 47 480, de 2 de Janeiro).

Deputado na Assembleia Nacional (Oliveira Ramos) e a um artigo publicado no jornal *Comércio do Porto*, a 9 de Maio, por Manuela Sepúlveda que citava um documento da UNESCO, provavelmente a sua Recomendação de 1966 (v. à frente).

De acordo com a “Comunicação” acima reproduzida, na reunião de 23 de Novembro, em que participaram cerca de 140 professoras e professores da Grande Lisboa, foi aprovado um “Projecto de Estatuto do Pessoal Docente Eventual e Provisório”, que deveria ser apresentado ao Ministério da Educação Nacional (MEN) antes da aprovação do Orçamento Geral do Estado. Foram também tomadas decisões sobre a organização do movimento: criação de «comissões provinciais (Comissão do Distrito de Lisboa e arredores, Comissão Sul do Tejo, Comissão do Centro e do Norte)».

1.2 Impulso da ‘Reforma Veiga Simão’ (1970/71)

A 6 de Janeiro de 1971, o Ministro Veiga Simão apresentou o seu Projecto de Reforma do Sistema Educativo (Proposta de Lei 25/X/1973), convidando a um debate público. O debate seria, no entanto, controlado pela Censura, Governadores Civis, tendo encontrado resistências também da parte de Reitores e Directores de estabelecimentos escolares, e até de órgãos centrais do MEN. Eram as contradições de um regime autoritário que procurava sobreviver.

Na audiência de 4 de Fevereiro com cinco delegados dos *Grupos de Estudo* (GE), o Ministro disse que estava «vivamente empenhado em que se resolva, já neste ano lectivo, o problema dos vencimentos de Agosto e Setembro. De qualquer maneira só seriam beneficiados os professores que possuam habilitação própria». E queria também acabar «com a anarquia e desordem» das nomeações. Informou que fora criada uma comissão para elaborar o “Estatuto do Professor”, com instruções para que, já nesse ano, se ocupasse do problema das reconduções. Quando lhe foi observado que no Projecto de Reforma não era contemplada «a situação dos professores eventuais e provisórios, que neste momento constituem 81,1% do pessoal docente do ensino secundário», respondeu que «o projecto não se poderia ocupar dessa questão particular», que ficaria para mais tarde. E quando lhe foi sugerida a participação dos professores eventuais e provisórios, por «direito próprio», na decisão de questões relativas à vida escolar e à profissão docente, ficou surpreendido por não estarem representados nos Conselhos Escolares. Já no fim da audiência, quando interpelado sobre se os professores e professoras podiam continuar a reunir-se e a debater os problemas da educação e da profissão, respondeu categoricamente: «Podem e devem. O ensino e a educação nacional só terão a beneficiar com isso.»

No dia seguinte (5 de Fevereiro), realizou-se a anunciada reunião na Escola Preparatória (EP) Francisco Arruda, com cerca de 90 participantes, incluindo o seu Director (Calvet de Magalhães, grande personalidade e singular amigo dos GE). Estavam presentes, pela primeira vez, professores e professoras vindos de outras regiões: Vila Franca de Xira, Torres Vedras, Évora e Estremoz. Várias escolas do país enviaram telegramas de apoio. Após informações sobre o trabalho já realizado, foi decidido prosseguir a organização nacional do movimento: estruturação das organizações regionais, criação de comissões (de coordenação, de imprensa, de arquivo, do ‘livro negro’), de grupos de trabalho (legislação, nomeações e reconduções, contratos de provimento, vencimentos, classificações, estágios, efectivação, participação escolar, assistência ao pessoal docente), realização de estudos e elaboração de propostas. Os seis participantes vindos de Évora e Estremoz constituíram-se em Comissão do Sul.

Começaram as inscrições para as comissões e grupos de trabalho. A lista de contactos foi ampliada. Fez-se uma recolha de fundos para as despesas.

No dia 8 do mesmo mês, numa reunião do GE Lisboa com a presença de 15 professores e professoras, foi decidido que se reuniriam quinzenalmente, no mesmo local, no mesmo dia da semana e à mesma hora. A Comissão Coordenadora foi alargada a todos os membros das Comissões de Acção e dos Grupos de Trabalho. Foi criado um Secretariado, que convocou nova reunião para o dia 15, na EP Francisco de Arruda, para a qual foram convidados os delegados e delegadas da região de Lisboa. Compareceram cerca de 40, estando presente também Calvet de Magalhães. Os Grupos de Trabalho foram alargados. Definidas orientações e métodos, cada Grupo comprometeu-se a entregar à Comissão Coordenadora o seu plano até ao dia 26.

Entretanto, no Porto, nascia o *Grupo de Estudo do Norte*, que começou a reunir regularmente a partir de Janeiro. No Centro, nasceram também, em princípios de 1971, GE em Coimbra e Leiria.

A primeira “Reunião dos Grupos de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios do País” teve lugar a 6 de Março de 1971, em Coimbra, com a participação de representantes dos GE de Coimbra, Porto, Lisboa e Évora (v. A3.2). Calvet de Magalhães esteve presente, como convidado. Conforme a sua “Comunicação Nº 1” (v. A3.2), foi debatida a posição a tomar relativamente ao VI Congresso do Ensino Liceal que teria lugar em Aveiro de 14 a 17 de Abril (o primeiro fora em 1927, o V em 1931), inspirado e enquadrado pelo Ministro da Educação. A posição seria esta: solicitar a inscrição dos GE no Congresso, sem formalidades onerosas, e dirigir à Mesa um abaixo-assinado, aberto a todos os professores e professoras, chamando a atenção dos congressistas para a situação dos professores eventuais e provisórios. Foi elaborado um breve inquérito de consulta aos docentes nessa situação sobre soluções para os seus problemas e considerada a necessidade de «estimular a constituição de novos grupos de estudo noutras zonas do país». De acordo com a Comunicação: «Por último, considerou-se de extrema importância e urgência que sejam feitas diligências em ordem a fazer surgir quanto antes uma associação de professores, capaz de representar eficazmente todas as categorias do pessoal docente.»

O GE do Norte publicou o seu primeiro Comunicado a 10 de Março de 1971. Informava:

... retomando o movimento, já iniciado há bastante tempo em alguns estabelecimentos de ensino, e impulsionados pelo exemplo dos professores provisórios de Lisboa, um grupo de professores do Norte reconheceu a necessidade de analisar os problemas desta categoria docente e de participar também no processo de discussão em curso. O primeiro balanço da situação geral do ensino levou-o imediatamente à constatação de um problema central: a degradação social, pedagógica e económica da classe dos professores, agentes essenciais de qualquer possível reforma. A explicação para este facto envolve múltiplos aspectos. Contudo, existe um que não deixa de possuir relevância: o ostracismo e passividade em que caíram os professores perante a sua própria profissão.

Era anunciada uma reunião geral dos professores e professoras do Norte, convidando todos a prepará-la através de reuniões nos seus locais de trabalho. Informava-se também que haveria reuniões todas as quartas-feiras, às 21H30, na EP Pêro Vaz de Caminha.

A reunião geral teve lugar no Liceu Garcia de Orta, a 29 de Março, com cerca de 300 participantes, incluindo muitos docentes efectivos e estagiários. Foi apresentado e aprovado um amplo caderno reivindicativo para ser enviado ao MEN. Incluía propostas sobre nomeações, contratos e participação na gestão escolar. Segundo uma delas, deveria ser o Conselho Escolar a escolher o Director ou Reitor. Entre as «medidas de carácter urgente» estavam o «pagamento nas férias do ano lectivo de 1970/71 a todos os professores», a que as escolas particulares já estavam obrigadas, assim como a «criação de associações de

professores que representem e defendam eficazmente os interesses de todas as categorias do pessoal docente». Foi também aprovada e assinada pelos participantes uma petição ao Ministro advogando «a criação duma Associação dos Professores do Norte de Portugal» e autorização para a constituição de uma comissão organizadora.

A 2 de Abril, realizou-se na EP Francisco de Arruda nova reunião, com a presença de representantes dos GE de Évora, Faro e Norte, bem como dois convidados: Calvet de Magalhães e Salvado Sampaio. Foram debatidas e aprovadas propostas que uma Comissão Nacional apresentaria ao Ministro, juntamente com as aprovadas na reunião geral dos professores do Norte.

Dando seguimento à deliberação da reunião nacional de Coimbra, a 6 de Março, foi solicitada ao Presidente da Comissão Executiva do VI Congresso do Ensino Liceal a inscrição de membros dos GE. A resposta chegou a 20 de Março: os membros dos GE só poderiam inscrever-se como “congressistas não participantes” e a inscrição custaria individualmente 200 escudos. Alguns membros dos GE apresentaram comunicações individuais.

O Congresso reuniu cerca de 800 participantes. A expressão “democratização do ensino” foi utilizada treze vezes nas 56 comunicações e duas nas conclusões, geralmente como sinónimo de generalização do ensino. Se numa delas se considerava a democratização do ensino «o verdadeiro rosto da própria democracia», noutra afirmava-se que a «louvável democratização educativa» é a causa da «tão aterradora situação» que é «a cada vez menor exigência que se nota no nosso ensino»...

No primeiro dia do Congresso, foi dirigido à Mesa um abaixo-assinado de «professores eventuais e provisórios constituindo 81,1% do corpo docente do ensino secundário», com cerca de 2 200 assinaturas, solicitando «que as questões atinentes à situação dos professores eventuais e provisórios sejam convenientemente analisadas, tendo em conta as seguintes aspirações dessa categoria de professores», entre as quais as seguintes:

- a) Novas condições de nomeação e recondução.
- b) Contrato de provimento por 3 anos, que inclua remuneração nas férias.
- ...
- f) Participação nas estruturas que decidem da vida escolar.
- g) Criação de uma associação de professores capaz de representar e defender os interesses de todas as categorias do pessoal docente.

Foram também entregues propostas aprovadas nas reuniões do Porto e Lisboa, «como contribuição para os trabalhos do Congresso».

Só quase no fim, e depois de um protesto dirigido à Mesa, é que um elemento da Comissão Executiva veio explicar que o Congresso não tinha que tomar conhecimento de propostas aprovadas noutros “congressos”... Não obstante, as Conclusões do Congresso de Aveiro incluíam o seguinte:

- 6.2.2 Que aos professores eventuais com boa classificação de serviço e habilitações suficientes para o ingresso no estágio seja assegurado o vencimento durante as férias grandes.
- ...
- 6.6.1 Que seja publicada legislação permissiva da reorganização da vida associativa dos professores.

A concluir, era proposta a realização do VII Congresso, dois anos depois, no Porto, Liceu D. Manuel II. Chegou a estar programado para o primeiro semestre de 1974, agora denominado “Congresso do Ensino Secundário”.

Discursando no encerramento do Congresso, o Ministro da Educação anunciou, designadamente, que «os professores eventuais com boa classificação de serviço e habilitações suficientes para o ingresso no estágio» iriam ter «direito a ganhar nas férias», e que o problema da sua colocação seria resolvido. No seguimento deste discurso, estabelecimentos escolares de todo o país enviaram ao Ministro telegramas reclamando «ser de elementar justiça pagamento férias todos professores em exercício».

A 25 de Abril, realizou-se em Tomar uma reunião nacional com a presença de 44 delegados dos GE, provenientes de escolas de várias regiões do país. Foi discutida e aprovada uma ampla “Proposta para a Reforma do Estatuto do Pessoal Docente Eventual e Provisório”, que reflectia, nomeadamente, as conclusões aprovadas na reunião do Garcia de Orta (29 de Março) e na reunião da Francisco de Arruda (2 de Abril). Seria objecto de uma consulta às escolas, antes de ser apresentada ao MEN.

No dia 30 de Abril, um Comunicado do “Grupo de Estudo de Professores Provisórios e Eventuais de todo o País (Aberto a Todas as Categorias do Pessoal Docente)” fazia «um balanço de todos os esforços feitos no sentido de estudar e propor novas formas e condições de exercer a sua actividade docente contribuindo, do mesmo passo, para a melhoria do Ensino em Portugal». Nele se lia (recapitulando):

2. Depois dos abaixo-assinados que percorreram o País de lés-a-lés solicitando a equiparação dos 3 ramos de ensino, para efeitos de vencimentos, e a remuneração das férias para o pessoal do serviço eventual, várias assembleias de professores discutiram e aprovaram propostas mais completas sobre alterações à situação actual do pessoal docente secundário. Foi no seguimento destes esforços que o “Grupo de estudo de professores eventuais e provisórios de Lisboa” apresentou ao M.E.N. em 5 de Dezembro de 1970 uma Exposição na qual se dava conta da situação alarmante do ensino em Portugal, e se propunham vários pontos de reforma do Estatuto do pessoal docente provisório e eventual. Ao mesmo tempo promoveu-se a realização de uma mesa-redonda publicada no Diário de Lisboa de 29 de Janeiro de 1971, sobre a situação do pessoal docente eventual e se enviou circulares a todas as escolas do País, acompanhadas do texto da Exposição entregue no Ministério e convidando todos os colegas a participar nos debates pela presença em reuniões que se marcavam ou pelas sugestões e críticas que enviassem.
3. Recebido finalmente por S. Ex.cia o Sr. Ministro da Educação Nacional a 4 de Fevereiro, foi esse Grupo convidado a prosseguir nos trabalhos que em boa hora tinha encetado [...]. Foi por isso que outros grupos de estudo se constituíram em vários pontos do País [...].
4. Depois de uma reunião em Coimbra, em 6 de Março, com os delegados de todos os grupos já então constituídos, estando presente o Prof. Calvet de Magalhães, outros mais se constituíram. Nessa mesma reunião se decidiu enviar abaixo-assinado ao Congresso do Ensino Lical [...] e aproveitar a mesma oportunidade para sujeitar à apreciação do mesmo Congresso os estudos e propostas já então elaboradas.

De seguida, o Comunicado mencionava a reunião no Garcia de Orta (6 de Março), a reunião na Francisco de Arruda (2 de Abril) e a reunião em Tomar (25 de Abril) de «delegados de todos os grupos constituído no País», onde «se elaborou uma exposição única, síntese de todas as propostas elaboradas e aprovadas até então», acrescida de «medidas de carácter urgente e inadiável». Pediu-se aos delegados ou outros docentes que convocassem reuniões nas suas escolas para discussão da exposição única, que «foi enviada para todos os Liceus, Escolas Comerciais e Industriais e Escolas do Ciclo Preparatório de Portugal». As conclusões dos debates deveriam ser enviadas até 6 de Maio, pois no dia 9 haveria nova reunião nacional «para redacção do texto definitivo a entregar ao Ministro».

No dia 5 de Maio, o MEN comunicou ao GE do Norte o fim da autorização das reuniões na EP Pêro Vaz de Caminha (iniciadas em Março), alegando que tinha terminado o prazo de discussão do Projecto de Reforma do Ensino. Começou imediatamente a circular um abaixo-

assinado pedindo «a V. Ex^a que se digne conceder ao Grupo de Estudo autorização oficial para reunir normalmente num estabelecimento de ensino da cidade do Porto»⁴.

A 9 de Maio, teve lugar novamente em Tomar (Escola Industrial e Comercial) uma reunião nacional com dois temas na agenda: exposição a entregar ao Ministro e proibição das reuniões. Dadas as dificuldades encontradas nas escolas para a discussão da Proposta de Reforma do Estatuto do Pessoal Docente Eventual e Provisório, foi prolongado o prazo até 29 desse mês. Foi também decidido enviar ao MEN uma Exposição com “Pontos prioritários e urgentes” aprovados em reuniões realizadas em vários pontos do país, com um pedido de audiência. Decidiu-se também enviar um abaixo-assinado ao Ministro e iniciar um movimento de solidariedade com uma colega da Escola Industrial D. Luísa de Gusmão que, como noticiara o *Diário de Lisboa* de 5 de Maio, fora despedida por ter excedido o limite de faltas durante a gravidez e o parto, encontrando-se numa situação económica precária. Apelou-se também à recolha de fundos para cobrir as crescentes despesas do movimento.

O documento com os “Pontos prioritários e urgentes” (v. A3.3) foi entregue no MEN por uma delegação dos GE de Lisboa, a 14 de Maio, com pedido de resposta não posterior a 31 de Maio.

Ainda no decurso do mês de Maio, o GE de Lisboa tomou a iniciativa de traduzir e difundir a *Recomendação sobre o estatuto do pessoal docente* adoptada por uma Conferência Intergovernamental Especial convocada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) a 5 de Outubro de 1966, em Paris. Esta Recomendação (que terá sido citada uma única vez no Congresso do Ensino Liceal) seria repetidamente e extensamente invocada nos documentos dos GE. Era ainda amplamente reproduzida no primeiro Boletim Sindical do Sindicato dos Professores – Zona Norte⁵.

Apesar dos obstáculos encontrados para discutir o mencionado Projecto de Reforma do Estatuto, 86 escolas (Preparatórias, Técnicas e Liceus) fizeram-no e enviaram as suas conclusões. Para incluir os seus contributos no Projecto, foi programada uma reunião numa escola de Tomar. Não foi autorizada.

⁴ As reuniões passaram para a Cooperativa Ludus, num rés-do-chão ao lado Café Convívio (que ainda existe, perto do Mercado do Bom Sucesso), que era o lugar de encontro semanal, à quinta-feira, 21H30.

⁵ Portugal não participou nesta Conferência e a sua política colonial levou a Conferência Geral da UNESCO a convidá-lo a retirar-se da Organização (de que era membro desde 1965). Suspenso da participação nas suas actividades, em Junho de 1971, decidiu retirar-se da UNESCO a partir de 1 de Janeiro de 1973. Reintegrou-se a 11 de Setembro de 1974, tendo participado na 18ª Sessão da Conferência Geral com uma Delegação chefiada pelo Ministro da Educação do II Governo Provisório (Vitorino Magalhães Godinho).

Segundo Rui Grácio, uma tradução portuguesa da Recomendação foi publicada na *Gazeta de Matemática* (Ano XXXII, 121-124, Janeiro-Dezembro, 1971), e reproduzida na *Média-Pedagogia Moderna* (Ano II, 11-12, Março/Abril, 1973), ambas com algumas omissões e lapsos que procurou suprir na versão que publicou como anexo no seu livro *Os Professores e a Reforma do Ensino* (1973).

Rui Grácio cita-a como *Recomendação acerca da condição do Pessoal Docente*. Na tradução portuguesa que consta na base documental da UNESCO, o título é *Recomendação sobre o estatuto do pessoal docente*, reflectindo o título da versão inglesa (... *concerning the Status of Teachers*), mas as versões francesa e espanhola divergem: ... *concernant la condition du personnel enseignant* e ... *relativa a la Situación del Personal Docente*, respectivamente.

A aplicação desta Recomendação é supervisionada por um Comité Misto OIT/UNESCO, através de consultas regulares aos Estados Membros, podendo também receber queixas das organizações sindicais.

Por sugestão de Rogério Fernandes, um de nós (A. Reis Monteiro) apresentou no I Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, realizado na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 23-26 de Janeiro de 1996, uma comunicação intitulada “As lutas dos professores portugueses, em princípios dos anos 70, e a *Recomendação sobre o estatuto do pessoal docente*”.

A 3 de Junho, seis representantes dos GE entregaram ao Secretário do Ministro da Educação um abaixo-assinado com 676 assinaturas reclamando autorização para a continuação das reuniões na EP Pêro Vaz de Caminha. O Senhor Secretário comprometeu-se a informar-se sobre os motivos da proibição e a dar uma resposta.

A 8 de Junho, durante um colóquio realizado na Escola Industrial e Comercial de Setúbal, o Ministro afirmou que não havia nenhuma proibição de reuniões nas escolas, exortando os professores e professoras a reunir-se mesmo durante as férias, e até sugeriu temas para discussão. Disse também que receberia os representantes dos GE logo que lhe fosse possível. Afirmou que os professores e professoras com habilitações não deveriam ser considerados provisórios e que seriam organizados cursos de férias, com bolsas de estudo, para quem não tivesse habilitação completa.

A 25 de Junho, uma delegação de 12 representantes dos GE foi recebida pelo Ministro. Não estavam representados todos os GE, designadamente os do Porto e de Coimbra, porque a audiência fora comunicada na véspera. Foi uma audiência de «cerca de hora e meia, e que S. Ex.^a sabiamente orientou em clima de simpatia e paternal benevolência» (como relatava o Caderno 1 de *o professor*), mas sem dar respostas concretas aos «Pontos prioritários e urgentes». O Ministro criticou a Proposta de Estatuto do Pessoal Docente, lamentando designadamente que não incluísse os deveres dos docentes. Censurou a solidariedade dos GE com a colega que tinha sido despedida por excesso de faltas. Disse que as reuniões nas escolas não eram oportunas porque se estava em época de avaliações, mas pediu que lhe fossem enviados os documentos já aprovados.

O GE do Norte requereu autorização para uma reunião geral na Escola Industrial e Comercial de Gaia, a 18 de Julho, para fazer um balanço do trabalho do ano lectivo e debater questões pedagógicas e profissionais. Como não houve resposta da Direcção-Geral do Ensino Técnico, realizou-se apenas uma mesa-redonda, no dia 23, com a mesma ordem de trabalhos.

Entretanto, fora aprovada em reunião nacional uma proposta para que os professores provisórios enviassem anúncios para os jornais pedindo emprego nos meses de Agosto e Setembro, «com possibilidade de continuação» (v. A3.6)⁶...

A 13 de Julho, a imprensa anunciava em primeira página: “Professores eventuais passam a ter férias pagas” (*Diário de Lisboa*), “Os professores eventuais recebem vencimento nas férias” (*Diário de Notícias*). Era uma notícia algo sensacionalista, que levou os GE a enviar uma carta aos Directores dos jornais para que o assunto fosse esclarecido. Foi dirigida também uma extensa carta à Assembleia Nacional, a 19 de Julho, informando sobre as actividades dos GE, carta que viria ser parcialmente publicada no *Diário de Lisboa* (13 de Agosto).

A 4 de Agosto, um Decreto-Lei (331/71) uniformizava o regime da atribuição a categoria de professor extraordinário, «enquanto se não proceder à revisão do Estatuto do Pessoal Docente do Ensino Secundário». De acordo com o Artigo 1: «A categoria de professor extraordinário, que não assegura direito ao ingresso em qualquer quadro, passa a ser comum aos ensinos liceal, técnico-profissional e ciclo preparatório.» Seria atribuída a candidatos que satisfizessem «cumulativamente» vários requisitos, que o Artigo 2 enumerava. Eram principalmente os seguintes: terem a «habilitação académica exigida para o ingresso no estágio pedagógico ou nos quadros dos respectivos grupo ou grau» e, «pelo menos, dois anos de serviço consecutivo no ensino secundário oficial, com classificação não inferior a Bom». Requisitos deixavam de fora a maioria dos docentes eventuais e provisórios.

⁶ Anúncios que viriam a ser proibidos.

Entretanto, fora programado um colóquio para o dia 25 de Julho na EP Dr. João de Barros, Figueira da Foz, sobre o estatuto do pessoal docente, para o qual foram convidadas personalidades destacadas do sector da educação. Não tendo chegado resposta ao pedido de autorização, o colóquio foi adiado.

No fim do ano lectivo de 1970/71, havia 14 GE: Porto, Coimbra, Viseu, Leiria, Tomar, Lisboa, Barreiro, Almada, Montijo, Setúbal, Évora, Estremoz, Vila Viçosa, Silves. Foi criado um Secretariado Nacional formado por um representante de cada zona – Norte, Centro, Sul – mais dois do Distrito de Lisboa e um do Distrito de Setúbal, para facilitar os contactos com o MEN. Surgiu também a ideia da publicação de um boletim informativo. Denominado *O Professor*, o seu primeiro número foi publicado em Julho (Caderno 1) (v. A3.4).

A “Comunicação nº 12” dos GE, difundida a 21 de Julho de 1971 (v. A3.5), recapitulava (reproduzindo a “Breve história do movimento dos professores eventuais e provisórios para o pagamento nas férias grandes” incluída na “Comunicação Nº 7” do “Grupo de Estudo dos Professores do Ensino Secundário do Norte”, com data de 16/VII/71):

Foram os Grupos de Estudo que promoveram a 1ª Assembleia de Professores de Lisboa e arredores na Escola Francisco de Arruda e aí aprovaram o primeiro “Projecto de Estatuto do Pessoal Docente Eventual e Provisório”.

Foram os Grupos de Estudo que, no dia 5 de Dezembro de 1970, entregaram ao Chefe de Gabinete do Sr. Ministro da Educação Nacional esse documento.

Foram os delegados dos Grupos de Estudo que em 4 de Fevereiro de 1971 tiveram a 1ª audiência com o Sr. Ministro, onde lhe apresentaram as aspirações do pessoal docente provisório e eventual.

Foram os Grupos de Estudo que estiveram na “Mesa Redonda” do “Diário de Lisboa” do dia 29/1/71, ventilando a situação precária dos professores eventuais e provisórios.

Foram os Grupos de Estudo que, já organizados em vários estabelecimentos do País, desenvolveram o trabalho de auscultação da vontade do maior número de professores, interessando-os pelos seus problemas, despertando-os da inércia resignada, convocando-os para reuniões como, por exemplo, a do Liceu Garcia da Orta no Porto, em 29 de Março, e a da Escola Francisco de Arruda em Lisboa, a 2 de Abril.

Foram os Grupos de Estudo que promoveram o envio de telegramas e abaixo-assinados, um deles entregue no Congresso de Aveiro, com mais de 2 000 assinaturas, apresentando, entre outros pontos, o problema do vencimento nas férias, inserido depois nas conclusões desse Congresso.

Foram os Grupos de Estudo que elaboraram e apresentaram à apreciação da classe o “Projecto de Reforma do Estatuto do Pessoal Docente”.

Foram os Grupos de Estudo que, finalmente, conseguiram uma última audiência com o Sr. Ministro no dia 25 de Junho [...].

1.3 Expansão (1971/72 - 1972/73)

A 24 de Novembro de 1971, a “Comunicação 13” dos agora denominados “Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário” (GEPDES) fazia um “Balanço das Actividades dos Grupos de Estudo no Ano Lectivo de 1970-71”. Nela se lia:

Nascido da necessidade de propor soluções para o grave problema dos professores eventuais e provisórios, elaborou o Grupo de Estudo de Lisboa em Novembro de 1970 uma proposta de reforma do estatuto daquela categoria de professores, proposta essa entregue no Ministério da Educação Nacional em 5 de Dezembro do mesmo ano com o pedido de que os representantes desse primeiro Grupo fossem recebidos por S. Ex^a o Ministro Veiga Simão. [...]

Foi da actividade conjunta dos professores reunidos em “Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário” (G.E.P.D.E.S.) – em Almada, Barreiro, Coimbra, Estremoz, Évora, Leiria, Lisboa, Porto, Tomar e Silves – que resultou a elaboração, no mês de Abril, de um projecto único de Reforma do Estatuto do Pessoal Docente do Ensino Secundário. [...]

Tal projecto de reforma [...] foi enviado para todos os estabelecimentos de ensino oficial do país [...] e os GEPDES] receberam resposta de oitenta e seis escolas (40 Escolas Preparatórias, 30 Escolas Técnicas e 16 Liceus) [...].

Entretanto, o pedido de autorização do colóquio da Figueira da Foz fora renovado para o dia 28 de Novembro. A 26 de Outubro, um Ofício da Direcção de Serviços do Ministério informava que, por Despacho ministerial de 15 desse mês, a petição não fora deferida, «por se desconhecer a existência legal dos Grupos de Estudo».

Em Dezembro, os GE dirigiram uma extensa carta ao Ministro, divulgada na imprensa, em que voltavam a pedir autorização para o colóquio, agora programado para os dias 15-16 de Janeiro de 1972. Era subscrita por cerca de 450 docentes de todas as categorias e ramos de ensino de várias regiões do país, incluindo Directores, Subdirectores e Metodólogos. Resumia a história e actividades dos Grupos de Estudo e recordava palavras do Senhor Ministro incitando os professores e professoras a participar na Reforma. Não teve resposta e o colóquio não se realizou.

Ainda em Dezembro, um abaixo-assinado dos estagiários do CPES denunciava a discriminação entre homens e mulheres. «Nas admissões ao estágio, nas classificações deste e do Exame de Estado, tal como nos concursos para professores provisórios, extraordinários e efectivos, encontramos invariavelmente à cabeça os homens (todos eles) e só depois a mais classificada das suas companheiras do sexo feminino.»

Entretanto, tinha sido publicado o livro *A política de mão-de-obra barata do Ministério da Educação Nacional – reflexões críticas sobre o Decreto 331/74* (Agostinho Lopes)⁷.

A 19 de Fevereiro de 1972, o GE do Norte realizou um colóquio na Cooperativa Árvore (Porto), tendo como tema “Os problemas da escola activa no ensino secundário”. Foi orientado por Metodólogos e Professores-Assistentes, com centenas de participantes. O GE de Coimbra, em colaboração com o Ateneu da cidade, realizou também um colóquio, a 11 de Março, sobre “As estruturas do ensino: o educador nos parâmetros da escola; escola tradicional e escola actual”.

Em Março, um grupo de 10 personalidades (entre as quais Adérito Sedas Nunes, Joel Serrão, Rogério Fernandes e Rui Grácio) organizou-se para constituir uma “Sociedade Portuguesa de Estudos Educacionais” (ideia precursora da “Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação”, fundada em 1990), mas o seu requerimento nunca obteve resposta.

Em Maio, 54 personalidades de vários sectores e tendências ideológicas publicaram um documento intitulado “A situação política portuguesa: O fracasso do reformismo”, com um longo parágrafo sobre o estado da educação.

A 25 do mesmo mês, teve lugar em Lisboa um colóquio na Cooperativa Devir, orientado pelo GE de Lisboa, tendo como tema “O professor do ensino secundário na actual estrutura escolar”.

Um colóquio programado para Junho pelo GE do Norte foi proibido pelo Governador Civil. Tinha como tema “Formação pedagógica do professor”. A 10 de Junho, o *Jornal de Notícias* publicava a seguinte notícia:

Há dias, a Imprensa anunciou uma sessão de estudo para professores do ensino secundário, que deveria realizar-se ontem, pelas 21 horas e meia, na Cooperativa Artística Árvore. O colóquio seria subordinado ao tema “Formação pedagógica do professor”, tendo sido convidados especialmente

⁷ Este e outros livros publicados antes da Revolução de Abril apareciam como publicações de autor, para atenuar, tanto quanto possível, os efeitos da censura e repressão.

para participarem nele os srs. drs. Camilo Fins do Lago e Salvado Sampaio. À última hora, o governador civil proibiu a sessão.

Em fins do ano lectivo 1971/72, circulou pelo país um abaixo-assinado dirigido ao Ministro da Educação reivindicando: *Atribuição imediata de vencimentos nos doze meses do ano a todos os agentes do ensino secundário, independentemente da urgente revisão do nível de vencimentos*. Recolheu cerca de 2 000 assinaturas (v. A3.7).

A 30 de Julho, os GE reuniram-se na Figueira da Foz para debater os objectivos do movimento no ano lectivo de 1972/73, que foram aprovados na generalidade. Eram os seguintes:

- A. Vencimentos
- B. 1. Associação de Professores
2. Estatuto do Professor
- C. Estruturação da Revista “O Professor”
- D. 1. Análise das finalidades, conteúdo e métodos do Ensino e papel do Professor na sua definição e execução
2. Formação profissional do Professor
- E. Enraizamento dos G.E. nas Escolas
- F. Qualquer outro objectivo que as necessidades sentidas pela Classe docente nos revelem com possibilidade de formação e mobilização da Classe

Em princípios de Outubro, foi decidido em reunião nacional que cada zona do país – Norte, Centro, Sul – deveria indicar um Secretário e um Tesoureiro. E foi aprovado um Comunicado sobre os objectivos para o novo ano lectivo, onde se lia:

Nos dois últimos anos lectivos, os Grupos de Estudo desenvolveram essencialmente a sua acção em redor de dois pontos fundamentais: pagamento das férias a todos os professores e direito de reunião dos professores nos Estabelecimentos de Ensino para debaterem os seus problemas. Este tempo de experiência, que foi simultaneamente de reflexão sobre o que é possível e necessário fazer, leva-nos a propor a nós próprios e a toda a ‘classe’ um programa de objectivos mais vasto, porque vasta é a gama de problemas que dominam e quase sufocam a estrutura educativa secundária.

O Comunicado enunciava os seguintes problemas: vencimentos e pagamento de férias; estatuto do professor, associação de professores, formação profissional dos professores, finalidade do ensino, conteúdo e métodos pedagógicos.

Foi anunciada uma série de colóquios na EP Francisco de Arruda, com a participação dos GE e de investigadores do campo da educação e da cultura. Realizaram-se a 14, 21 e 28 de Outubro e 4 de Novembro e foram um sucesso, com eco na imprensa. No último, com cerca de três centenas de participantes, foi aprovada uma moção a enviar ao Ministro da Educação, que a revista *Seara Nova* publicou integralmente em Dezembro (nº 1526). Reafirmava uma das principais reivindicações dos GE: «a necessidade da criação de uma Associação de Professores que legitimamente nos represente e possibilite uma efectiva participação, para uma melhoria do ensino em Portugal».

O GE de Coimbra programou também um ciclo de colóquios, mas não recebeu resposta do Ministério ao pedido de autorização.

Em Setembro, foi publicado o livro *Os livros escolares* (Costa Carvalho).

Em Novembro, um grupo de trabalho do GE do Norte tornou público um estudo intitulado “Subsídios para um estudo comparativo de alguns aspectos da situação do Professor do Ensino Secundário Oficial em Portugal, em confronto com outras profissões”.

A 13 de Dezembro, realizou-se em Coimbra uma reunião nacional dos GE. Todos consideraram necessário alargar a base de representatividade do movimento. Foi decidido

publicar um Comunicado sobre o pagamento do 13º mês a todo o funcionalismo público, anunciado pelo Governo, denunciando o seu limitado alcance. Tinha 46 assinaturas.

Em Janeiro de 1973, é publicado o livro *Movimento associativo dos professores do ensino secundário: Subsídios para a sua história* (Gomes Bento).

Os docentes estagiários de Coimbra levaram a cabo um conjunto de encontros durante os meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro, de cujos resultados deram conhecimento aos grupos de estágio de todo o país. No último encontro (14 de Fevereiro de 1973), foi decidido enviar um telegrama ao Ministro da Educação, com 96 assinaturas, pedindo «com a maior brevidade possível audiência a Vossa Excelência», para sugerir alterações ao «regime a que obedecerão as classificações dos professores estagiários e os Exames de Estado», anunciado pelo Ofício 45, de 7 de Fevereiro. Uma delegação foi «cordialmente recebida» pelo Director-Geral do Ensino Secundário a 19 de Fevereiro, mas sem resultados.

Reunidos a 4 de Fevereiro, os GE recomendaram aos grupos de estágio de Lisboa e Porto o exemplo dos estagiários de Coimbra. E foi debatido o lançamento de uma campanha pró-Associação.

Ainda em Fevereiro, dezenas de professores e professoras assinaram um Comunicado de protesto contra a demissão compulsiva de «doze funcionários públicos e administrativos – entre eles dois professores e três técnicos da Educação Nacional [...] ao abrigo do Artigo 1º do Decreto-Lei nº 25 317, de 13 de Maio de 1935», nos termos do qual (v. A3.8):

Os funcionários ou empregados civis ou militares que tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos princípios da Constituição Política ou não dêem garantias de cooperar na realização dos fins superiores do Estado, serão aposentados ou reformados, se a isso tiverem direito, ou demitidos em caso contrário.

O Comunicado – subscrito por 88 membros dos GE do Norte, Centro e Sul – mencionava os nomes de 53 professores e professoras afastados do ensino oficial pelo famigerado Decreto-Lei, entre os quais Abel Salazar, Agostinho da Silva António José Saraiva, Bento de Jesus Caraça, Fidelino Figueiredo, Isabel Aboim Inglês, Manuel Valadares, Norton de Matos, Pulido Valente, Rodrigues Lapa, Ruy Luís Gomes, Urbano Tavares Rodrigues e Vitorino Magalhães Godinho. A propósito deste Comunicado, depois do 25 de Abril encontrou-se esta ‘pérola’ reveladora da abjecta cumplicidade de muitos responsáveis escolares com o regime:

Ex.mo Senhor
Director-Geral de Segurança

Hoje, detectei na escola que dirijo o “documento incrível” (v.s.f.f nº 10) de que tirei fotocópia que envio, com as assinaturas recolhidas. Como vai contra tudo o que está determinado superiormente, e corria na escola sem o meu prévio consentimento e autorização, considero este “documento” atentatório da legislação vigente para o Funcionalismo Público. Todo o corpo docente está avisado por mim de que tal procedimento é ilegal – e de há muito. O assunto, já o pus em reuniões do Conselho Escolar.

Na sala do corpo docente, está um aviso lembrando o assunto. Acho o pasquim vexatório para o governo e para o MEN, e também para mim, na medida em que nesta casa represento o Estado e me identifico com a sua linha de acção. Tenho presentes as palavras do Ministro do Interior há dias proferidas.

Este papel de recolha de assinaturas é uma “bomba de plástico”. A nossa juventude não pode estar entregue a docentes com uma formação contestatária, mal educada e atentatória da lei que os rege. Enviei uma fotocópia ao Dr. Fernando Manuel Teixeira de Matos, Director-Geral do Ensino Básico. A minha repulsa manifestei-lha.

Respeitosos cumprimentos.

Em Abril, um grupo de membros e simpatizantes do GE do Norte enviou duas teses ao III Congresso da Oposição Democrática (Aveiro, 4-8 de Abril de 1973), intituladas: “A democratização do ensino” e “A situação dos professores: questão de cidadania política” (publicadas em 1976 nos *Cadernos O Professor*) (v. A3.9)⁸.

A 28 de Abril, é enviado ao Ministro da Educação um abaixo-assinado pedindo a revisão dos vencimentos, subscrito por cerca de 3 500 professoras e professores (v. A3.10).

Em Maio, um grupo de trabalho do GE de Lisboa publicou um documento intitulado “Para uma Associação de Professores: aspectos da situação profissional do professor”, invocando instrumentos normativos da UNESCO e da OIT, nomeadamente.

O Ministro da Educação anunciara um novo Estatuto do Professor, há cerca de dois anos. Os GE tinham elaborado um Projecto de Estatuto, cujo debate pela classe ficara suspenso devido aos obstáculos criados às reuniões nas escolas. Em Junho, os Directores e Reitores das escolas receberam uma Circular pedindo aos professores e professoras sugestões sobre o futuro Estatuto, que deviam ser enviadas até ao dia 25 desse mês. O prazo fixado foi considerado muito curto, tanto mais que coincidia com os trabalhos de fim de ano lectivo. Em reunião nacional, foi decidido recusar e denunciar as condições da consulta, como o fez o GE do Norte em Comunicado com data de 8 de Junho.

Não obstante, muitos Conselhos Escolares aprovaram e enviaram “sugestões formuladas como subsídios para a elaboração do Estatuto do Pessoal Docente”. Por exemplo, a EP Soeiro Mendes da Maia (Castêlo da Maia) aprovou, em Julho, um documento com “considerações em volta do estatuto do CPES” que começava por constatar «a impossibilidade de se reflectir profundamente sobre assunto de tão excepcional importância em tão pouco tempo e, nestas circunstâncias, formulando-se o voto de que a presente reflexão seja prolongada, nos estabelecimentos escolares, até 30 de Dezembro». O documento tinha uma Introdução que era uma longa citação da Recomendação da OIT/UNESCO de 1966.

A 4 de Junho, a FISE (Federação Internacional Sindical do Ensino) publicou uma “Declaração da FISE em favor da luta dos educadores de Portugal”.

Foi por esta altura que apareceu o logotipo dos GEPDES, criado por Álvaro Miguel Duarte de Almeida, membro do GE de Lisboa.

A 15 de Julho, uma reunião nacional dos GE, na Figueira da Foz, fez o balanço da acção do movimento durante o ano lectivo que terminava e decidiu que as principais linhas de acção do ano lectivo seguinte seriam a campanha pela Associação de Professores e pela revalorização do seu estatuto profissional. Sem perder de vista o objectivo de alargar a sua base de apoio e representatividade, para incluir também o ensino primário e o ensino superior.

A Reforma Veiga Simão foi publicada no *Diário do Governo* de 25 de Julho de 1973 (Lei 5/73). Na sua Base II, declarava que compete ao Estado: «a) Assegurar a todos os Portugueses o direito à educação», mas não utilizava o termo “democratização”. Veiga Simão diria mais tarde (1979) que o fundamento da sua Reforma era «a socialização humanista da educação», mas «não me sobrou o tempo ou nunca tive o poder» necessário para levá-la a cabo.

⁸ *Im Kino-Palast von Aveiro darf Portugal's Opposition ein bißchen opponieren* (No Cine-Teatro de Aveiro, a oposição portuguesa foi autorizada a opor-se um bocadinho) – era o subtítulo da crónica do enviado especial de um jornal da República Federal Alemã.

1.4 ... e floriu o “jardim de Abril” (Sophia M. B. Andresen) (1973/74)

Em Outubro de 1973, é publicado o primeiro número da (legalizada) revista *O Professor*, cujo tema era “O estatuto do professor” (v. A3.11).

A denominação *Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório* (GEPDESP) é já utilizada num documento tornado público em Novembro de 1973, com o título “A desvalorização da função docente – Algumas considerações acerca do serviço eventual”, elaborado por um grupo de trabalho. Na introdução, observava: «As questões abordadas nestas breves considerações acerca do serviço eventual são o resultado da sistematização de sucessivas análises anteriormente efectuadas em documentos, reuniões, colóquios, exposições e abaixo-assinados subscritos por milhares de docentes.» Invocava amplamente a Recomendação da OIT/UNESCO de 1966 e concluía com «a aspiração máxima do professorado dos ensinos preparatório e secundário: *a Associação que o represente e defenda colectivamente*». Este era o tema do nº 2 da revista *O Professor*, publicado em Dezembro, que incluía um Questionário sobre o Âmbito, Finalidades, Organização e Outras sugestões sobre a Associação.

Seguiu-se uma reacção ameaçadora do MEN: Directores e Reitores receberam um Ofício-circular pedindo informações sobre as actividades dos GE e quem nelas participava, para efeitos de procedimento disciplinar. Alguns recusaram frontalmente esse papel delator, mas um Despacho do Secretário de Estado da Instrução e Cultura (9/74), Augusto de Athayde, enviado aos estabelecimentos escolares pelo Director-Geral do Ensino Básico (Teixeira de Matos), através do Ofício-circular 183/4, de 12 de Fevereiro de 1974, formalizava a ‘declaração de guerra’ (v. A3.12):

1. Os chamados “Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório” têm prosseguido a sua actividade [... seguia-se uma síntese dessa actividade].

...

1.1 Constata-se que, há mais de três anos, alguns professores do ensino oficial, secundário e preparatório, vêm prosseguindo determinadas actividades em conjunto, para o efeito tendo criado um “substrato social” a que deram a denominação algo fluida de “Grupos de Estudo”. [seguiram-se considerações sobre essas actividades, nomeadamente sobre a reivindicação do direito de associação profissional]

...

1.2 As actividades dos “Grupos” em causa e o objectivo acabado de referir afiguram-se anticonstitucionais e ilegais. [...]

...

1.4 Ora, esta situação equipara-os às associações secretas [...].

Este Ofício-circular foi noticiado, com destaque, pelo jornal *República*, designadamente. Os GE reagiram com uma vigorosa e circunstanciada Exposição, assinada por 1 517 docentes em poucos dias (v. A3.15), que foi entregue no MEN a 27 do mesmo mês de Fevereiro, com pedido de audiência. Concluía pedindo «a revogação do Despacho nº 9/74 de Sua Excelência o Secretário de Estado da Instrução e Cultura» e a concretização da recomendação do VI Congresso do Ensino Liceal (6.7.1): «Que seja publicada legislação permissiva da reorganização da vida associativa dos professores.»

É publicado o livro *Professores: que vencimentos?* (António Teodoro).

A última intervenção pública dos GEPDESP, antes da Revolução do 25 de Abril, aconteceu no Norte, a 21 de Abril de 1974, durante uma homenagem nacional ao Professor Óscar Lopes promovida pelo semanário democrático portuense *A Opinião*, que teve lugar num restaurante da Praia da Aguda (v. A3.16). Um membro do GE do Norte leu um texto

subscrito por 32 professores, professoras e outras personalidades, intitulado “A propósito de uma homenagem”. Nele se recordava, designadamente:

- Óscar Lopes foi afastado do ensino oficial em 1957. Já esteve preso e, longos anos, impedido de se ausentar do país. Para exercer a sua actividade de crítico literário necessitou de ocultar o seu nome. Readmitido, com restrições, ao seu lugar de professor, continua-lhe, porém, vedado o acesso ao magistério no Ensino Superior. (Sabe-se que concorreu a um lugar de professor nas novas universidades.)
- Pelo Artigo 1º do Decreto-Lei nº 25 317 de 13 de Maio de 1935 foram afastados do ensino oficial Abel Salazar, Bento de Jesus Caraça, Rui Luís Gomes e muitos outros intelectuais e professores. (Ainda há bem pouco tempo este famigerado Decreto-Lei voltou a ser usado.)
- Reconhecidos valores da cultura nacional vivem no exílio, impedidos de trabalhar na sua pátria.

E concluía:

Esta análise da realidade escolar do nosso país, quanto mais longe é levada, mais claramente patenteia a exigência de uma democratização de todas as instituições da sociedade portuguesa. Na realidade, só numa democracia global e autêntica é viável, coerente e fecunda uma democratização da Educação Escolar, através de uma enriquecedora participação cívica, de uma cultura científica, de um aproveitamento integral dos nossos recursos, da aplicação da riqueza nacional segundo uma escala de prioridades fundada nos específicos valores humanos e nas legítimas necessidades e interesses colectivos.

Para isso, e em razão dos princípios que defendemos, impõe-se-nos exigir:

1. Que Óscar Lopes e tantos outros sejam chamados a ocupar os lugares cujo vazio está a empobrecer a cultura e o povo português.
2. Nunca mais se faça uso do Decreto-Lei nº 25 317 e seja revogado o Despacho nº 9/74 da Secretaria de Estado da Instrução e Cultura.
3. Seja abolida toda a legislação que impede ou dificulta aos professores o desempenho das suas obrigações profissionais para com o povo a que pertencem e servem.

Poucos dias depois, a Revolução de Abril começaria a satisfazer estas e outras reivindicações dos GE e do Povo Português.

No dia 28 de Abril de 1974, na sua última reunião nacional, na Figueira da Foz, os GEPDESP aprovaram e enviaram aos órgãos de comunicação social o seu último Comunicado, intitulado “Ao país e aos professores” (v. A3.17). Nele se lia:

Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório (G.E.P.D.E.S.P) saúdam, julgando interpretar o sentimento de milhares de professores, o Movimento das Forças Armadas que pôs termo ao regime que há quase cinquenta anos usurpava todos os direitos e liberdades do Povo Português.

...

Nos últimos anos do regime, sobretudo a partir de 1970, assistiu-se a grande actividade reformadora que, nos seus princípios gerais, apresentava aspectos inovadores em relação à política seguida anteriormente. Contudo, num regime que não havia mudado os seus interesses e objectivos, que recusava o diálogo aberto e pluralidade de opiniões, seria possível realizar as reformas preconizadas? Ou, por outras palavras, em que medida é que tal “democratização” do ensino podia ser uma realidade numa sociedade não democrática, no duplo sentido político e social?

...

As medidas que o Movimento das Forças Armadas se propõe adoptar para restituir aos cidadãos portugueses o exercício efectivo da sua liberdade política e sindical e o inerente direito de reunião e associação, poderão permitir ao nosso povo ser senhor do seu destino. A imediata consciência une num mesmo sentimento de profundo regozijo todos os que por tempo tão longo vinham por ele ansiando e lutando. A esta emoção não é alheio o sentido da responsabilidade que a partir de agora mais do nunca pesa sobre nós. [...]

...

Os G.E.P.D.E.S.P estão convictos que os professores não enjeitarão as suas responsabilidades.

1.5 Revista *O Professor*

A revista *O Professor* sobreviveu aos GEPDESP.

Como afirmava o Editorial do Caderno 1, publicado em Julho de 1971 (impresso na EP Francisco de Arruda, como os que se lhe seguiram):

O nível de consciência de grupo sócio-profissional que atingiram os docentes do ensino secundário, reunidos em “Grupos de Estudo”, por força da sua actividade e expansão por todo o país, dá-lhes o direito a exigir desde já uma “tribuna livre” para a manifestação das suas legítimas aspirações e divulgação dos seus contributos para a renovação profunda da actividade docente em Portugal.

Neste primeiro Caderno (que esgotou), o título do primeiro texto era “O que é um Grupo de Estudo?”. Reproduzia o documento com “Pontos prioritários e urgentes” e relatava a segunda (e última) audiência dos GE com o Ministro da Educação, a 25 de Junho. A sua difusão acabou por ser proibida pelo Ministério, por alegadas inexactidões no relato da audiência, como informava um Despacho do Ministro, a 26 de Julho: «Lamento não poder dar a minha concordância ao relato da audiência concedida a um grupo de senhores professores eventuais.»

O Caderno 2 foi publicado em Setembro. Iniciava a publicação integral da Recomendação da OIT/UNESCO de 1966 e tinha uma separata de legislação com interesse para os professores e professoras.

O Caderno 3 foi publicado em Dezembro. Era um número especial dedicado à preparação do colóquio programado para a Figueira da Foz, a 16 de Janeiro de 1972, dedicado ao Estatuto profissional, pedagógico e cívico do pessoal docente, assim como à sua formação. Incluía textos de autores estrangeiros, de Delfim Santos e sobretudo de Rui Grácio, que destacava a Recomendação da OIT/UNESCO. No longo texto de Rui Grácio lia-se, nomeadamente:

No decurso dos trabalhos preparatórios [da Recomendação], falou-se muitas vezes na “profissão docente”. As três investigações levadas a cabo nestes últimos anos na Ásia, África e América pela Confederação Mundial das Organizações da Profissão Docente, com a ajuda da UNESCO, e que constituem, até agora, a principal fonte de informação neste domínio, tomaram como ponto de partida o princípio de que a função do ensino constituía, quer se reconheça ou não, uma verdadeira profissão liberal, tal como a medicina, a advocacia, a engenharia ou a arquitectura. [...]

Esta concepção da função docente, assimilada a uma profissão liberal, encontra-se nas observações feitas, no decurso da elaboração da Recomendação, por certas organizações profissionais assim como nas posições sustentadas por certos peritos consultados pela UNESCO e pelo B.I.T [OIT]. Em termos gerais, pode dizer-se que ela é sobretudo de origem anglo-saxónica: britânica e americana. [...] Pertence, pois, segundo eles, aos professores, pela acção das suas associações, reivindicar o direito de organizar a sua profissão sem qualquer ingerência do exterior, qualquer que seja a origem [...].⁹

Quando já se encontrava na tipografia o Caderno 4, uma nova Lei da Imprensa obrigava à legalização de *O Professor*. O processo foi imediatamente iniciado. A 18 de Junho de 1972, foi tomada a decisão de constituir um grupo de proprietários abrangendo as zonas Norte, Centro e Sul, bem como a nomeação de um corpo directivo formado por um Director e três Subdirectores (um de cada uma das três zonas). A sede ficaria no Norte.

Entregue a documentação para a sua legalização, a reunião nacional de 5 de Novembro foi quase exclusivamente dedicada a *O Professor*, com a presença de um representante de uma

⁹ Por esta altura, o GE de Lisboa chegou a sugerir a criação de uma Ordem.

empresa de distribuição e um técnico de publicidade. Planificou-se o primeiro número da sua nova aparição.

Um Ofício da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, Direcção-Geral da Informação, com data de 18 de Janeiro de 1973, acusava a recepção do requerimento para a inscrição no registo das empresas jornalísticas e sugeria «a conveniência de ser constituída uma sociedade comercial entre todos os requerentes, a fim de obviar aos inconvenientes que resultariam do facto apontado», isto é, «o nome (ou a denominação) da entidade proprietária deve ser indicado em lugar destacado na respectiva publicação». No caso de se optar pelo regime de co-propriedade, eram solicitados mais alguns documentos aos proprietários, que deveriam ser remetidos no prazo de 30 dias.

Em reunião nacional no dia 4 de Fevereiro, foi decidido manter o regime de co-propriedade (dadas as dificuldades que então pendiam sobre a escrituração notarial de sociedades comerciais) e informar que o número de proprietários era abatido, devido a acontecimentos entretanto ocorridos.

A 23 de Março, um Ofício da Direcção-Geral da Informação comunicava «que, nos termos do Estatuto da Imprensa, foi inscrito, sob o número 42/105, no correspondente registo desta Direcção-Geral, o periódico, bimestral, especializado (técnico), intitulado *o professor*, ficando a entidade proprietária inscrita, sob o n.º 11/54, no registo das empresas jornalísticas». O Ofício vinha acompanhado de um exemplar da legislação relativa à ‘liberdade’ de imprensa.

O primeiro número legalizado foi programado para publicação em Outubro. Teria como tema o “Estatuto do Professor”, com um cômputo geral do período de discussão dado pelo Ministério para a apresentação de “sugestões formuladas como subsídios para a elaboração do Estatuto do Pessoal Docente”. Posto à venda em Outubro, sem ter ido à Censura, por ser um periódico registado como publicação especializada, foi necessária uma segunda edição.

Em fins do mesmo mês, um Ofício da Direcção-Geral da Informação, tendo como “Assunto: classificação do periódico *o professor* – exame”, informava «que a dita classificação foi agora alterada, sendo o periódico *o professor* classificado como publicação de natureza jornalística». Em consequência, «as provas a que aludem os art.os 7.º, n.º 1 e 18.º, n.º 1, das mesmas “Instruções” (sobre o “exame prévio”), respeitantes aos números 2 e seguintes do periódico em causa, devem ser apresentadas na Comissão de Exame Prévio da cidade do Porto, na Praça de D. João I, n.º 25-4.º Frente». Era alterado também o número de inscrição, que passava a ser 41/136.

Previamente “examinado”, o segundo número foi publicado em Dezembro. Anunciava a sede da revista e era dedicado à “Associação dos Professores”, sobre a qual difundia um Questionário. Em “Nota de Abertura”, informava-se que:

... em quase todas as escolas e liceus do País, ela [a revista] foi vendida na sala dos professores, discutida ou criticada num ambiente de simpatia e entusiasmo. Algumas excepções a este ambiente (chegou ao nosso conhecimento que em dois ou três estabelecimentos de ensino a circulação da revista foi proibida ou dificultada...) não invalidam o muito bom acolhimento geral, comprovado até pela circunstância de muitas escolas e liceus terem feito assinaturas para a biblioteca ou sala de professores.

O número 3 foi publicado em Fevereiro de 1974, tendo como tema a “Formação dos Professores – Estágios”.

Os textos para publicação na revista tinham de circular, pelo correio, entre os vários GE, ficando assim expostos à vigilância da polícia política, como testemunha um Ofício de um Inspector da Direcção-Geral de Segurança com fotocópia do n.º 3 da revista, que chegara ao seu conhecimento «por estar a ser difundida por via postal».

O sucesso alcançado pela revista, que rapidamente alcançou três milhares de assinaturas, alarmou o regime. Um Ofício-circular (182/74) (Confidencial) da Direcção-Geral do Ensino Básico, com data de 13 de Fevereiro de 1974 (v. A3.13), solicitava aos Directores e Reitores o seguinte: «Em sequência do despacho nº 9/74 de sua Excelência o Secretário de Estado da Instrução e Cultura solicito informação muito urgente sobre se algum membro do corpo docente desse estabelecimento de ensino exerce funções de direcção na revista “O Professor” e em caso afirmativo se está devidamente autorizado pelo Ministério da Educação Nacional a exercer tais funções [...]»

Surgiram pressões e espalharam-se *fake news* que confundiram alguns docentes como uma professora do Porto que escreveu a 15 de Fevereiro de 1974:

Ex.mo Sr.
Director da revista *o professor*
R. Júlio Dinis, 604-3º Dt.º B
Porto

Ex.mo Sr.

Com os mais respeitosos cumprimentos venho comunicar a V. Ex.^a o seguinte:

Tendo tomado conhecimento, através de circular, do não reconhecimento legal da vossa revista o professor, solicito a anulação da assinatura, por um ano, nº 1801, que fiz de boa fé por sugestão de uma colega que todavia não me inteirou dessa circunstância.

Sem outro assunto, me subscrevo com toda a consideração.

É uma carta reveladora do clima de medo naquela época. A Direcção enviou a todos os assinantes uma circular de esclarecimento sobre a alegada ilegalidade da revista.

Estava em preparação o número seguinte, quando chegou o *25 de Abril*... e a mesma professora escreveu nova carta a 2 de Maio de 1974. É um documento que vale também a pena transcrever.

Ex.mo Sr.
Director de *o professor*
R. Júlio Dinis, 604-3º Dtº B
Porto

Ex.mo Sr.

Com os mais respeitosos cumprimentos, queria expor a V. Ex.^a o seguinte:

Em meados de Fevereiro último, por causa de rumores gerados à volta de uma circular do antigo governo (sobre “Grupos de Estudo”) e que fazia referência a o professor, precipitadamente resolvi pedir a anulação da minha assinatura, nº 1801; digo precipitadamente, porque, quando pude ler o texto integral da circular, cheguei à conclusão de que, afinal, nada tinha de comprometedor o facto de ser assinante. Aliás, posteriormente, a v/ circular 01/74 veio esclarecer que o professor não era uma revista à margem da lei.

No entanto, como o meu avô, Dr. Correio Guimarães, já falecido, foi vítima da odiosa PIDE, tendo inclusivamente estado preso, e a minha família sofreu muito por causa da política, eu, além de ser mulher, tive sempre uma grande aversão por tudo o que pudesse ser levado para esse campo e ainda para mais num regime em que não se tinha liberdade nenhuma.

Agora, que as coisas, felizmente, mudaram, manifesto de novo a minha simpatia e confiança na v/ Revista e, pedindo compreensão e desculpa pela atitude anterior, desejava pedir a V. Ex.^a a revalidação da minha assinatura, para o que enviarei novo vale de correio se o anterior não puder ser considerado para os números 4 e 5.

Sem outro assunto, me subscrevo com a maior consideração.
de V. Exa. muito atenciosamente

A quase totalidade dos mais activos membros do GEPDESP (45) aderiu a um processo de alargamento da propriedade da revista, constituindo uma sociedade editorial, sem fins lucrativos, para continuar a intervir na vida cultural, em particular no campo da educação.

O primeiro número da revista, depois do 25 de Abril (4/5), foi publicado em Outubro de 1974 (v. A3.20).

As *Edições O Professor* publicaram alguns pequenos livros: *Educação, acto político, Personalismo e Marxismo, Ideologia pequeno-burguesa de Eça de Queiroz* (Agostinho dos Reis Monteiro); *A formação dos professores* (H. Klein, V. A. Slastenin, P. Ruhig); *Perspectiva do ensino em Portugal* (António Teodoro); *Educação: Luta de ontem, luta de hoje* (Jofre Amaral Nogueira, Óscar Lopes, Armando de Castro e outros); *Cuba: Por uma escola nova* (Fidel de Castro, Elio D. Henriquez); *A vida de um professor* (Boris Tartakovski); *Escolas do Magistério: Reforma e contra-reforma* (Cabral Pinto). Outros estiveram programados.

A revista começou uma Nova Série em Outubro de 1977, agora com sede em Lisboa e nova Direcção. A sua publicação cessou em 2017, com o nº 5, Janeiro/Abril, 4ª Série.

Concluindo

A história dos GEPDESP começa em princípios do ano lectivo 1969/70, em Lisboa, e termina a 28 de Abril de 1974, com a sua última reunião nacional, na Figueira da Foz. As suas *causas* eram várias (umas ditas, outras não ditas): eram estritamente sindicais (direitos económico-laborais, incluindo o direito de associação), amplamente profissionais (estatuto da profissão, com todas as suas dimensões) e globalmente políticas (liberdades de reunião pensamento e expressão, tendo como horizonte a democracia). Os seus meios e modalidades de acção foram diversos: abaixo-assinados, circulares, comunicados, audiências, colóquios, intervenções, inquéritos, estudos, publicações, comunicação social, em natural sintonia com outros movimentos de resistência à ditadura. A sua acção contribuiu modestamente para que a Revolução de Abril acontecesse e culminou na criação dos Sindicatos de Professores.

Se o primeiro *Grupo de Estudo* teve origem em Lisboa, o primeiro Sindicato nasceu no Porto: A 29 de Abril de 1974, o GE do Norte convocou para esse mesmo dia, através da rádio e da televisão, uma reunião que viria a terminar já no dia 30. Nela, cerca de 400 professores e professoras decidiram criar o Sindicato dos Professores do Norte (depois, Sindicato dos Professores da Zona Norte) e foi designada uma Direcção provisória formada por 24 elementos, todos ligados aos GEPDESP¹⁰. Foi enviado à Junta de Salvação Nacional um telegrama em que «professores Norte ensino básico e secundário saúdam a Junta Salvação Nacional e comunicam criação Sindicato de Professores do Norte», e aprovada a seguinte moção, dirigida também à Junta de Salvação Nacional e entregue no Quartel-General do Porto, a 1 de Maio:

O Sindicato dos Professores do Norte, em Assembleia Magna, considerando que:

1. a política educativa prosseguida pelo Governo fascista se revestiu sempre de carácter demagógico e obscurantista;
2. para seu serviço, aquele Governo criou um aparelho de carácter anti-democrático e repressivo;

¹⁰ Há algum simbolismo no facto de a sua primeira sede ter sido no edifício da sede da revista *O Professor*, dois andares abaixo.

saúda a Junta de Salvação Nacional e propõe como medidas indispensáveis e urgentes:

1. a remodelação total dos quadros superiores do Ministério;
2. a revogação imediata de toda a legislação de carácter repressivo;
3. a destituição imediata da Direcção de todos os estabelecimentos de ensino, a fim de permitir a ocupação de cargos directivos por eleição;
4. a reformulação da política educativa segundo um processo democrático que possibilite a participação da Nação em geral e, em especial, das organizações mais directamente ligadas ao ensino.

Todas as decisões daquela noite foram ratificadas, a 11 de Maio, por uma Assembleia Magna, no Palácio de Cristal, presidida por Óscar Lopes, com a participação de cerca de 5 000 docentes (v. A3.19).

Em Lisboa, a 2 de Maio, em reunião convocada para a Escola Preparatória Manuel da Maia e depois transferida para o Pavilhão dos Desportos, foi criado o Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa e Zona Sul (depois, Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa e, mais tarde, Sindicato dos Professores da Grande Lisboa) (v. A3.18).

Em Coimbra, após uma primeira reunião com pouca participação, a 30 de Abril, no Teatro de Bolso do TEUC (Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra), foi marcada nova reunião para 4 de Maio, na actual Escola Secundária José Falcão, onde cerca de 600 professores e professoras decidiram criar o Sindicato dos Professores da Zona Centro.

Nos dias 13-17 de Novembro de 1974, realizou-se em Coimbra um “Seminário sobre a democratização do ensino”, organizado pela “Comissão Pró-União dos Estudantes Portugueses”, com a participação de delegados de centenas de escolas do ensino secundário, médio e superior, bem como a presença de delegações estrangeiras. A sessão de abertura foi presidida pelo Reitor da Universidade (Professor Teixeira Ribeiro) e a sessão de encerramento pelo Ministro do Trabalho (Capitão Costa Martins). Convidada a participar, a revista *O Professor* apresentou uma comunicação “Sobre a história da educação do ‘Estado Novo’”. Estava assim reflectida nas Conclusões do 3º Tema “As organizações de estudantes e professores na luta pela Paz e Democracia”, reproduzidas no nº 6 da revista (Janeiro de 1975), que deu grande destaque ao Seminário:

Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório (GEPDESP) constituíram, nos últimos anos do regime fascista, o único movimento pró-associativo organizado e progressista dos professores portugueses, em defesa dos seus interesses e direitos, profissionais e cívicos, e de uma real democratização do ensino e da educação em Portugal. A sua luta identificava-se com a luta do povo português pelos seus direitos e liberdades fundamentais.

Os GEPDESP, mobilizando os professores em torno de objectivos profissionais, foram, na prática, uma autêntica escola de consciencialização política e prepararam, objectiva e subjectivamente, a criação do actual Sindicato dos Professores.

Presentes no Sindicato, os animadores dos GEPDESP continuam a mesma luta de defesa intransigente dos interesses comuns e unitários dos professores portugueses, interesses que, em última instância, coincidem com os interesses fundamentais dos estudantes, do povo e da implantação e desenvolvimento da democracia em Portugal.

Não floriram “Todas as flores de Abril” (Nicolás Guillén), mas Abril continua “à solta nos pinhais” (Eugénio de Andrade)...

2
MEMÓRIAS

2.1

Agostinho Lopes

Em memória de Rogério Fernandes, para me absolver de um Seminário sobre os GEPDES a 14NOV2009 – Memórias do Sindicalismo Docente e Sindicalismo – para o qual me convidou, mas que não pude estar presente. E teria sido a última vez que o veria com vida!

I

Na minha memória enevoada e também esburacada (muito gostava eu de perceber a máquina da selecção de memórias) surgem momentos, dias, reuniões, escolas e muitas viagens da luta bonita que travámos às vésperas do 25 de Abril. Umhas vésperas de quase cinco anos.

Barreiro, Lisboa, Tomar, Porto, Fafe, Coimbra, Figueira da Foz. Para mim começa tudo na Escola Alfredo da Silva, no Barreiro, no ano lectivo de 1970-1971. Passa pela Francisco de Arruda em Lisboa, por Tomar, no Colégio D. Nuno Álvares Pereira, onde se realiza uma reunião nacional (09MAI71) decisiva para o avançar do movimento. Passa por momentos como o da recepção a Veiga Simão, com o Ginásio do Liceu de Setúbal (08JUN71) completamente cheio de professores e com a intervenção de duas figuras incontornáveis: Fátima Rodrigues, a dar conta com a sua voz poderosa dos nossos problemas, e de Casais Ribeiro, que entrega ao Ministro um abaixo-assinado com quase 600 assinaturas de professores do Distrito, com anedota à mistura (1)! Vejo-me numhas reuniões nocturnas na Francisco de Arruda, onde uma vez ou outra apareceu Zeca Afonso e a presença mais regular de José João Louro, jornalista do *Diário de Lisboa* ou *República*... E para lá dos Colóquios, como um importante sinal das potencialidades da situação, uma ou duas operações manuais no juntar das folhas eagrafamento dos primeiros n.ºs de *O Professor*... O grande envolvimento de gente da Alfredo da Silva... de que não cito nomes para não deixar ninguém de fora.

No 1.º Período de 1971-72 estou em Fafe na Escola Comercial e Industrial (2). Vejo-me com a Alda Varela no Café Milenário em Guimarães a conversar sobre os GEPDES, em Braga e no Porto. A partir de 1972 (anos lectivos de 1972-73 e 1973-74 estou outra vez na Alfredo da Silva com aulas à noite, que acumulava com a vida militar em Sacavém na EPSM! A situação pessoal, profissional e militar permitia-me circular pelo país – Barreiro, Lisboa, Coimbra, Porto. Recordo a célula do PCP com Helena Pato e Lucinda Simões em casa desta no Barreiro, que era acompanhada por Albano Nunes, funcionário clandestino do PCP. E uma reunião no Porto com José Bernardino, destacado dirigente das lutas estudantis de 62, quadro do PCP já falecido, também funcionário clandestino na DORN do PCP (Direcção da Organização Regional do Norte do PCP) para discutir diferendos no movimento entre Porto e Lisboa a propósito de carta que enviei ao Partido sobre o assunto. Lembro-me até de um mau encontro com três ou quatro sujeitos mal encarados e agentes da ‘prestimosa’ corporação (PIDE/DGS), um domingo, em casa de Alda Pereira (da Alfredo da Silva) ali para Campolide, para onde fomos após um telefonema, saídos da casa do Casais em Benfca, onde convivíamos e trocávamos umas ideias sobre... já não sei! Vejo-me a reunir numa Colectividade antiga na Coimbra velha, arranjada pelo então *Dux Veteranorum* José Maria (acho que era o seu nome!) e depois nuns sofás rococós amarelo/doirados do Casino Figueirense, arranjados pelo colega Joaquim Sousa! Lembro Costa Carvalho e Joaquim Martins... em conversas infindáveis, a par de viagens e conversas com o José Bento e a sua Marcela Torres que sempre o acompanhava à Figueira da Foz...

Tudo isto nos atravessou e atravessou as nossas vidas, tudo fizemos mover nas escolas e tudo nos moveu. E entretanto chegou Abril. E foi fácil criar um poderoso movimento sindical de professores. Pesem alguns percalços, a FENPROF é nossa filha!

Mas não só. Considero que ainda hoje continua subestimado, desvalorizado o papel social e político do movimento GEPDES nas abordagens históricas do desfazer de feira da Ditadura fascista, do momento de ruptura do 25 de Abril, dos primeiros anos após a Revolução, no abrir caminhos de liberdade, democracia e de uma verdadeira Reforma Democrática do Ensino. Os GEPDES foram uma importante força social e política progressista, envolvendo milhares de professoras e professores (e escolas) (sobretudo segmentos do ensino Preparatório e Secundário) que revolveram e revolucionaram uma estrutura central do Estado fascista – lembremo-nos da gestão democrática das escolas – até aí uma eficiente colaboradora, reprodutora e seguro de vida do poder e ideologia da Ditadura. Uma camada social intermédia que convergiu com o movimento operário e popular e o MFA para e na Revolução de Abril.

E sei uma coisa de ciência certa: hoje aqueles que fomos voltariam a fazer tudo outra vez!

II

Ao remexer nalguns manuscritos velhos começo por constatar que a minha caligrafia, que nunca foi boa (nunca passei do suficiente menos), conseguiu degradar-se bastante posteriormente. Mas encontro no conjunto caótico de alguma notas e apontamentos a possibilidade de detectar e perceber algumas das nossas preocupações de então. Foram coisas escritas para reuniões nacionais do GEPDES, notas de trabalho para o PCP e reflexões que tive tempo para fazer no remanso da minha tropa em Sacavém, reflexões a propósito da pedagogia, do sindicalismo docente e da nossa luta. Têm um pequeno problema, é não terem datas, salvo raras excepções. Transcrevo breves trechos.

1. O problema da sigla GEPDES

- Encontramo-nos numa altura em que o G(overno) Fasc(ista) vê abrirem-se fendas em todos os sectores da vida do País, mesmo daqueles que julgava mais coesos – ver Exército. Numa situação de crise aberta do regime o objectivo deve ser avançar.
- Nunca (como agora) a melhor defesa do movimento dos professores (dos seus activistas) será um desenvolvimento do trabalho que se vinha a realizar. Só a ampla mobilização dos professores pode defender os professores.
- Tática governamental: ilegalizar os GEs – os seus elementos isolam-se da grande massa dos prof. – podem-se colher.
- Evita-se o isolamento reactivando-se o contacto com a massa dos professores – informação e reuniões.
- Não deve haver dúvidas: há repressão não por utilizar a sigla, mas por se manter um determinado nível de trabalho. Mas o nível de repressão estará sempre limitado pelo nível de trabalho executado (e pela situação política do momento.)
- A sigla representa todo um trabalho desenvolvido até ao momento: a base real de uma vida sindical para os docentes portugueses, a ampliação do n.º de professores a ganhar nas férias, alargamento dos estágios, reconduções, etc.
- A não haver demissão no desenvolvimento do trabalho a repressão só vai ser contida pela mobilização dos professores.
- As assinaturas da carta-aberta publicada e a continuação do mesmo apoio é de molde a dar-nos confiança e a incitar-nos na continuação dos trabalhos.

2. A circular e outras medidas repressivas

– A Circular do MEN contra os GEs

a) Resumo da circular: os GEs têm vindo a desenvolver uma campanha pró-Associação. Este objectivo é anti-constitucional e ilegal. Logo os GEs são ilegais. Os GEs funcionam como «Associação de facto».

b) Confidenciais aos directores

– Para acalmar os prof. que o MEN ia resolver os seus problemas;

– Para informar dos prof. que pertenciam aos GEs;

– Para dizer, se na Escola havia prof. directores da Revista.

c) Acção de alguns directores

– Chamaram prof. destacados ao Gab. E interrogam-nos e intimidam-nos;

– Proíbem reuniões que estavam marcadas.

– A repressão surgiu após,

+ Campanha de boatos sobre «greves» que estavam a processar-se nalgumas escolas. Notícia na BBC de uma greve no Liceu de Almada. Fonte dos boatos: MEN. (Andava (e anda) na boca de muita gente a palavra greve).

+ Discursos de Marcelo e Veiga Simão.

+ Boatos sobre possíveis aumentos aos func. públicos e alterações das «letras» dos professores.

– A reacção dos GEs

+ Realização de uma carta-aberta ao MEN assinada por mais de 1 500 (professores). Vai ser impressa (assinada por 500/600 nomes). Incluindo Directores.

+ Foi pedida uma entrevista ao MEN por prof. de Lisboa, Porto, Leiria, Setúbal.

– Reacções nas Escolas – variadas

+ Ida de grupos de prof. ao director perguntar porque foram proibidas as reuniões (Alfredo da Silva);

+ Professores que se recusaram a responder ao inquérito-carta (policial) da Directora (Luísa de Gusmão);

+ Embora haja uma certa atemorização, na grande parte dos casos as reacções foram positivas e de apoio (ver o nº elevado de assinaturas conseguido em 3 dias);

+ Continua-se a perguntar/pedir pela exposição para assinarem;

+ Verifica -se o apoio dos GEs nas Escolas.

3. Perspectivas de Trabalho

Reforço do trabalho mobilizador:

+ Com base em:

a) problemas profissionais: gestão; reivindicações concretas; associação;

b) problemas pedagógicos (?) – alargamento do campo de discussão, intimamente relacionado com as condições de trabalho, base de defesa do movimento, capaz de englobar os efectivos, choque com a actual estrutura do ensino;

c) O professor como cidadão (?) – a desclassificação social do professor

+ Utilizando

a) Trabalho por escola – grupos de trabalho caminhando para grupos de estudo – base do movimento – eleição de comissão de delegados,

– direito de reunião

– debate de problemas concretos da escola e do movimento

– direito de informação

4. Encontro de professores na Figueira da Foz

No encontro de professores do dia 25 de Julho (de ???) (3) na Figueira da Foz ficaram definidos os objectivos do movimento dos professores do Ensino Secundário reunidos em Grupos de Estudo.

1) Problemas profissionais

1.1 – Associação de professores

1.2 – Estatuto dos Professores do Ensino Secundário

1.3 – Participação na gestão escolar

1.4 – Reivindicações atinentes a uma melhoria da sua situação profissional (Pontos Prioritários e Urgentes).

2) Problemas pedagógicos (e cívicos)

Participação, com poder de co-decisão em tudo aquilo que diz respeito ao ensino: objectivos, estruturas, métodos;

Que desenvolvam no professor e pelo professor uma consciência profissional capaz de o tornar um agente de uma Reforma Democrática do Ensino;

E compreendendo o esquema assim proposto deverão dinamizarem-se articuladamente com o grau de organização e amplitude do desenvolvimento dos GEs num momento dado.

ALGUMAS IDEIAS PARA O REFORÇO DO MOVIMENTO

1) Reforçar o trabalho mobilizador por escola obrigando as pessoas a discutir, aceitar, sentir as reivindicações propostas.

2) Tentar saltar por cima das proibições (virão outras) sem ilegalizar o movimento (jantares de confraternização, reuniões por local, etc.

3) Esforçar-se por dinamizar os GEs que podem ser a sobrevivência do movimento.

4) Evitar que nos reduzam ou sejamos nós próprios a reduzir o movimento a um grupo limitado de pessoas.

5) Conseguir (prosseguir) uma pessoa ou grupo de pessoas por escola.

6) Continuar a aprofundar o estudo, crítica e elaboração da «Proposta».

7) Informar convenientemente os professores.

8) Como preencher o período de férias sem desorganizarmos tudo (Acampamento Nacional de Professores).

5. Discutir, propor, informar, objectivos mediatos e imediatos do movimento, e métodos de trabalho

Sem mobilizarmos grande parte do corpo docente não teremos um movimento, não teremos uma classe.

– Quem são os professores e até onde são capazes de ir no momento actual (pelo menos na sua grande maioria).

– Conhecimento da força do MEN: nem sobrestimá-la nem subestimá-la; qualquer das posições é perigosa.

– Perceber que já foi conseguido algo muito positivo: contactos e coordenação de objectivos a nível nacional, despertar de dezenas ou centenas de professores para a resolução dos seus problemas.

– Manter e desenvolver, na medida do possível, o indicado em 3) será uma conquista da classe.

– Como conseguir manter e desenvolver... agora que se aproxima o período de exames e o período de férias?

6. Reunião do Secretariado

Coimbra – Secretariado 20/6/71 (3)

1) Informações

2) O problema do Encontro de Professores

3) Carta aos deputados e à Imprensa

4) Anúncios e inscrição no com.s (comunicação social)

5) Análise do movimento e organização

6) Reacção ao estatuto

Informações:

1) 17JUL – 15 horas – reunião inter-escolas, Zona Centro: OT: 1) Estado actual do movimento; 2) Problemas do ensino Secundário;

2) OIT – J. Gaspar Teixeira «...» Textos, contradição com situação actual do professorado;

3) Braga – reuniões de profs de Braga;

4) Porto – Colóquio ou reunião geral; Viana do Castelo – início; Oliveira de Azeméis – Fiães, Feira; Famalicão – GEs

Decisões:

- RN – Pombal, Braga, Lisboa, Porto, Barreiro, Coimbra, Leiria, Évora;
- Carta aos deputados
- Referência aos mestres e professores de trabalhos (manuais);
- Colaborar com o MEN – colaborar com as autoridades ///colaborar com a Reforma do Ensino Português;

Reunião (próxima) GE.s 3 Julho /// Leiria

7. Aspectos positivos e negativos do movimento e suas razões sociais, económicas e políticas

- a) Agravamento da sit. económica; b) Alargamento do estrato social; c) Alterações ideológicas da classe; d) Agravamento dos problemas de uma estrutura de ensino que rompe por todos os lados; e) A demagogia liberalizante – os colóquios; ((f) O movimento associativo e os professores);

Objectivos mínimos conseguidos:

- a) Coordenação nacional;
- b) Reuniões conseguidas;
- c) Elaboração de um caderno reivindicativo;
- d) Erupção de uma consciência profissional – associação;
- e) «Cadernos»

Como reagir face ao não pagamento nas férias? (Além das formas propostas): b) à saída de um estatuto ministerial? c) à proibição de um ENP; d) à proibição de reuniões;

e) Encontro com o MEN.

8. Notas sobre o Pedagogismo

- Notas sobre o enquadramento político da Reformas do Veiga Simão;
- Notas sobre textos da Revista L'École et La Nation, n.º 229/OUT73 e n.º 290/NOV73;
- Notas Organização de Grupos de Trabalho – Anastásia Emília Salgado, CPES – Eugénio dos Santos;
- Escolas Pró ou Contra? Abordagem crítica das obras de Ivan Illich de Ferreira de Brito;
- Notas sobre art.ºs da Vértice n.º 356, Notas: Para uma pedagogia não-directiva (VII)/Severo de Melo; Educação – Notas acerca das relações entre professor e aluno/Fátima Saraiva (Esteve nos GE);
- Moções do Congresso de Estudos de Março 1972 do SNES (França);
- Notas sobre escola/ensino/pedagogia acção sindical da Revista L'U.S. n.º 5/20OUT71.»

III

E agora o que fazer quando, com Abril, comemoramos também os 50 anos dos GEPDES?

Agora, olhar o futuro daqueles a quem vamos passando memória e memórias. Com uma grande confiança, sem descurar os riscos. Como fizemos naqueles anos de GEPDES. Apesar de todas as voltas e reviravoltas que o mundo deu e vai continuar a dar, hoje o caminho, mesmo com muitos atalhos e rotundas com muitas saídas, só pode ter um sentido: a felicidade dos povos, a começar pelo nosso. Onde estamos, onde vivemos e onde morremos. Onde estamos de pé, reflectindo e continuando a sonhar. Onde resistimos, seremos sempre capazes de avançar!

Nestes últimos anos os professores portugueses travaram uma luta espantosa de unidade e força. Acabaram por ter a razão toda dada por todos. Sempre “*alcança quem não cansa*” (Mestre Aquilino Ribeiro). Resta, nestes tempos muito difíceis, que a energia dessa luta se prolongue e desague numa Escola Pública, democrática, viva, de qualidade, ao serviço do país e das novas gerações que nele vivem. O sonho dos professores desse movimento magnífico que

foram os GEPDES de uma Reforma Democrática do Ensino, iniciada com Abril, será inteiramente realizado.

(1) A anedota julgo ser conhecida: Veiga Simão no acto de entrega do abaixo-assinado questionou o facto de com tantos bons professores de português o texto dos abaixo-assinados serem todos iguais, e o Casais replicou que outra coisa não faziam os católicos repetindo sempre a mesma coisa na Avé Maria!

(2) O Chefe da Secretaria (Chefe de Serviços da Administração Escolar) dessa Escola em Fafe, o Sr. Manuel Joaquim Vieira, deu uma importante contribuição para o opúsculo «A Política de Mão-de-Obra barata do Ministério da Educação Nacional», com uma informação rigorosa sobre categorias, vencimentos, etc. dos diversos estatutos de docentes. E para que fique registado e seja conhecido, o Prefácio sem autor no Livro é do Professor José Bento, nosso colega do GEPDES do Porto.

(3) Nos apontamentos de que retirei estas notas tenho, como escrevi, poucas datas e algumas incompletas, e em divergência das referidas pela Maria Manuel Calvet Ricardo no seu precioso livro «Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundários, 1969-1974 – As raízes do Sindicalismo Docente». Quero declarar que admito que sejam as da Maria Manuel as correctas!

2.2

Agostinho dos Reis Monteiro

Entrei nos *Grupos de Estudo* com eles em andamento...

No Verão de 1970, regressara da Alemanha (RFA: República Federal Alemã), onde era boa a minha vida como estudante com um *part-time* estável e bem pago, numa grande Companhia de Seguros, a *Lloyd Versicherung* (tinha a chave do prédio para ir ganhar horas extraordinárias nos fins de semana com a minha amiga finlandesa). Estudava Ciências Políticas (entre outros estudos), frequentara Seminários do SPD e da CDU (os dois grandes Partidos da Alemanha); assistira no Parlamento de Bonn a um vivo debate sobre a *Ostpolitik* (política de leste, de aproximação à RDA: República Democrática Alemã) com os protagonistas da vida política alemã da época (entre eles o Chanceler Billy Brandt)¹¹; viajara (à boleia) por grande parte da Europa, incluindo Berlim Leste e Praga; visitara (na minha velha bicicleta) o campo de concentração de Dachau; marchara em Nuremberga contra a guerra no Vietnam; lera o *Diário del Che en Bolivia* (cuja imagem icónica estava em muitos quartos de residências universitárias). Mas não quis ficar na situação de desertor. E queria estar cá para fazer alguma coisa.

No Outono, comecei o serviço militar no Convento de Mafra – recruta e especialidade de ‘Atirador’, podendo vir a ser seleccionado para o curso de capitães. Mas se fosse mobilizado para a guerra, não, procuraria regressar à Alemanha, com o *Also sprach Zarathustra* (Assim falou Zarathustra, Nietzsche) que me acompanhava no bolso da perna da farda, com a G3, durante a instrução militar.

Na Primavera de 1971, consegui “passar à peluda”: uma Junta de Coronéis declarou o Soldado Cadete N.º 089604/67 «incapaz para todo o serviço militar, mas apto a angariar o seu sustento»... Ninguém acreditou, então, que não fora uma poderosa ‘cunha’, mas foi apenas a cumplicidade de um jovem médico miliciano, no Hospital Militar. Sentado num banco do Jardim da Estrela, ali fiquei longamente a pensar no que fazer da inesperada liberdade de recomeçar a vida... Uma semana depois, quatro soldados cadetes foram engolidos por um pântano que o Alferes comandante de pelotão os obrigou a atravessar, na Tapada de Mafra.

Inscrevi-me na Faculdade de Letras do Porto como estudante voluntário de Filosofia e concorri ao Ciclo Preparatório do Ensino Secundário (CPES) para leccionar Francês (disciplina então carecida de docentes), com o meu Diploma do *Institut Français de Munich* (tinha outro do *Sprachen- und Dolmetscher Institut*, onde conheci jovens de todo o mundo, entre os quais a futura rainha da Suécia, Sílvia, sua estudante mais famosa)¹².

Comecei a carreira docente no ano lectivo de 1971/72 na Escola Preparatória Gonçalo Mendes da Maia, no centro da Maia, instalada num palacete com jardins (e a paixão de Elisa...), onde tive como colega (e amigo, até hoje) o José Augusto Nozes Pires. Foi pela sua

¹¹ A quem a cidade do Porto dedicou um digno monumento na Av. Marechal Gomes da Costa.

¹² Fundado em 1952 por Paul Otto Schmidt – que fora o intérprete principal do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, de 1922 a 1945, e tradutor pessoal de Hitler – o *Sprachen- und Dolmetscher Institut* (SDI) expandiu-se e denomina-se, desde 2020, Universidade Internacional (*Internationale Hochschule SDI München – University of Applied Sciences*).

‘mão democrática’ que comecei a ir às reuniões do *Grupo de Estudo do Norte*¹³. E com a ‘orientação clandestina’ do José Aranda da Silva, com quem tive uma relação que perdura¹⁴.

Entrei nos radares da PIDE/DGS logo em Janeiro de 1972, como verifiquei nas fotocópias de registos na minha ‘ficha’ política que o Tozé (Costa Carvalho) me enviou em Abril de 2002. Continham informação diversa sobre a minha participação nas actividades da Oposição Democrática. Um agente mais compreensivo escreveu no seu relatório que eu enveredara «pela linha ideológica adversa ao Regime Vigente, embora um tanto moderado, mas apoiando sempre tudo quanto lhe pareça ser mais fraco, independentemente de factores realistas ou não»... Não havia referência expressa aos *Grupos de Estudo* (nas cópias que tenho), mas era mencionada a minha assinatura do Comunicado de Fevereiro de 1973 (contra a aplicação do famigerado Decreto-Lei 25 317, de 1935).

Fiz parte da Comissão Nacional do III Congresso da Oposição Democrática (4-8 de Abril de 1973) e redigi uma das duas Teses colectivas enviadas ao Congresso por um grupo de membros e simpatizantes do *Grupo de Estudo do Norte*: “A situação dos professores: questão de cidadania política”. A outra (“A democratização do ensino”) foi redigida pelo Metodólogo Jofre Amaral Nogueira¹⁵.

Fui membro da redacção de *A Opinião*, atrevido jornal quinzenal da Oposição Democrática (Porto) que mais tarde passaria a semanário (publicado até 30 de Dezembro de 1977). O primeiro número saiu a 2 de Junho de 1973, com textos de Óscar Lopes, Armando Castro, Raúl Castro, Nozes Pires e eu próprio. O nº 5 (28 de Julho) incluía uma mesa-redonda sobre “A situação do Professor do Ensino Secundário”, com membros do *Grupo de Estudo do Norte*. Fiz uma entrevista a Óscar Lopes (que morava perto da actual Casa da Música), publicada nos nºs 8 e 9¹⁶.

No ano lectivo de 1973/74, estava na Escola Preparatória Sá Couto, em Espinho. Quando em Fevereiro chegou a Circular confidencial para saber se lá havia algum docente com funções de Direcção na revista *O Professor*, o Director da escola, pessoa decente, chamou-me, preocupado, para me perguntar o que havia de fazer. Disse-lhe que informasse que eu era Subdirector e comecei a pensar numa alternativa de emprego, se fosse demitido. A Berta, que fora candidata da Oposição Democrática nas ‘eleições’ de Outubro de 1973, obtivera, pouco depois, o seu primeiro emprego, por concurso, numa multinacional, mas no fim do primeiro dia de trabalho pagaram-lhe o mês e despediram-na. O Manuel estava para nascer. Pagávamos uma renda elevada pelo nosso pequeno apartamento no centro do Porto (onde havia reuniões). Tinha na Faculdade um amável colega mais velho com funções de direcção

¹³ Tivemos noites de debate em casa do Gomes Bento, em que participava também sua mulher, Marcela Torres (já falecida), irmã de Cláudio Torres, filhos de Flausino Torres, historiador e militante contra a ditadura.

¹⁴ Recém-licenciado em Farmácia, sempre sorridente e caloroso, o Aranda viria a participar no MFA e chegaria a Coronel. Foi o primeiro Presidente do INFARMED e Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, entre outros cargos e honras. Os nossos encontros eram em locais discretos da cidade. (“Lembro-me até dos nossos passeios na Foz” – escrevia-me recentemente).

¹⁵ Quando fui a sua casa (perto da Igreja do Bonfim, não longe da estação de Campanhã) buscar o manuscrito (que conservo), aguardei que escrevesse as últimas frases, sentado à secretária, de roupão, respirando já com dificuldade. Faleceu pouco depois (a 12 de Junho), em Lisboa, no Café Palladium, ao fundo da Av. da Liberdade (fechou em finais dos anos 1970). Morte fulminante, testemunhada por um amigo meu, arquitecto e Alferes miliciano, que estava na mesa ao lado e ainda tentou a respiração boca-a-boca. A revista *O Professor* homenageou-o. Em 1983, no 10º aniversário da sua morte, organizou uma romagem ao cemitério do Prado do Repouso (Porto) e uma sessão na Escola Secundária Oliveira Martins (onde leccionou), em que estiveram, entre outras personalidades, Rui Luís Gomes, Óscar Lopes, Virgínia Moura e Rogério Fernandes.

¹⁶ Com fotografia de Sérgio Valente, que em 2010 publicou um álbum que é um documento único: *Sérgio Valente: um fotógrafo na oposição* (Edições Afrontamento).

numa Seguradora. Como eu tinha a experiência alemã nessa área, falei com ele e prometeu-me emprego, com um vencimento cerca de três vezes superior ao que tinha. Mas chegou o mês de Abril, “quando os cravos abriam” (Eça), e continuei professor e a Berta obteve emprego e o Manuel nasceu.

Entretanto, a 21 de Abril de 1974, durante uma homenagem nacional ao Professor Óscar Lopes promovida pelo semanário democrático portuense *A Opinião*, li um texto subscrito por 32 professores, professoras e outras personalidades, intitulado “A propósito de uma homenagem” (v. A3.15). Julgo que foi a última intervenção pública dos *Grupos de Estudo* antes da Revolução.

No dia 25 de Abril de 1974, quando saí de casa para ir para a escola, ainda noite, quase tive de pedir licença ao ‘pide’/informador de serviço à porta do prédio (entreguei-o, dias depois, no Quartel-General, que ficava ali perto, na Praça da República). Ao chegar à Ponte da Arrábida, vi um grupo de soldados junto de uma arma pesada. Soube do que se passava quando cheguei à escola, onde leccionavam também a Saudade Manso Preto, o António José Teixeira Lopes e o Pacheco Pereira, meu adversário PCP (M-L) nas lides associativas da Faculdade de Letras (com quem voltaria a cruzar-me durante o estágio de profissionalização em Coimbra).

No dia 6 de Maio, instituímos um dos primeiros Conselhos Directivos do país (com estatuto), para o qual eu e o Pacheco Pereira fomos eleitos (juntamente com o Director, que não tínhamos razões para excluir). Fui para Lisboa, durante algumas semanas, como representante do Sindicato dos Professores (de cuja Direcção Provisória era membro) num grupo de trabalho para elaborar legislação laboral, no Ministério do Trabalho de Avelino Gonçalves (dirigente bancário do Porto), grupo de que faziam parte Vital Moreira, Gomes Canotilho e Jorge Leite (Faculdade de Direito de Coimbra). Durante a minha ausência, a ‘reacção’ organizou na escola uma manifestação (com cartazes) contra mim e o Pacheco Pereira.

Durante o ano lectivo de 1974/75 estive a tempo inteiro na Direcção da revista *O Professor*, com licença sem vencimento (e carteira profissional de jornalista...). Foi aí que deu os primeiros passos no jornalismo o Carlos Magno, que viria a ser Presidente da ERCS (Entidade Reguladora para a Comunicação Social). Por exemplo, fez uma entrevista ao Reitor da Universidade de Moscovo, publicada no nº 13 da revista (Abril de 1976)¹⁷.

No ano lectivo seguinte, entrei na Escola do Magistério Primário do Porto, onde conheci a minha querida amiga e artista Celeste Carranca (e o Pedro e a Sílvia Hestnes Ferreira), que fora nora do poeta José Gomes Ferreira e viera de Paris para viver a Revolução. Foi com ela que fomos a casa de Siza Vieira (próxima da Praça Velasquez, agora Praça Francisco Sá Carneiro), então envolvido no Projecto SAAL do Bairro da Bouça, abaixo da Igreja da Lapa (relançado na primeira década deste século)¹⁸.

¹⁷ Estudou no Liceu Nacional de Chaves, onde cheguei a leccionar em 1977 e tive como brilhante discípulo o Francisco José Viegas, escritor, jornalista e outras vidas. O ‘Xico’ Viegas era o animador de um Grupo de Estudos Culturais que lançara o *diálogo*, quinzenário do Liceu com que eu colaborava. A ‘redacção’ era num café (ou pastelaria) frente ao Liceu, do outro lado do jardim, cujo nome não recordo (só me lembro dos pastéis...).

¹⁸ Um dos seus apartamentos foi adquirido pelo meu filho Manuel, formado na Faculdade de Belas Artes, que por vezes tem de abrir a casa a grupos de estudantes de Arquitectura.

Foi também neste contexto que conheci o Salvado Sampaio (almocei em sua casa, ali ao lado do Campo Grande, onde eu viria a morar) e o Rogério Fernandes (que seria meu colega na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa). Conduzi o Rogério Fernandes na minha 4 L por montes e vales do Alto Minho, visitando escolas, naquele ano em que os estudantes da Escola do Magistério Primário de Viana do Castelo fizeram um abaixo-assinado (noticiado na Imprensa) exigindo à Directora a minha recondução.

As *Edições O Professor* publicaram o meu (modesto) livro *Educação, Acto Político*, em 1975, que foi tema de uma longa entrevista publicada no semanário *A Opinião* em Abril desse ano. Tornou-se leitura quase obrigatória em muitos centros de estágio, valendo-me convites para colóquios um pouco por todo o país (incluindo a Escola Ferreira Borges, Lisboa).

O meu envolvimento nos *Grupos de Estudo* influenciou decisivamente o curso da minha vida. De vários modos...

2.3

Ana Maria Malheiro do Vale
Elsa Oliveira
Maria Manuel Calvet Ricardo

1969, 1º período, Escola Comercial Ferreira Borges, sala dos professores.

Quatro professores eventuais – Ana Maria Malheiro do Vale, Elsa Oliveira, Ferreira Alves e Maria Manuel Calvet Ricardo – conversam sobre a injustiça de não receberem nas férias. Este pode ter sido o diálogo entre eles:

- Isto de não receber nas férias não é justo!
- Precisamos fazer alguma coisa! Mas temos que agregar mais professores....
- E se fizéssemos um abaixo-assinado ao Ministro?
- Boa ideia! E como fazer? Precisamos de apoio!
- Como e onde é que podemos reunir os professores?
- E se fosse na Francisco de Arruda?

Seguiram-se várias reuniões, à noite, na sala de professores da Escola Preparatória Francisco de Arruda. Os telefonemas, na maior parte das vezes, faziam-se do gabinete do diretor e as cartas para as escolas eram enviadas pelo correio, a custo zero. As cartas a título pessoal eram deixadas em caixas de correio em vários pontos da cidade, nunca mais de 5 por marco de correio. Verificou-se, aliás, que o recurso ao correio originou denúncias de funcionários à polícia política.

A criação dos Grupos de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios, verifica-se em Lisboa, em 27 de maio de 1970, numa reunião na Escola Preparatória Francisco de Arruda em que compareceram representantes dos liceus D. João de Castro, secção de Almada, Rainha D. Amélia e Passos Manuel e das escolas preparatórias de Pedro Santarém, Manuel da Maia, Marquesa de Alorna, Eugénio dos Santos, Paula Vicente, Francisco de Arruda e secções, bem como muitos outros, que subscreveram um abaixo-assinado no qual se reivindicava o pagamento do vencimento durante doze meses por ano aos professores eventuais e provisórios e que foi entregue ao ME (Ministério da Educação).

Datas marcantes do percurso dos GE a recordar:

27 de maio de 1970: foi nomeada uma comissão executiva, que teve, como missão imediata, entregar os abaixo-assinados em mão ao Ministro da Educação.

23 de novembro de 1970: decide-se o modelo organizativo a adotar, baseado em comissões provinciais – Comissão do Distrito de Lisboa e arredores, Comissão Sul do Tejo, Comissão do Centro e do Norte.

4 de fevereiro de 1971: os Grupos de Estudo são recebidos pelo ministro da Educação.

5 de fevereiro de 1971: com a participação de 90 professores, de Torres Vedras, Vila Franca de Xira, Évora e Estremoz, reafirma-se a determinação de construir uma organização nacional, criando-se “comissões de ação (comissão coordenadora, de arquivo, imprensa, e livro negro)” e “grupos de trabalho (de legislação, nomeações e reconduções, contratos de

provimento, de vencimentos, das classificações, estágios e efetivação, participação escolar, e assistência ao pessoal docente)”.

6 de março de 1971: primeiro Encontro Nacional em Coimbra com o objetivo de preparar a participação dos GE no VI Congresso do Ensino Liceal, em Aveiro, a realizar de 14 a 17 de abril.

2 de abril de 1971: a “Proposta de Lisboa” é aprovada no Encontro de professores provisórios e eventuais, aberto a todas as categorias de pessoal docente, na Escola Preparatória Francisco de Arruda.

25 de abril 1971: o texto final foi aprovado, em Tomar.

30 abril 1971: numa reunião, na Escola Preparatória Francisco de Arruda, os GEPEeP contam com a participação de professores do ensino preparatório, liceal e técnico de várias regiões do país. O movimento passa a denominar-se Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GEPDES).

Julho 1971: Caderno n.º 1, *O professor*, com o título “O que é um Grupo de Estudo?”

28 de novembro de 1971: o encontro na Escola Preparatória João de Barros, na Figueira da Foz, sobre “O agente de ensino na atual estrutura educativa nacional: estatuto profissional, estatuto pedagógico e estatuto cívico, formação do pessoal docente: cursos de atualização e de aperfeiçoamento” foi proibido por despacho ministerial.

Dezembro de 1971: entregue no Ministério da Educação Nacional uma exposição com 450 assinaturas de professores de todas as categorias e de várias localidades, sobre, entre outros assuntos, a proibição do colóquio marcado para a Figueira da Foz.

10 dezembro 1971: recolhidas 480 assinaturas, o texto foi entregue ao Chefe de Gabinete do ministro da Educação.

Dezembro de 1971: Agostinho Lopes escreve *A política de mão-de-obra barata do Ministério da Educação Nacional – reflexões críticas sobre o Decreto 331/74*.

Setembro de 1972: Costa Carvalho publica *Os livros Escolares*.

14, 21 e 28 de outubro e a 4 de novembro, de 1972: o colóquio proibido para a Figueira da Foz realiza-se na Escola Preparatória Francisco de Arruda, cabendo ao Grupo de Estudo de Lisboa preparar um texto sobre o Estatuto do Professor, a Viseu apresentar um trabalho dedicado à segregação socioeconómica nas turmas do CPES e à Figueira da Foz efectuar um trabalho de estatística acerca do pessoal docente.

Janeiro de 1973: Gomes Bento publica *História do movimento associativo dos professores do ensino secundário - 1891 a 1932*.

15 de julho de 1973: a decisão de se criar uma Associação de Professores foi alvo de um inquérito nacional, “Para uma Associação de Professores”, sobre o âmbito, as finalidades e a forma de organização dessa associação. A decisão foi assumida, depois do apuramento dos resultados, e aprovada na reunião nacional.

Outubro 1973: n.º 1 da revista *O professor* sobre o Estatuto do professor.

2 de dezembro 1973: aprovação em Ílhavo do modelo organizativo nacional: Comissão Nacional composta pelos Executivos do Norte, Centro e Sul.

Dezembro de 1973: vários professores, na sequência dos acontecimentos conhecidos como da Capela do Rato, foram afastados do serviço devido a detenção por parte da polícia política.

1974: os Grupos de Estudo passam a Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório (GEPDESeP).

Fevereiro de 1974: o Despacho n.º 9, do secretário de Estado da Instrução e Cultura compara os Grupos de Estudo a “associação secreta”. Os seus membros corriam o risco de prisão correcional nunca inferior a 6 meses, perda de funções públicas, suspensão de direitos políticos por 5 anos e multa. Um abaixo-assinado com 1517 exigia a revogação imediata do despacho.

12 fevereiro 1974: os ofícios-circular, enviados pelo MEN e direções-gerais dos três ramos de ensino, pediam a denúncia pelos diretores e reitores da “continuação da atividade dos chamados grupos de estudos quais os professores do estabelecimento de ensino neles participantes, para procedimento em termos legais”.

Março de 1974: publicado *Professores: que vencimentos?* de António Teodoro.

25 de Abril 1974

28 abril 1974: teve lugar na Figueira da Foz a última reunião formal dos Grupos de Estudo, a nível nacional. No comunicado saído da reunião, divulgado em vários meios de comunicação, ressalta a exigência do direito efetivo ao exercício da liberdade política e sindical dos professores e a exigência do afastamento de todos os diretores e reitores e a defesa da gestão democrática das escolas.

30 abril 1974: criação do Sindicato dos Professores do Norte depois SPZN e do Sindicato de Professores da Zona Centro (SPZC).

2 maio 1974: criação do Sindicato de Professores da Zona da Grande Lisboa (SPZGL) depois SPGL.

Estavam lançadas as raízes do sindicalismo docente livre e democrático.

António Teodoro

Comecei a trabalhar como professor eventual no longínquo ano letivo de 1969-70. Estava então no 2.º ano do Instituto Nacional de Educação Física (INEF). Filho mais velho de um sargento da Marinha e de uma mãe doméstica, com dois irmãos também a estudar, tive de encontrar trabalho para pagar os meus estudos e ajudar nas outras despesas familiares.

A possibilidade mais próxima era a do ensino na Educação Física, uma disciplina onde eram evidentes as carências de professores qualificados. Vivendo no concelho de Almada, procurei na secção do Liceu D. João de Castro, criada pouco tempo antes nuns pavilhões pré-fabricados onde hoje se situa a Praça S. João Batista, a possibilidade de um horário que fosse compatível com as minhas aulas no INEF, situado, como ainda hoje, na Cruz Quebrada. A existência de um horário incompleto permitiu-me acumular com a frequência do curso de Professor de Educação Física do então INEF.

Rompendo com a ideologia nacionalista do Estado Novo que estivera na origem da sua criação por Carneiro Pacheco em 1940, o INEF era um laboratório das mudanças que se adivinhavam no País, marcado pela forte influência dos seus diretores, Nelson Mendes, primeiro, e Albano Estrela, depois. Aí começou o contacto com as pedagogias libertárias e não diretivas, com a pedagogia Freinet, a leitura de *O Desporto e as Estruturas Sociais*, de José Esteves, o primeiro contacto com o marxismo, o interesse pela história e a sociologia da educação.

Embora afastado do centro de Lisboa, a crise académica de 1969 também chegou ao INEF, com plenários, com a música de intervenção e de protesto (Rui Mingas, Pedro Barroso, José Afonso), a participação nas RIA (reuniões inter-associações de estudantes). E, também, vivendo na margem sul do Tejo, a participação na CDE de Setúbal e nas atividades políticas e associativas desse distrito de forte presença operária.

Foi neste contexto que participei na primeira reunião do que veio a designar-se de Grupo de Estudos de Lisboa na Biblioteca da Escola Preparatória Francisco de Arruda, presumivelmente em Maio de 1970. Não me recordo da forma como tive acesso à carta-convite proveniente das colegas Ana Maria Malheiro do Vale, Elsa Oliveira e Maria Manuel Calvet Ricardo. Mas compareci, figurando nos registos dessa reunião como delegado da secção de Almada do Liceu D. João de Castro. A partir daí, passei a integrar o núcleo de coordenação do Grupo de Lisboa, tanto mais que, em 1971, recebi o convite do Prof. Calvet de Magalhães para ir trabalhar na 'sua' Francisco de Arruda, arranjando-me um horário compatível com o terminar do curso no INEF e, depois, com o serviço militar obrigatório, que cumpri na Marinha.

Em tempos onde a liberdade de reunião não existia, a Francisco de Arruda tornou-se o porto de abrigo do Grupo de Estudos de Lisboa, a sua sede e o local onde se realizaram as principais iniciativas públicas, com destaque para os Colóquios de 1971 e 1972. Para além de contar sempre com o apoio do chefe do pessoal, a chave da escola foi-me disponibilizada à ordem do Prof. Calvet de Magalhães, possibilitando a sua utilização para reuniões durante o período noturno ou aos fins de semana. E foi também na tipografia da Francisco de Arruda que se paginaram e imprimiram os 3 números dos Cadernos do professor (Julho a Dezembro de 1971). Num parêntese, diga-se que não foi fácil encontrar o título para o que veio a ser o órgão de comunicação dos Grupos de Estudos. Depois de várias propostas não consensuais, o nome resultou de uma conversa com a Elsa, quando viajávamos de autocarro para Setúbal,

no início de 1971. E, porque não, simplesmente “o professor”? Aprovado depois em reunião nacional, ficou assim o título!

Tendo entrado para a Escola Naval em Fevereiro de 1972, para cumprir o serviço militar obrigatório, depois de terminado o curso no INEF, mantive sempre a minha atividade nos Grupos de Estudo, aproveitando mesmo a viagem de fim de curso de cadete da Reserva Naval na fragata Corte Real ao Funchal para reunir e organizar o Grupo de Estudo da Madeira, por sinal num dia de grande tristeza e dor: a do derrube da experiência socialista de Salvador Allende e do seu assassinato por Augusto Pinochet em 11 de Setembro de 1973. A par disso, mantive a atividade política na CDE, tendo sido membro da Comissão Nacional e da Comissão Coordenadora de Educação, Cultura e Juventude que preparou o Congresso da Oposição Democrática de Aveiro em Abril de 1973.

Terminada a Escola Naval e promovido a aspirante e subtenente da Marinha, colocado no Grupo n.º 2 de Escolas da Armada, no Alfeite, como responsável do Serviço de Educação Física, continuei como professor da Escola Francisco de Arruda com um pequeno horário aos sábados, em atividades circum-escolares de iniciação desportiva. E foi nessa condição que a Revolução do 25 de Abril me encontrou.

Não tendo estado associado diretamente ao MFA, constituído por oficiais do quadro permanente, cedo me vi envolvido pelas tarefas da Revolução. Primeiro, como oficial de serviço à sede da PIDE-DGS na Rua António Maria Cardoso no 1.º de Maio de 1974; mais tarde, como membro da Comissão de Extinção da PIDE-DGS e da Legião Portuguesa. Tarefas sempre realizadas em simultâneo com a minha outra vida civil: a de militante dos Grupos de Estudo e depois cofundador do que veio a ser o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL).

E é nessa outra vida civil que, depois de sair de prevenção do quartel, onde me encontrava desde a madrugada de 24 de Abril, participo na última reunião nacional dos Grupos de Estudo, na Figueira da Foz, num domingo, 28 de Abril de 1974. Dias depois, a 2 de Maio, igualmente depois de ter saído do quartel, e à civil, estava a dirigir, com o Prof. Lindley Cintra e outros colegas, em representação do Grupo de Estudos, o Plenário que encheu o Pavilhão dos Desportos na madrugada de 2 para 3 de Maio e onde fui eleito membro da CIP (Comissão Instaladora Provisória) do futuro Sindicato.

Mas isso, já é uma outra história, que levou Rui Grácio a afirmar, com o excesso de generosidade que o caracterizava, na apresentação de um livro meu sobre a carreira docente em Portugal, em 1990, que a minha trajetória pessoal está “indissociadamente articulada à trajetória do movimento associativo docente dos últimos vinte anos, na sua projeção nacional, nas suas relações internacionais”.

Entrei no ensino em Vila Viçosa e Borba, para onde me desloquei de Lisboa devido a pontuais problemas com a editora a que estava ligado.

Aí encontrei um conjunto de companheiros que manifestaram grande adesão aos Grupos de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios (GEPEeP). Já aí me encontrava quando se produziram as reuniões na Escola Francisco Arruda, dirigida pelo Professor Calvet de Magalhães, que amavelmente (e com coragem) nos facultou o local.

Com a experiência do movimento associativo que havia tido – dirigente eleito de Letras e membro da RIA – foi natural a minha rápida integração nos GEPEeP. E foi assim que elaborei, praticamente sozinho, o caderno/revista O PROFESSOR sobre a estrutura da carreira docente e fui mais tarde designado para o Grupo dos 10 docentes (representando a região do Alentejo) que tinham a incumbência de representar os professores nas suas interações com o Ministério da Educação e do qual resultou uma reunião proveitosa com o Ministro Veiga Simão, titular da pasta na altura. Sempre que podia, assistia aos encontros que o Movimento realizava em Lisboa.

(Esta minha actividade era, como verifiquei mais tarde, acompanhada, de perto, pela polícia política do regime, a PIDE/DGS, como não podia deixar de ser, mas sem contudo ter sido molestado)

Em 1971/72, mudei-me para Setúbal e continuei a desenvolver as reivindicações do movimento docente, que em artigo que escrevi duas décadas depois descrevo abaixo (todavia não foi então publicado por circunstâncias que não me ocorrem, mas que agora aproveito, no essencial).

Finalmente instalado em Setúbal, comecei-lhe a tomar o pulso. Não conhecendo ninguém foi natural que fossem os colegas da escola que me iniciassem nas rotinas da cidade – tranquila, acolhedora, e com um local para onde convergiam os fluxos dos cidadãos: a praça do Bocage e nela privilegiadamente o Café Central.

Aí, na sua vasta esplanada, assentei o meu “escritório”, onde preparava as aulas e redigia a minha crónica semanal para o NA – Notícias da Amadora, o prestigiado semanário tolerado pelo regime mas submetido a um garrote que implicava que o lápis azul cortasse aleatoriamente pedaços de texto que, na maioria das vezes, o tornava ininteligível. A minha área preferida era a educação.

Não tardei a integrar, guiado por uma colega da escola, natural de Setúbal, uma mesa de amigos no Café Central, onde pontificava o José Afonso, personagem que eu admirava a partir dos discos e de uma sessão absolutamente memorável que ocorrera no auditório da Faculdade de Medicina de Lisboa, organizada pela respectiva associação de estudantes, e onde o Zeca, acompanhado por Rui Bernardino, Rui Pato e outros, cantou algumas das suas canções que eram hinos de resistência à ditadura salazarista, como o “Bairro Negro” e “Os Vampiros”, longamente ovacionadas por aquele auditório completamente cheio a abarrotar. Uma emoção única percorreu a sessão ao ouvir ao vivo as canções do Zeca que apenas conhecíamos dos discos.

Mas tivemos direito ainda a uma actuação surpresa e extraordinária: pela primeira vez, assistimos à voz única de Adriano Correia de Oliveira, acompanhado por António de Portugal, a cantar os versos magníficos de Manuel Alegre, então exilado em Argel. Quem lá

esteve não mais esquecerá o refrão “Há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz, NÃO!”

Foi o Zeca Afonso, cujo trato simples, rapidamente fazia parecer que sempre nos havíamos conhecido, que me introduziu no Círculo Cultural de Setúbal, bem perto da Praça do Bocage, na 5 de Outubro, e me desafiou a dar aulas (tal como ele, voluntárias) no curso de adultos que o Círculo ministrava e onde ele também era professor: um curso condensado do primeiro ciclo do ensino secundário que se ministrava num só ano. Português e História, e eu aceitei. Ainda hoje sou abordado por ex-alunos para quem foi o impulso para chegarem mais longe academicamente, alguns alcançaram a licenciatura. Foi uma actividade extremamente recompensadora.

A Praça do Bocage, na altura aberta por completo ao trânsito automóvel, era o local de destino sempre que tinha tempos livres; de carro, se vinha da Escola Preparatória onde leccionava; a pé, se vinha de casa, ali perto, situada junto à Livraria Culdex (posteriormente rebatizada Culsete). Aí me encontrava, sem hora marcada com o Zeca que frequentemente deambulava por ali, ou porque vinha das sessões de judo, ou porque sim. A Praça de Bocage era inevitavelmente o rossio sadino, local de encontro ocasional, onde, além do Café Central se encontrava o Café Moderno e a sua esplanada e a cervejaria Reno, e onde se erguia o edifício sóbrio da Câmara Municipal, da autoria do arquitecto Raul Lino. Num desses dias, igual a tantos outros, quando nos deslocávamos em sentido oposto e nos cruzámos, Zeca Afonso transportava sob o braço um volumoso livro com que me acenou: “Eh pá, que é que tu, que és das filosofias, achas disto?”. Surpreendido, peguei no livro *L'Être et le Néant*, subtulado «Essai d'ontologie phénoménologique» de Sartre e disse-lhe espontânea e inconscientemente “É intragável!”. Ficou a olhar para mim, mas surpreendentemente não esboçou nítida discordância para, passados uns instantes, concordar comigo: “Tens razão”. (Eu não sabia que ele tinha feito tese em Sartre, mas de facto o grande pensador francês, um dos intelectuais mais admirados nos meios progressistas da altura, não tinha no ensaio filosófico o seu maior mérito, como acabaria por ser reconhecido pelos seus pares, apesar do êxito que a sua obra “O existencialismo é um humanismo” que deu origem a uma doutrina que se havia de espalhar rapidamente nos meios académicos e de que me recordo na edição da Presença, com prefácio autoria do grande escritor Vergílio Ferreira, também ele professor, no Liceu Camões, prefácio que era bem mais extenso que a obra prefaciada e na doutrina se afastava apreciavelmente do original... Eu de Sartre admirava profundamente as suas peças teatrais, de entre as quais a sua obra-prima “Huis Clos”, de que emanava a célebre máxima “O inferno são os outros”).

José Afonso havia sido afastado do ensino quando na altura leccionava no Liceu Nacional de Setúbal, pelas suas ideias e postura que desagradavam ao regime e alguns dos seus mandantes. Valera-lhe que Arnaldo Trindade lhe propusera um contrato inovador para a época: uma avença mensal em troca da cedência dos direitos de autor, produção e comercialização dos seus discos - estando contratualizada a edição de um disco anualmente, ou pelo menos com carácter regular. Isso lhe garantia uma base material indispensável para viver, ele que ademais tinha família.

Fui a sua casa duas ou três vezes – o nosso “escritório” era como já disse na Praça do Bocage, no Café Central ou então no Café Benjamim, situado junto à estação da Rodoviária. Numa dessas vezes fui apresentado a Benedito, cantor galego, grande amigo do Zeca (aliás a Galiza admirava profundamente o nosso cantor da liberdade, e o recebia sempre de braços abertos.) Das suas actuações a que assisti recordo-me de uma, notável, na Velhinha de Alhos Vedros: casa cheia, onde ele cantou alguns dos seus maiores êxitos para uma plateia que o aplaudia sem cessar.

José Afonso era de uma generosidade extrema: os professores andavam nessa altura – como atrás referi- em luta por condições dignas e eu fazia parte dos seus representantes para reivindicar coisas que hoje seriam inacreditáveis; 80% dos professores eram provisórios, o que significava que eram despedidos nos finais de Junho de cada ano (alguns directores, compreensivos, prolongavam o vínculo por mais um mês) e eram “reconduzidos” em Outubro seguinte – ou seja os professores estavam dois ou três meses sem vencimento (subsídio de férias, nem falar...).

Em nossa casa, e de mais um ou dois colegas, reuníamos-nos para adoptar formas de luta para chamar a atenção do Governo (diga-se em abono da verdade que o ministro Veiga Simão sempre teve uma postura aceitável, ao contrário do seu secretário de Estado, que ameaçava com anos de cadeia os “cabecilhas” do movimento. Aqui, em Setúbal, organizámos um abaixo-assinado que obteve mais de 90% de subscrições nos diversos estabelecimentos de ensino (o que irritou sobremaneira os directores carreiristas e prepotentes que se julgavam impunes) e promovemos um jantar no Restaurante “O Convés”, que ainda hoje existe no mesmo sítio, que se encheu de professores e famílias, e onde a atracção artística era Zeca Afonso, que mais uma vez aceitou o convite. O restaurante era envidraçado, e lá fora, sem se darem ao trabalho de passarem despercebidos, dois homens de gabardine, “uniforme” que caracterizava, não oficialmente, os agentes da polícia política da Pide/DGS, furtivamente acompanharam o repasto até ao fim, que aliás foi sublinhado por alocuções alusivas à situação indigna da profissão docente.

Creio que a melhor maneira de concluir esta evocação dos Grupos de Estudo, que haveriam de dar origem aos sindicatos da FENPROF, após o 25 de Abril, não haveria, pois ali confluíram os movimentos e alguns protagonistas que provavam que a resistência era na altura bem viva ao regime ditatorial que havia usurpado a Liberdade em 1933 e que, no nosso íntimo pensávamos, se não seria eterno... Os civis que foram alimentando a resistência, a par da guerra nas colónias, provaram que não fora por acaso que numa madrugada redentora de Abril, poucos anos depois, o regime implodiu sob a acção dos capitães. O 25 de Abril de 1974, para quem não o viveu, não sabe o que representou para nós e várias gerações de portugueses que lutaram, quantas vezes na clandestinidade, para que Portugal alcançasse a Liberdade. Não há palavras. Talvez *alegria e felicidade...*

Vivia no Porto, já casado e com um filho. Concorri ao ensino secundário. Fui colocado no liceu de uma das ilhas dos Açores. Para aí me desloquei com a família. Fui penalizado por não cumprir o contrato do arrendamento até ao fim. Arrendei outra casa na ilha. Tinha emprego certo e pago durante dez meses. Era professor eventual e isso queria dizer que após o décimo mês voltava a estar desempregado. Por sorte, fui colocado no ano seguinte numa cidade de Trás-os-Montes. Lá estivemos, eu e o meu agregado familiar, durante dois anos, com o previsível hiato de dois meses sem vencimento.

No ano lectivo de 1971-72 consegui colocação num liceu de Coimbra. Nessa altura já eu tinha sido alertado para o movimento dos Grupos de Estudo e para a existência do Grupo de Estudo de Coimbra. Este Grupo formou-se no dia 30 de Abril de 1971 e foi anunciado nesse dia por circular enviada a todos os estabelecimentos de ensino da zona centro (ver comunicação nº 1, de 7 de Dezembro de 1971). Tornei-me participante incondicional. Eu sabia por experiência que protestos e reclamações individuais eram inconsequentes. A luta por um estatuto profissional que implicasse férias pagas, nível remuneratório justo e garantia de continuidade na docência tinha de ser colectiva e exigia coordenação. Os Grupos de Estudo ofereciam essas duas condições. Eram um movimento aberto que concitava a adesão crescente dos professores e estavam organizados a nível local. Os GE locais asseguravam a sua presença em reuniões de âmbito nacional onde se faziam balanços e concertavam estratégias.

No ano lectivo de 72/73, entrei no estágio do liceu D. João III com outros colegas do GE. O estágio conferia o direito a férias pagas e era porta de entrada para a carreira. Mas estava concebido para submeter os estagiários a um molde que lhes coarctava a criatividade e liberdade. No dia 13 de Outubro de 1972 saiu uma circular emanada da Direcção Geral do Ensino Secundário que dissecava à minudência o controlo panóptico dos estagiários. Estes mobilizaram-se, fizeram reuniões com mais de 80 participantes, formaram grupos de trabalho e, no fim, aprovaram uma alternativa para ser apresentada presencialmente ao Director-Geral. Se dele a delegação não recebeu mais do que palavras mansas, a verdade é que dois anos de reflexão colectiva sobre as condições e os objectivos do estágio não se perderam: saiu reforçada a identidade profissional, com consequências para o desenvolvimento de lutas futuras.

Entretanto, conscientes da necessidade de uma estrutura de representatividade mais ampla e consistente, os GE colocaram na sua agenda a constituição de uma associação de professores. A decisão impunha-se porque o universo dos aderentes e simpatizantes do movimento continuava a crescer. Esse facto é que tornou possível reunir em pouco tempo para cima de 1500 assinaturas num texto de repúdio pelo despacho nº 9/74 do Secretário de Estado da Instrução e Cultura que equiparava os GE a associações secretas e ameaçava os seus membros de “prisão correcional nunca inferior a 6 meses, perda de funções públicas, multa ... e suspensão de direitos políticos por 5 anos”. Ninguém duvidava de que a ameaça era para valer e de que os mecanismos da sua execução estavam a ser postos em marcha.

Felizmente, esse processo repressivo foi bruscamente interrompido pela revolução do 25 de Abril. Então, o que eram velhas aspirações tornaram-se uma possibilidade efectiva, nomeadamente, a gestão democrática das escolas e a organização sindical. No dia 29 de Abril,

no liceu D. João III, tomámos por tarefa convocar o maior número de colegas para uma assembleia destinada a destituir o reitor e a eleger uma comissão directiva provisória. No dia seguinte, a comissão eleita dirigiu-se a Lisboa para dar conhecimento ao Director-Geral das deliberações tomadas. Ele não ficou agradado com a notícia – por certo antevendo o que o esperava – e desta vez não foram palavras mansas as que nos dispensou.

A segunda aspiração a ser concretizada foi a criação do sindicato. Consumada a revolução, em todos os liceus e escolas se passou a discutir com entusiasmo os problemas profissionais que o regime até então silenciara. O projecto da de uma associação, que tanto irritara o Poder, estava ultrapassado. No 1º de Maio (o primeiro em liberdade), os professores, integrados no cortejo, competiam entre si no orgulho de serem portadores dos cartazes do seu sindicato.

2.7

Helena Pato

O movimento sindical dos professores não nasceu no 25 de Abril!

A Coordenadora Nacional dos GEPDESP reunira a 31 de Março de 1974, quando parte da classe docente já se assumia como uma força de resistência contra o regime fascista e Marcelo Caetano tentava pôr-lhe fim. Chegada a Revolução, logo nos primeiros dias, e por esse país fora, sobretudo em Lisboa, no Porto e em Coimbra, os professores acorreram a reuniões, ou desceram à rua, com as palavras de ordem que os uniam desde 1970, e puderam contar com as estruturas organizativas já existentes.

A Coordenadora dos GRUPOS DE ESTUDO – Lisboa reuniu pela primeira vez a 28 de Abril. Éramos talvez uma vintena de professores – uns mais velhos e outros gente muito nova, de vinte e poucos anos, tais como Paulo Varela Gomes, António Teodoro e Fátima Rodrigues. Por intermédio de José Pedro Dias, um professor afastado do ensino público que cumprira pena de prisão em Peniche e estava sindicalizado no Sindicato Nacional dos Professores do Ensino Particular – o único sindicato docente permitido pela legislação fascista – acedemos facilmente às instalações da sua sede, em Lisboa, a meio da Rua do Conde Redondo. Ao fim da tarde, concentrámo-nos numa sala, (muito apertados para cabermos todos), sentados junto de uma grande mesa (ao centro) e apinhados em sofás, a toda a volta. À Coordenadora foram-se juntando, aos poucos, activistas dos GE, mas também outros colegas, quer do Particular, quer do Ensino Superior e do Primário. Hoje, ao pensarmos com especial afecto nos companheiros que reuniram nessa noite de boa memória, constatamos que muitos deles *se passaram para outra dimensão* demasiado cedo (não podemos deixar de lembrar o Paulo VG e a Lucinda Lopes, dos GE, mas também os colegas do Ensino Superior Tiago de Oliveira e Vítor Faria e Silva, ali presentes).

A noite foi de intenso debate e muito fumo, apenas com uma interrupção para uma animada ceia num *basfond* da prostituição – um café mal-afamado, ao lado do prédio. Entrámos pela madrugada dentro, com opiniões sem cessar e muita pressa, mas tudo a decorrer no espírito democrático a que nos habituáramos, entre nós. Um ritmo alucinante, pois que a Revolução não esperava. *Avançar, avançar, tomar a dianteira* – era a palavra de ordem que eu (organizada numa célula criada no PCP, para os GE) acabara de receber, em minha casa, vinda da Direcção do PCP. *Aproveitar a situação para, desde os primeiros dias, encabeçarmos as movimentações em matéria de Ensino, dos direitos profissionais e do funcionamento da Escola Pública*. Assim veio a ser. Queríamos rapidamente manifestar um apoio inequívoco ao MFA e caminhar cedo para um *sindicato nacional de professores* que exprimisse a sua voz. [A luta dos GE, desde 1971, por uma *Associação de Professores* havia sido um combate à margem da legalidade, em que umas centenas de professores, por todo o país, tinham arriscado diariamente o afastamento do ensino].

O António Teodoro dirigiu os trabalhos. Fechou-se a fase de preparação de uma Assembleia plenária redigindo-se um *stencil* policopiado pela Isabel Cabeçadas (a *Binha*, uma sócia daquele sindicato que iria, mais tarde, revelar-se imprescindível no secretariado da CIP e da CDP). Às tantas da manhã, estava aprovado por unanimidade o nosso primeiro comunicado na Revolução – um documento histórico. Assinado pelos GEPDESP – que se anunciavam, desde logo, como comissão promotora de uma “Associação de Professores” – o texto iria chegar, no dia 29, aos professores de todos os graus de ensino, oficial e particular, e ser publicado nos jornais diários. Convocava-se para o dia 2 de Maio a primeira “Assembleia

geral de docentes de todos os graus de Ensino, em Lisboa”, a ter lugar na Escola Preparatória Manuel da Maia. [O ginásio comportaria cerca de duzentos professores e alguns de nós duvidaram que pudesse acorrer tanta gente]. Descansámos. Há uma memória do fecho dessa reunião na Rua Conde Redondo, que eu guardo até hoje: assisti às confidências de dois ou três colegas sobre a sua militância no PCP (ainda receosas, por se desconhecer o futuro da Revolução).

Depois, pusemo-nos em marcha para: promovermos a eleição de delegados em todas as escolas, escolhermos a mesa que dirigiria os trabalhos do grande Plenário do dia 2 de Maio, redigirmos duas moções e alinhavarmos nomes para a proposta de *Comissão instaladora do sindicato*, a levar à Assembleia. Entretanto, tínhamos de preparar a ida à Junta de Salvação Nacional, para solicitar ao MFA uma sede. Por esses dias do fim de Abril, a avalanche das tarefas, que quase nos submergia, não nos dava tempo para dormir. A cada instante, deparávamos com novas questões inadiáveis: os nossos minutos enchiam-se de revolução, de manhã até de madrugada.

Na manifestação do 1.º de Maio, em Lisboa, ninguém sabia de ninguém, ninguém encontrava quem procurava. Nenhum de nós, professores, ficou nos retratos históricos. A alegria e a comoção foram os únicos registos no nosso passaporte para o paraíso...

Às 21 horas do dia 2 de Maio, grande confusão no Bairro de Campo de Ourique. Os professores chegavam às lufadas e, em poucos minutos, tinham entrado numa enorme efervescência junto à Escola Manuel da Maia. Eles muito inquietos e nós, dirigentes, entre felizes e aterrados. No bairro, os passeios e a rua cobertos de professores... Ao entrarmos na Escola, verificou-se que a enchente punha em risco a segurança: o soalho, visivelmente, dava de si. Que fazer? Dois dos nossos, da Coordenadora, o Sousa Santos e o Carlos Moreira, procuraram pacificar a multidão. Todos nós clamávamos «Calma, colegas, calma!», sem sabermos como dar a volta à situação. Tentando responder com celeridade, decidimos desdobrar-nos em diligências e contactos: uns de nós correram para cabines telefónicas; eu, a Adelaide Carvalho e o Mário Casais fomos ver um enorme pavilhão desportivo em Campo de Ourique, mas não era suficiente para albergar tanta gente. Na rua choviam os protestos e as acusações. A Revolução estava ali: os professores não queriam esperar e tudo era urgente. O facto é que a determinação e a impaciência dos docentes de Lisboa tinham *caído* (e continuaram *a cair*, nos dias seguintes) nos braços da *Comissão Coordenadora dos Grupos de Estudo de Lisboa*. De repente, as esperadas duas centenas de professores haviam-se transformado em milhares e milhares, sequiosos de participação – ansiando por correrem com os directores das escolas e por sanarem o Ministério da Educação; querendo resolver o problema dos “professores eventuais”, querendo remodelar os estágios, querendo abolir com urgência o “exame de Estado”. [Cada grupo disciplinar e cada escola tinha as suas prioridades na ponta da língua e todos exigiam tudo para o dia seguinte]. Pessoalmente, tive a sensação de que, perante o desaire ocorrido naquela noite, a forma como no futuro seríamos vistos e respeitados pela classe docente estava dependente da agilidade e do modo como superássemos aquele nosso erro de cálculo. O clima era propício a extremos: anjos salvadores ou responsáveis por todos os problemas dos professores, herdados do fascismo...

Garantindo-se, finalmente, um local adequado (por intervenção pessoal do Sousa Santos, um colega com influência profissional no âmbito desportivo), caminhou-se a pé até ao Pavilhão dos Desportos, onde a reunião plenária se realizou, ainda nessa noite de 2 de Maio. *E que fantástica recordação! Oh Revolução! «Avançar, avançar, tomar a dianteira!»*

O espaço enchera e transbordava, com milhares de professores de todos os graus de ensino, oficial e particular. A abrir a sessão – a nossa estreia em Democracia – um telegrama de saudação para a Junta de Salvação Nacional e outro de apoio ao MFA, a manifestarmos toda a disponibilidade para colaborarmos na construção do Estado Democrático. Aprovou-se uma moção em que declarávamos que aquela Assembleia estava reunida para lançar as bases de “um Sindicato de todos os professores”, e uma outra em que se alinhavam sucintamente diversas reivindicações. Aludia-se à «repressão que, na última fase do regime deposto, se abatera sobre o Movimento Associativo dos Professores e o Movimento Associativo dos Estudantes», justificando-se assim o repúdio pela hipótese de entrada para o Governo Provisório de qualquer ministro do regime deposto, nomeadamente do Ministro da Educação Nacional; manifestava-se a opinião de que «não bastavam as demissões (já decididas pela Junta de Salvação Nacional) dos reitores, vice-reitores e directores, para se assegurar o saneamento desejável»; e reclamava-se legislação que permitisse a implementação imediata do processo de *co-gestão nas escolas*. Aprovou-se ainda a constituição de uma *Comissão Instaladora Provisória do Sindicato (CIP)*, com a vigência de um mês, para promoção de eleições: Lindley Cintra, António Abreu, Tiago de Oliveira, Vítor Faria e Silva e Manuel Gusmão (E. Sup); António Teodoro, Fátima Rodrigues, Helena Pato, Sousa Santos e Adelaide Carvalho (E. Sec. e Prep.); Manuel Balbino, Catarina Carapinha, Domingos Torgal, Henrique Beleza e Maria Regina Sousa (E. Prim.); Pedro Onofre, Maria João Avilez, V. Quartim, Rui Passos e Flândia Roxo (E. Partic.).

Encerrámos a assembleia num ambiente de euforia, sob uma chuva de aplausos e de gritos de alegria, que vinham de todos os lados.

Dois dias depois, a 4 de Maio, voltámos a uma concorrida assembleia de todos os graus de ensino, com o objectivo central de discutir o saneamento de quadros do MEN (Ministério da Educação Nacional). «Avançar, avançar! Tomar a dianteira». [Consta que, à mesma hora, Veiga Simão dava os últimos retoques em matérias que ele próprio preparava para, mais tarde, serem discutidas connosco no MEN. Era a sua colaboração para a democracia ou, por outra, eram as particularidades da nossa revolução...]

No princípio da segunda semana de Maio, tivemos uma reunião na Cova da Moura com representantes do MFA, que nos garantiram a cedência de um espaço destinado à nossa sede, e não tardámos a partir para a Rua das Gaivotas, em Lisboa, acompanhados por um *capitão de Abril* – era uma delegação composta por mim (Helena Pato), pela Adelaide Carvalho, a Elsa Oliveira, o Vítor Faria e Silva e o António Queiroz. O militar, muito afável, propôs-nos que víssemos se o espaço nos convinha, já que não faltariam instalações de organizações militares ou paramilitares do regime fascista, agora à disposição das organizações democráticas. Chegámos, curiosos, àquele pequeno espaço, como se procurássemos apartamento para alugar, mas na disposição de não exigirmos demasiado [Nós estávamos com o MFA, não queríamos complicar...]. Estacámos na entrada. A casa pertencera à *Liga 28 de Maio* e eram evidentes a pressa e a ira com que os “inquilinos” de algumas dezenas de anos haviam abandonado as instalações. Logo na primeira sala, espalhados pelo chão, milhares de cartões de identificação de sócios da Liga. Havia gavetas retiradas dos armários, revolvidas, amontoadas sem nexos e misturadas com estandartes. Como lixo e parecendo pisadas, umas quantas fotografias de Salazar, de Marcelo Caetano e de Américo Tomás e diversos *posters* do regime. Algumas fotografias emolduradas jaziam por terra... – imagens do fascismo, prontinhas para, no futuro, constituírem apenas memória. Escrupulosamente dobradas, havia bandeiras de diversas organizações fascistas, daquelas que nos habituáramos a ver, quer nos desfiles, quer hasteadas nos edifícios, em dias de celebrações do regime, com algum povo a assistir. Não levávamos máquina fotográfica, que ninguém pensava nisso. Foi

pena: aquela sala era mais um precioso retrato do fim do regime. Levámos dias a limpar o lixo das instalações.

Cedo se verificou que a solução que mais se adequava à realidade passava pela autonomia dos sindicatos regionais, procurando-se assegurar uma coordenação a nível nacional. Multiplicavam-se as reuniões nacionais, prolongamento – em condições e com objectivos agora diferentes – das reuniões dos GEPDESP; trocavam-se experiências, definiam-se as reivindicações a apresentar, de acordo com as manifestações da vontade da classe. A nível institucional, ainda em Maio, iniciaram-se reuniões com o Ministério [em que, não poucas vezes, foi necessário dar provas de grande firmeza e resistência, em negociações dificultadas pela alteração dos gabinetes ministeriais, muitas vezes renitentes em aceitar o que já havia sido duramente conquistado]. Os primeiros passos da *explosão da gestão democrática* foram acompanhados pelo gabinete do Secretário de Estado da Administração Escolar (Protes da Fonseca), em ligação com as estruturas sindicais.

A nível internacional, a dinâmica do movimento sindical docente em Portugal despertou grande interesse por parte dos sindicatos estrangeiros (alguns dos quais com relações estabelecidas anteriormente, através dos GEPDESP e da revista *O Professor*).

Às vezes, ao olhar o logótipo do meu Sindicato (da autoria do Álvaro Duarte de Almeida) – do qual sou sócia nº 3 – deslizo para qualquer coisa que se parece com saudades. Saudades de um tempo de discussões acesas em reuniões, de guerras em assembleias, de aplausos, apupos, de golpes político-partidários, de paixões à hora da ceia, de intervenções inflamadas nas escolas. Saudades de um tempo ora de regozijo, ora de desilusões, à porta da Av. 5 de Outubro; um tempo de choros, de risos irrepetíveis, de, de, de... Saudades de tudo o que ficou da Revolução e do que ficará por dizer também na história dos sindicatos dos professores e dos Grupos de Estudo que lhe deram origem.

Início da década de 1970. Estava eu a iniciar o meu percurso ligado ao Ensino de História, um percurso que planeava ser curto, não porque não gostasse de ensinar, mas porque temia ser perigoso dar visibilidade à minha ideia de História então já orientada para a interpretação de factos e situações do passado que rompia com a estreiteza de uma História instrumentalizada. Entretanto fiquei colocada como “professora provisória” na Escola Ramalho Ortigão, no Porto. O Ministro, Veiga Simão, estava empenhado em implementar em Portugal uma reforma do sistema educativo - O Projeto Regional do Mediterrâneo. Este projeto proposto e financiado pela OCDE fora recusado obstinadamente por Salazar, à ‘boca pequena’ dizia-se que o ditador não queria abrir as portas à perigosa liberdade. A chamada Reforma Veiga Simão trouxe uma certa lufada de ar fresco para a Educação em Portugal, dado que, além do princípio da “coeducação” (fim da separação por género nas escolas) e fim da discriminação entre escola técnica e liceal, lançou as bases para do alargamento gradual da escolaridade obrigatória. Portanto o início do governo de Marcelo Caetano trouxe alguma esperança de abertura do regime, mas rapidamente se desvaneceu devido a factos como a manutenção da Guerra Colonial e da PIDE, que passou a denominar-se DGS e que continuou a demitir e prender pessoas e a censurar a fala, a escrita e a imagem.

Na Educação, neste contexto, surgiu de forma organizada e clandestina, o GEPDESP. Vivíamos uma era de valorização das ideias e desprezávamos o culto da personalidade e talvez por isso não me recorde do nome de quem me propôs a entrar no GEPDESP. Teria sido abordada pelo Costa Carvalho ou pela Matilde Bento ou pelo Agostinho Lopes, e nessas reuniões clandestinas discutia-se os problemas profissionais dos docentes, particularmente das suas camadas mais jovens. Um problema central destacou-se para os jovens docentes, muitos vindos das universidades onde as reivindicações estudantis ganhavam visibilidade: considerava-se uma aberração obtermos colocação no mês de outubro e em Julho interrompermos o “contrato” e ficarmos à espera de eventualmente sermos recolocados no Outubro seguinte.

Da discussão deste e outros problemas, criou-se um caderno reivindicativo a apresentar ao Ministro, dando prioridade a garantir a continuidade da colocação na Escola, com direito a pagamento dos meses de Agosto e Setembro. Fizeram-se abaixo-assinados em que eu devo ter participado. Porém, as férias aproximavam-se e não havia sinais de resposta à nossa reivindicação. Decidiu-se então chamar a atenção da sociedade Portuguesa para a questão. Da discussão sobre como fazer saiu uma luz - vamos criar um anúncio de pedido de emprego por parte do maior número de Professores, a sair aos domingos nos jornais diários nacionais. A ideia foi acolhida com entusiasmo, o conteúdo era mais ou menos este:

PROFESSOR DE... PROCURA EMPREGO PARA OS MESES DE AGOSTO E SETEMBRO. Possibilidade de continuar caso agrade.

No meu caso, recolhi bastantes “anúncios” dos colegas da minha escola (cada um pagava o seu) e lembro-me da minha ida ao Jornal de Notícias entregar os anúncios. O anúncio em massa fez eco pelo país. Alguns jornalistas, nos editoriais, discutiram o assunto com muito cuidado, claro, a censura mantinha-se.

Encorajados pelo sucesso desta iniciativa, na semana seguinte voltamos a recolher anúncios entre colegas. Ao chegar às instalações do jornal fui informada de que a publicação desses anúncios foram proibidas pela PIDE/DGS.

Mas não desistimos. No próximo passo, cada professor assinaria um telegrama a enviar ao Ministro/Ministério, todos com o mesmo teor, em dia determinado. A estratégia de recolha das mensagens era idêntica à dos anúncios do jornal: em cada escola, um elemento do GEPDESP ficaria responsável por contactar os seus colegas, recolher as mensagens e pagamento e dirigir-se aos Correios para enviar os telegramas. Recordo a exclamação, ingénua ou capciosa, da funcionária ao receber os textos dos telegramas que entreguei: “Não sei o que se passa hoje com tantos telegramas enviados para o mesmo local”. De facto, constou-se que o Ministério ficou atafalhado com tanto papel. E, pouco tempo depois, saiu a legislação que satisfazia a nossa principal reivindicação. Veio também talvez um pouco mais tarde a reestruturação dos estágios profissionais, que foram encurtados de dois para um ano.

Em consequência disto pude fazer estágio de imediato e efectivar. Entretanto, porque fui para Moçambique em comissão de serviço, deixei de poder participar nos GEPDESP. No meu regresso em Agosto de 1974, inscrevi-me no sindicato de professores da zona norte, (agora SPN). Desde então aí me mantive, tendo participado durante muitos anos como delegada sindical.

Em Fevereiro de 2014, a caminho da Faculdade Letras de Lisboa para participar num colóquio, aproveitei a proximidade da Torre do TOMBO para aí tentar aceder ao meu processo nos ficheiros da PIDE/DGS. Curiosamente a minha participação nos GEPDESP não constava nas minhas atividades “subversivas”, mas soube mais tarde pelo Costa Carvalho que o meu nome constava no processo relativo ao Grupo de Estudos. Soube então que, por um telegrama da PIDE/DGS enviado ao Ministério da Educação no dia 24 de abril de 1974, iria ser demitida das funções de Professora. Apesar de ter a solidariedade da generalidade dos que eram interrogados sobre o meu comportamento, houve um que lançou o veredicto: “Esta pessoa não oferece garantias de servir os superiores interesses da nação”. À saída da Torre do Tombo cruzei-me com a colega Fátima Ferreira que me perguntou por que estava tão risonha, ao que eu respondi ‘Eles’ iriam despedir-me em julho de 1974, mas afinal fui ‘eu’ que os despedi primeiro!

Isabel Santos Simões

A minha mãe, Maria Açucena Matias das Neves, professora, mulher de Joaquim Santos Simões, destacado dirigente da Oposição Democrática no distrito de Braga, sempre apoiou e colaborou na luta contra a ditadura fascista.

Com “uma imagem discreta, que seria a que melhor se coadunava à sua personalidade, não foi, seguramente, por não ter feito uso de voz própria, corajosa e interventiva – o que, não fosse a sua discrição, a deveria ter destacado entre as mulheres que resistiram ao fascismo em Guimarães. Basta lembrar o papel relevante que desempenhou no lançamento da revista *O Professor* ou o ter sido, no distrito de Braga, o rosto dos hoje quase esquecidos Grupos de Estudos, que lançaram entre nós a semente do sindicalismo docente, e que o ministro da ‘democratização’ do ensino, Veiga Simão, equiparou a associações secretas, ameaçando os seus participantes com a prisão e o afastamento do exercício de funções públicas.”¹⁹

“E na chamada primavera marcelista (mesmo sabendo que era continuação de inverno político) ousaste erguer a tua determinação como ponta de lança dos “Grupos de Estudo” neste distrito e, também aqui, foste impulsionadora solidária da revista *O Professor*. [...]

Recordo a vibração e o entusiasmo, e, com estas, a determinação e intransigência que te levaram a resistir e a não faltares às reuniões (e tantas foram) que não deixaram de realizar-se até à madrugada de Abril, sementes fecundas da luta pela liberdade.”²⁰

¹⁹ Excerto do texto “A minha Escola: um longo amanhecer”, de António Amaro das Neves, com o apoio de Isabel Santos Simões, documento escrito no âmbito da comemoração do Centenário de Joaquim Santos Simões pelo Agrupamento de Escolas Francisco de Holanda. Guimarães, 2023.

²⁰ Excerto de “Adeus a Ítaca” de J. Santos Simões, Guimarães, 1992.

José Aranda da Silva

Nos anos setenta do século passado, ser professor do ensino secundário era o destino de muitos recém-licenciados, das mais diversas licenciaturas.

Efectivamente, a oferta de emprego não era suficiente, dado o fraco desenvolvimento económico do país. No caso dos jovens masculinos, o serviço militar obrigatório limitava o acesso ao emprego, pois poucas empresas aceitavam jovens licenciados sem terem cumprido o serviço militar.

O primeiro emprego era, para muitos, ser professor eventual ou provisório, situação que criava grande descontentamento, não só devido ao vínculo precário como ao valor da renumeração. Eram professores destinados, de acordo com a legislação, «ao exercício temporário do magistério» (Decreto-Lei nº27085 de 1936) e, tal como todos os professores do ensino público, impedidos de criar uma associação profissional que os representasse. Foi neste contexto que apareceram os GEPDES, como sabemos.

Jovem licenciado em Farmácia em 1971, tive como primeiro emprego ser professor na Escola Técnica de Ermesinde e, em 1972, também na “sucursal” de Valongo. Como dirigente estudantil e activista político, tinha muitos contactos e rapidamente me integrei nos GEPDESP através do meu bom amigo Agostinho Reis Monteiro. Recordo das reuniões na sede de uma cooperativa, num rés-do-chão ou cave perto do “Café Convívio”, ao Bom Sucesso, no Porto .

Recordo que na liderança do Grupo se destacavam o Gomes Bento e o Agostinho Monteiro. Recordo-me de recolher assinaturas na escola para diversos abaixo-assinados e de distribuir a Revista “O Professor”.

Em 1976, numa interrupção da minha carreira militar, fui o sócio 26291 do SPGL.

O início, em 1977, da carreira militar como oficial do quadro permanente impediu-me de continuar sindicalizado.

A minha experiência de professor do ensino secundário despertou uma vocação que me transformou num professor para toda a vida. Fui professor em escolas militares e no ensino universitário durante mais de trinta e cinco anos: na FFUL, na Universidade Católica, no ISCTE, no ISEG, no EU, na UBI, em diversos cursos de pós-graduação, bem como em Moçambique, na primeira licenciatura em Farmácia num PALOP.

A minha militância nos GEPDESP, o gosto em ensinar e de comunicar com os jovens, de transmitir e discutir os meus pontos de vista, de aprender com os alunos, determinou para toda a vida uma carreira ligada ao Ensino.

José Augusto Nozes Pires

Algures no tempo, provavelmente em 1971, na tasca portuense aberta toda a noite, algures ao pé do que viria ser o novo edifício do *Jornal de Notícias*, casa sempre cheia de anti-fascistas (estudantes universitários, sócios de associações culturais, etc.), a uma mesa poder-se-ia encontrar, se voltássemos atrás na máquina do tempo, um grupo de três amigos conversando. Eram de idades semelhantes: o José Gomes Bento era bastante mais velho do que o Agostinho (este companheiro é mais novo que eu ligeiramente) e eu próprio. Tínhamos, nessa noite, saído de um encontro com alguns outros professores provisórios do ciclo ou do liceal, no qual discutimos da necessidade de fazermos alguma coisa contra a situação miserável da classe : o facto de não recebermos o ordenado nos longos períodos em que as escolas estavam encerradas e nós nem sequer tínhamos contrato automaticamente renovado, factos que nos colocavam numa situação insuportável, sobretudo para quem tinha família já constituída, e, alargando o quadro, a situação geral do ensino público em todas as suas vertentes. Era preciso fazer alguma coisa. Para resistentes antifascistas, como nós os três, era preciso fazer tudo em todas as frentes. Na verdade, essas denúncias e reclamações pertenciam ao quadro geral da luta contra o regime fascista, sobretudo depois do embuste desmascarado da chamada “Primavera Marcelista”, cenário demagógico no qual ‘embarcaram’ não poucos intelectuais da cidade invicta. Adiante. O tempo era de luta encarniçada dos estudantes universitários (alguns de nós haviam terminado os seus cursos recentemente) em Lisboa, Coimbra e Porto.

Na época de que falamos, eu residia na cidade do Porto, de onde saí muito mais tarde. Como militante do PCP, foi-me transmitida a orientação política de apoiar a iniciativa de criação de uma organização informal. Do género das nossas pró-associações (que nunca foram homologadas pelos governos fascistas). A directiva emanada do órgão clandestino do Norte que controlava (era esta a expressão então em uso) as actividades dos chamados então “intelectuais” vinha de Lisboa, onde se realizou a primeira reunião não legal, porém não clandestina. A primeira reunião dos *Grupos de Estudo*. Por conseguinte, nós os três, nessa famosa tasca sentados, nada tivemos que ver com a ideia e a iniciativa pioneira. Foi-me transmitida em algum encontro clandestino.

Em 1970/71, eu era, portanto, professor provisório, sem estágio ainda aprazado, do 2º ciclo. Nesse tempo, somente poderia passar a lecionar no ensino secundário e nas disciplinas para as quais tirei a licenciatura quando fizesse estágio no Liceu Normal e o tivesse concluído, o que apenas sucedeu durante o ano lectivo de 1973/1974, já em plena Revolução. Até finais de 1973, participei, tanto quanto me permitiram as múltiplas reuniões e afazeres do Movimento da Oposição Democrática, nas reuniões do GEPDES, provavelmente na célebre República 24 de Março, porque era aí que se realizavam quase todas as reuniões do que quer que fosse oposicionista e semi-legal (na verdade ilegal).

Nesses últimos anos da ditadura, não fazíamos mais nada, nós, oposicionistas, que não fosse lecionar nalguma longínqua escola onde fôssemos colocados e, pela noite, participar em actividades políticas. Comigo sucedia o mesmo que a muitos outros ex-estudantes universitários vindos das lutas académicas e do trabalho político nas universidades: hoje uma reunião pró-sindical de professores, ontem uma reunião antifascista, seguindo-se reuniões na direcção ou assembleias das diversas associações culturais da cidade (Cineclube do Porto, Cooperativa “Árvore”, etc.). Não tive particular intervenção em os *Cadernos O Professor* (não

recordo sequer se escrevi para eles), pelo menos é o que me dizem as minhas memórias vagas desse período. Por conseguinte, o que me importa aqui inscrever, e apenas do que me mal me lembro sem recurso a arquivos que não pude guardar, é a ligação de amizade e de trabalho que me unia ao Agostinho dos Reis Monteiro, ao José Gomes Bento, ao José Garrett e Manuela Monteiro. Politicamente falando, eu era anterior ao Agostinho, vinha do ano de 1965 e já carregava com o peso de várias prisões pela PIDE. Assim, como o Gomes Bento e eu éramos completamente conhecidos pela PIDE, estes ogres devem ter sabido imediatamente das reuniões de professores e dos *Grupos de Estudo*. Nas prisões de que fui vítima a seguir, nunca me interrogaram, porém, sobre essa atividade.

O livro de Agostinho Lopes *A Política da Mão de Obra Barata do Ministério da Educação Nacional* (1971), um pequeno opúsculo, obteve um estrondoso sucesso na classe. Julgo que o José Gomes Bento também publicou, provavelmente nos *Cadernos*, algo de influente, mas aqui, como em muitos detalhes, a memória falha redondamente, sem recurso a arquivos pessoais. Seguro estou, nisso sem dúvidas, de que esse grupo de amigos que citei acima foram membros do núcleo ativo do *Grupo de Estudo do Porto* (e do Norte, obviamente). Deles o destaque cabe ao Gomes Bento e ao Agostinho. O primeiro, falecido há muitos anos precocemente, mereceu especial homenagem na cidade do Porto, enquanto mestre de Pedagogia na Escola do Magistério Primário do Porto (onde também fui professor e donde me ‘correram para fora’ logo que a contra-revolução – o Ministério da Educação PSD – pôde encerrar a incômoda disciplina de “Introdução à Política”). Gomes Bento, e mais tarde o Agostinho, sempre fora o mais adulto, experiente e sábio de todos nós, digo: de toda a classe das regiões do Norte. O segundo, o Agostinho, incansável trabalhador e estudioso dos temas da educação, editou os primeiros números da Revista *O Professor*. Os *Cadernos* não recordo quem mais os coordenava e se eram editados em Lisboa ou também no Porto. O que sei com certeza absoluta é que sem a iniciativa, a determinação, e até a imaginação política, do Partido Comunista Português, dos resistentes antifascistas comunistas, dos seus intelectuais ou professores, não teriam surgido naqueles tempos nem os *Cadernos* nem a *Revista*. Nem, seguramente, e era isso que nos orientava, o embrião dos sindicatos dos professores.

Sob a ditadura fascista de Salazar-Caetano, os portugueses e portuguesas, os professores nomeadamente, que a combateram, sofrendo todos os riscos, eram comunistas na sua maior parte. Não me incomoda (a idade já me permite) que os meus amigos do Partido Socialista protestem, pois que os houve, não sendo membros do PCP, a participar corajosamente. Referindo-me particularmente ao Porto, futuros membros do PS e dos numerosos grupelhos de esquerdistas, poucos ou nenhum vi nessas reuniões ilegais de professores. É inegável que a sua participação se tornou mais visível no III Congresso da Oposição Democrática de Aveiro, onde se trataram, através de Teses, os temas do Ensino e da Educação.

Após a libertação, todo povo, instruído ou analfabeto, brotou das catacumbas. E foi assim que as assembleias para constituição do sindicato dos professores, no pós-25 de Abril, foram tão contestadas que até se dividiram conforme as ideologias, os partidos políticos que iam surgindo do nevoeiro, ou por interesses meramente pessoais. Felizmente, a minha memória também já não guarda os nomes de não poucos e poucas professores e professoras desses tempos que não agiram em defesa dos seus interesses como profissionais, para depois surgirem dos ares com asas de anjos. Pelo menos na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a minoria de combatentes pelas liberdades era mesmo minoria. Mas, enfim, por isso digo que a atividade das associações de estudantes, as cooperativas culturais, as batalhas da CDE (Oposição Democrática de 1969 e, sobretudo, de 1973), a edição dos documentos que já referi, o prestígio pessoal de José Gomes Bento, tiveram impacto na “maioria silenciosa”. Custou caro a alguns, mas valeu a pena.

Manuela Jorge

Nasci e cresci numa vila de província, em plena ditadura. Vivia-se um ambiente extremamente repressivo e castrador, exemplos bem significativos se foram acumulando. Frequentadora assídua e ávida da Biblioteca Itinerante da FCG, os livros foram o meu grande refúgio, permitiram-me conhecer mundos e ideias e modos de ver tão diversos, tantas vezes em choque com o meio que me rodeava. O que ainda mais se acentuou com a ida para a Universidade, o contacto com as lutas académicas e, particularmente, com o ingresso no TUP, onde encontrei pessoas com quem sentia maior identificação e ganhei também maior consciência política, sobretudo em relação à guerra colonial.

Muito deste tipo de vivências terá feito, certamente, parte do percurso de muitas(os) companheiras(os) que lutaram em prol da liberdade, da justiça social e da democracia.

Neste contexto, mais focado no caso dos professores, vou cingir-me a dois episódios que considero bastante exemplificativos de necessidades e dificuldades que conduziram ao surgimento dos Grupos de Estudo, como forma de unir e organizar a luta dos professores em defesa dos seus direitos socioprofissionais e da democratização do ensino... De um “antes” do 25 de Abril, que também contribuiu para a sua emergência.

Em 1972, terminada a licenciatura, procurava emprego e por circunstâncias da vida, inesperadamente, recebi uma proposta para substituir uma professora que estava a faltar, no ano lectivo de 72/73, no Liceu de Vila Nova de Famalicão. E assim me vi como professora, quando nunca tinha pensado sê-lo! Num misto de ansiedade e entusiasmo - nunca mais deixei a profissão! - lá fui fazendo o melhor que podia, amparando-me em livros de cariz educativo (geralmente franceses, única maneira de entrarem no país), e sem problemas de maior com os alunos. Numa turma do 7º ano, já quase no final das aulas, quando saíam da sala, uma aluna ficou um pouco para trás e meteu-me na mão um pequeno papel rasgado de um caderno, segredando baixinho qualquer coisa como: a minha mãe mandou isto, pediu que fosse à casa de banho ler, rasgasse muito miudinho e baixasse logo a água na sanita. Fiquei a tremer e fiz o que me recomendou. Ao ler, ainda mais espantada fiquei. Era um convite para uma reunião dos Grupos de Estudo, assinado pela Alda Nogueira. Embora não a conhecesse pessoalmente, nem a tivesse relacionado com a aluna, sabia que era uma professora muito prestigiada e respeitada. Relativamente aos Grupos de Estudo, cujas reuniões eram clandestinas e que só conhecia de ouvir falar, não ignorava a sua importância na organização das lutas dos professores e no movimento que se estava a gerar.

Todavia, mais uma vez, o curso da vida levou novo rumo.

Tendo, entretanto, engravidado, foi necessário procurar no Porto onde trabalhar, no ano lectivo de 73/74. Só o consegui numa Escola do Ciclo Preparatório, em Vila Nova de Gaia, dirigida por uma professora primária, que se revelou bastante autoritária, nada de estranhar na época. A maioria do corpo docente era constituído por jovens professoras. As aulas decorreram normalmente. Como sempre me preocupei com as questões ambientais, logo me disponibilizei a colaborar com a colega de Educação Visual num projecto para estimular os alunos a não deitarem papeis no chão, bastante bem-sucedido. Estava, pois, a gostar de trabalhar ali. Até que em Março a Directora me chama ao gabinete e, para surpresa minha, me informa de que no ano seguinte não teria lugar na escola, pois soubera que tinha assinado

a Petição Pública a favor de uma Associação de Professores. Estava, portanto, no desemprego e com uma filha bebé.

Mas, eis Abril e com ele a Revolução e a tão ansiada queda do regime! Uma alegria imensa e renovada esperança. Tanta coisa mudou, só quem não quiser ver. Ainda há muito para fazer, sem dúvida, mas não esqueço nunca o “antes” do 25 de Abril e preocupam-me estes tempos tão inquietantes que estamos a viver.

Este texto pretende apenas dar um contributo para um melhor conhecimento, sobretudo pelos mais novos, do que foi a ditadura. E para um reganhar de forças na luta por uma democracia mais plena, agora que se comemoram os 50 anos do 25 de Abril.

2.13

Manuela Silva

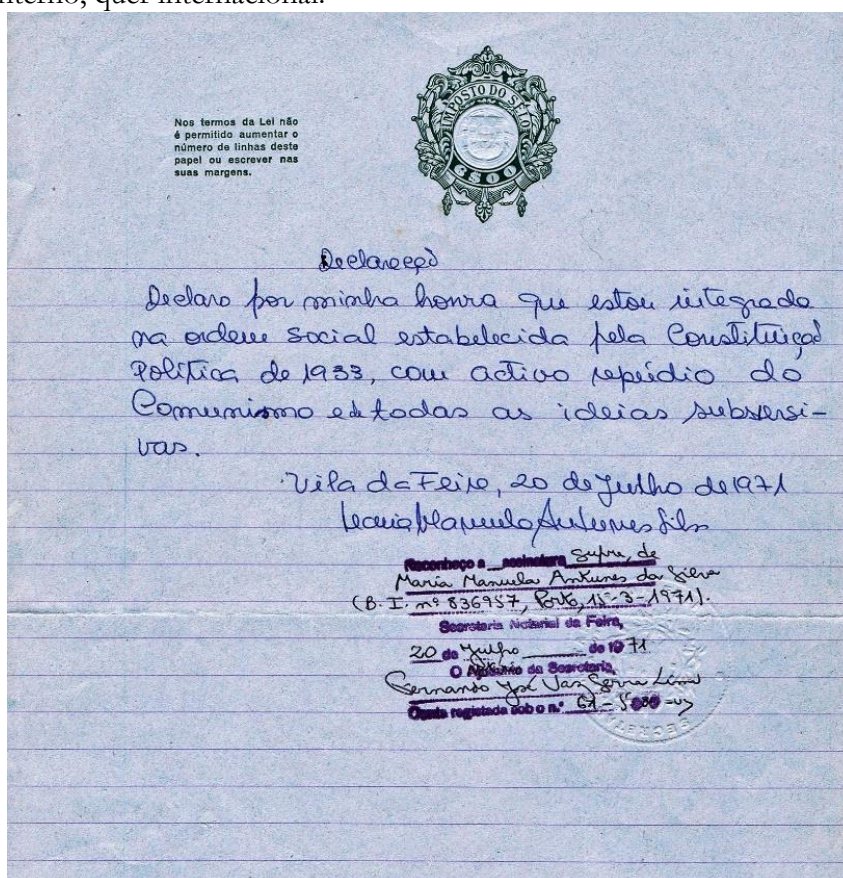
Foi a 1 de outubro de 1970 que comecei a trabalhar, na Escola Preparatória Dr. Veiga de Macedo, na então chamada Vila da Feira.

Rapidamente, compreendi que as distâncias não se mediam em quilómetros, mas no tempo a que ficava aquele lugar da minha casa, em Gaia (duas horas de autocarro, por caminhos escusos, para percorrer 30 Km). Teria de me hospedar na Estalagem da Vila, que iria absorver metade do meu salário.

Aquele primeiro ano não foi fácil. Soube mais tarde que a PIDE tinha visitado o diretor por minha causa.

Não posso deixar de referir o desconforto que senti, quando me colocaram nas mãos uma minuta, com um texto, para ser escrito, em papel selado, com assinatura reconhecida pelo notário, em que teria de declarar a minha fidelidade ao regime.

Apesar de ser necessária para a assinatura do meu 1º contrato de trabalho, fui protelando a sua entrega e quando, finalmente, tinha de o fazer, o Governo aboliu a sua obrigatoriedade. Aquele ano tinha sido de grande agitação política e social, com destaque para a luta dos professores, e o Governo fascista de Marcelo Caetano dava, assim, um sinal de abertura, quer no plano interno, quer internacional.



Guardo religiosamente este documento histórico, que tem a data de 20 de julho.

Os professores com provimento eventual constituíam cerca de 80% do corpo docente dos liceus, das escolas do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário e das Escolas Comerciais e Industriais. Eu fazia parte destes 80%. Era a precariedade total (sem direito a remuneração nas férias nem qualquer certeza quanto ao futuro).

Grande parte desta nova geração de docentes, como eu, tinha a experiência do ativismo associativo nas universidades e aderiam, de alma e coração, a este novo movimento dos GE. A Reforma do Ensino, anunciada por Veiga Simão, com o compromisso de a submeter a discussão pública, foi aproveitada pelos GE, para se expandirem por todo o país e iniciarem uma intensa agitação entre os professores.

Em finais de janeiro de 71, o GE dos Professores do Norte, passa a reunir semanalmente na Escola Preparatória Pêro Vaz de Caminha e ia mobilizando cada vez mais professores. Recordo a Reunião Geral, realizada no Porto, a 29 de março, no Liceu Garcia da Orta. Éramos cerca de 300. O debate foi entusiástico e o seu resultado traduzido num documento, que abordava questões como: nomeações, reconduções, classificações, contratos de provimento, estágios, efetivação e participação na vida escolar.

Em Aveiro, de 14 a 17 de abril, sob a égide do Ministro da Educação, realizou-se o VI Congresso do Ensino Liceal, que só aceitou inscrições de professores dos GE a título oneroso e na qualidade de congressistas não participantes.

Couve ao GE do Norte enviar dois dos seus membros. Eu e a Manuela Medina desempenhámos esta tarefa. A nossa intervenção foi tudo menos “não participante”. Criámos uma situação incómoda aos promotores do Congresso. Distribuímos comunicados, mantivemos animadas conversas com os colegas, apresentámos moções, elaborámos protestos e fizemos várias propostas de emenda aos textos.

A verdade é que as conclusões do Congresso acabaram por incluir referências aos baixos níveis remuneratórios dos docentes, à criação de condições para o ingresso nos estágios, à remuneração nas férias, à constituição de associações de professores (naturalmente na lógica do Estado Corporativo).

Com o argumento de que tinha encerrado o período de debate público da Reforma Educativa, Veiga Simão proíbe, a 5 de maio, o GE do Norte de continuar a realizar reuniões na Escola Preparatória Pêro Vaz de Caminha.

Como resposta à precariedade, o Governo publica o Decreto-Lei 331/71, a 4 de agosto, que estabelece o critério dos que iriam beneficiar de férias pagas. As condições eram de tal forma restritivas, que o universo de professores abrangido foi diminuto.

Eu tinha sido uma das contempladas. Em outubro, recebi os vencimentos de agosto e setembro. Foi uma mão cheia de notas (recebíamos em espécie).

Esta pequena vitória tinha um sabor amargo! A maioria mantinha-se no limbo dos excluídos. O GE do Norte não voltou a ter permissão para reunir em qualquer escola do Porto, mas a atividade não deixou de se realizar. Reuníamos na Póvoa de Varzim, em casa da mãe da Ruth Rodrigues, em outros locais, cedidos por amigos e na Cooperativa Ludus.

Nos finais de 1973 e início de 1974, o aumento das medidas repressivas sobre os GE, levantou uma onda de indignação, manifestada em abaixo-assinado subscrito por 1517 docentes.

Logo depois foi Abril!

A 30 de abril, realiza-se o 1º plenário, em liberdade, do GE do Norte, numa sala do Edifício da FAOJ, no Porto, que reúne mais de 300 docentes. Fica então deliberado criar o Sindicato e realizar uma Assembleia Magna, para ratificar a sua constituição e eleger uma direção provisória, o que viria a acontecer a 11 de maio, no Pavilhão dos Desportos do Palácio de Cristal.

Mais de 5000 professores encheram o Pavilhão, aclamaram a criação do seu Sindicato e elegeram a Direção Provisória, composta por Agostinho dos Reis Monteiro, Alda Varela, Costa Carvalho, Gomes Bento, Helena Raposo, Manuela Medina, Matilde Bento, Óscar Lopes, Ruth Rodrigues, entre outros.

Agora, pela frente, o desafio era ainda maior, o de construir em unidade o movimento sindical docente, com os professores, com as escolas e com a Revolução, para a qual também tínhamos contribuído.

1. Este é um texto memorialista em que seleccionei alguns aspectos dos meus quatro primeiros anos de exercício da profissão docente no ensino público (de 67/68 a 69/70 fui professor de Filosofia no privado) que se prendem com a acção desenvolvida pelos Grupos de Estudo (G de E) durante esse período de tempo. A orientação da minha escrita visa mais o que para mim foi a substância sócio-profissional e política da actividade dos G de E do que narrar pormenores específicos dos meus procedimentos.

2. Assim sendo, abordarei aspectos da acção dos G de E enquadrada por um pensamento político que almejava a construção de uma escola democrática, de um estatuto da carreira docente, com particular atenção à formação dos professores, de uma Associação representativa da classe docente, imprescindível para a defesa de uma profissão valorizada e para a construção de uma escola pública assente em princípios de equidade.

É consensual dizer-se que os G de E estiveram na génese da criação dos sindicatos de professores, mas também, devo acrescentar, da sua matriz reivindicativa e reflexiva. Nunca olhei para a acção dos G de E como se ela se circunscrevesse apenas ao universo da Educação e dos seus actores, pelo contrário, penso que os dinamizadores dos G de E perspectivavam a luta dos professores no interior da luta mais vasta pela liberdade, pela paz e pela democracia.

3. Das múltiplas actividades em que participei no ano lectivo 70/71 seleccionei a luta que os G de E desenvolveram para que aos professores provisórios e eventuais fosse pago o vencimento durante os 12 meses do ano e não só desde a tomada de posse até meados de Julho. A selecção deve-se não só à importância dessa conquista, concretizada nesse ano, mas também a algo de insólito que aconteceu anos depois.

Empenhei-me nessa luta ao lado da Olinda Fernandes e da Zé Steiger e recolhi um razoável número de assinaturas no abaixo-assinado que foi entregue no MEN nos finais desse ano lectivo. Três anos depois fui surpreendido com comportamentos hostis de alguns subscritores daquele abaixo-assinado em face da dinâmica sindical após o 25 de Abril. Não esqueço o modo sobranceiro como uma colega olhou para o espaço da sala dos professores onde estava a mesa, a que eu presidia, em que decorria a eleição para a Comissão Directiva Provisória do SPGL (Julho 74). Malhas que a Revolução tece...

4. A dinâmica dos G de E recrudesceu dia a dia e a boa distribuição dos Cadernos de O Professor consolidava a reflexão crítica da classe docente. O governo apercebia-se dos danos causados por esse motor de contestação e foi aumentando as ameaças aos seus opositores e endurecendo-as, assumindo mesmo o propósito de expulsar do ensino os professores dos G de E que mais se distinguiam na oposição às políticas educativas do governo.

Nunca percepcionei a participação nos G de E apenas no plano do universo educacional, mas também no da luta pela liberdade e pela democracia. A demonstrá-lo está o facto de o clima de intimidação não ter impedido que, em Julho de 72, mais de uma dezena de professores acompanhassem cerca de duas centenas de cidadãos que se constituíram como Comissão Regional de Socorro aos Presos Políticos, no Distrito de Aveiro. Com casa paterna em Águeda, onde desde há muito tinha uma activa participação cívica e política, juntei o meu nome aos de, entre outros professores, Cecília Sacramento, Nereida Pinho, Maria José Senos e Manuel Matos no que era a Comissão Regional de Socorro aos Presos Políticos.

Entretanto Veiga Simão quis sintetizar a bondade das suas reformas no slogan “quanto mais culto mais livre”, a que o meu amigo José Gaspar Teixeira contrapôs uma outra formulação,

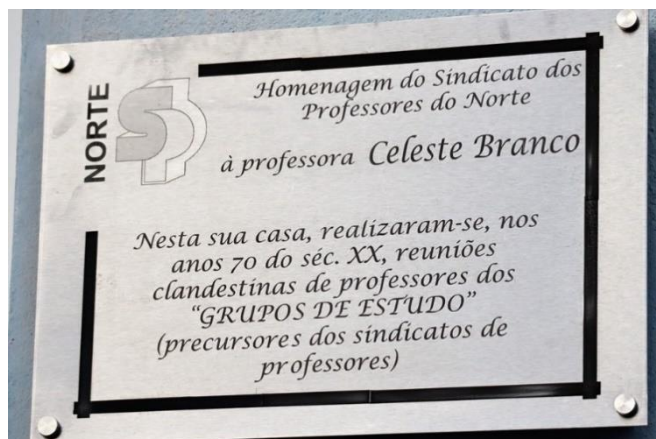
“quanto mais livre mais culto”, pondo o acento tónico na liberdade. Creio não errar se escrever que os principais dinamizadores do trabalho dos G de E perseguiram como objectivo final da luta a conquista da liberdade, porque só num Portugal livre seria possível incrementar uma escola pública democrática e valorizar o estatuto profissional dos professores e a profissionalidade docente.

5. O ano lectivo de 1973/74 foi de intensa actividade dos G de E, sobrepujada pelo exaltante dia 25 de Abril de 1974, em que os jovens capitães devolveram a liberdade ao povo português. Após a Revolução dos Cravos, a Eugénio dos Santos, com a abdicação do director, foi das primeiras escolas a eleger uma Comissão Directiva de que eu e a sub-directora Inês de Carvalho fizemos parte *a priori*, por decisão unânime do corpo docente. Procedeu-se também rapidamente à eleição da Comissão Sindical, que ficou constituída por mim, pela Olinda e pela Inês. Vivia-se numa escola de Abril em que os militantes dos G de E, em que se incluía, com inequívoco relevo, a estagiária Eugénia Malheiros, foram activos dinamizadores.

6. O número de Dezembro de 71 dos Cadernos O Professor, que inseria textos teóricos de Rui Grácio e Delfim Santos, e um conjunto de livros publicados cujos autores eram figuras preponderantes dos G de E de que lembro os nomes de Agostinho Lopes, António Teodoro, Gomes Bento, Cabral Pinto, Inês Borges e Manuel Matos e Costa Carvalho, mostram bem a importância já referida no que concerne à vertente reflexiva que os G de E pretendiam dinamizar.

A FENPROF, pela mão segura de António Teodoro, pôs em prática e incrementou a herança dos G de E, onde predominava a concepção de um sindicalismo abrangente em que a vertente reivindicativa se conjugava com a vertente reflexiva.

Os sindicatos da FENPROF, ao filiarem-se na CGTP-IN, processo em que participei activamente, corroboraram a minha ideia de que já na acção dos G de E subjazia o propósito de lutar ao lado de outros trabalhadores por um país livre e democrático. Em 1974, a Revolução dos Cravos abriu-lhe as portas, em 1976 a Constituição da República consagrou-o. Uma das raízes desse país, mesmo que pequenina, tem o nome *Grupos de Estudo*. O meu preito aos seus fundadores.



Um pouco da história do Grupo de Estudos de Professores do Norte, onde também participaram professores do então Ensino Primário

Maria Celeste Oliveira Branco nasceu em 2 de dezembro de 1917. Faleceu em janeiro de 2002, na Póvoa de Varzim. Tirou o curso de Professora do Ensino Primário e exerceu a docência no Couto de Dornelas, concelho de Boticas e depois na Póvoa de Varzim. Após o falecimento do marido, Octávio da Costa Rodrigues, foi trabalhar na Escola do Desterro, na Póvoa de Varzim, por troca com a sua mãe, Rita da Silva Oliveira, onde se manteve até à sua aposentação.

Antes do 25 de Abril de 1974, morou com os seus dois filhos, Maria Ruth Rodrigues e António Firmino Branco Rodrigues, na Escola dos Sininhos e na Rua Frei Sebastião, onde se realizaram reuniões do Grupo de Estudos dos Professores do Norte, que viria a dar origem ao primeiro Sindicato livre dos Professores do Norte. Juntavam-se em pequenos e em grandes grupos. Quando não cabiam na sala, os professores e as professoras sentavam-se nas escadas, chegando mesmo até à porta da rua.

Celeste Branco foi uma mulher revolucionária na vida, na profissão e na sociedade. Nasceu no seio de uma família combativa e antifascista. O seu avô, o Sr. Oliveira, conhecido como o Zé das Letras, era um poveiro que dava cobertura a reuniões antifascistas. De madrugada, no seu próprio carro, conduzia pessoas que precisavam de proteção à sua Quinta de

²¹ Ruth Rodrigues foi uma destacada dirigente e ativista do Grupo de Estudos de Professores do Norte. Integrou a Direção Provisória do Sindicato, eleita no Plenário Distrital realizado no Porto a 30 de Abril e ratificada na grandiosa Assembleia Magna dos Professores do Norte, a 11 de maio de 1974, no Palácio dos Desportos, com milhares de professores.

No 40º aniversário do SPN, Maria Celeste Branco, mãe da Ruth Rodrigues, foi homenageada, com o descerramento de uma lápide na casa onde viveu e que esteve sempre disponível para as reuniões do Grupo de Estudos dos Professores do Norte, após o Despacho de 5 de maio, em que o Ministro da Educação Nacional, Veiga Simão, proibiu o Grupo de Estudos do Norte de continuar a realizar reuniões na Escola Preparatória de Pêro Vaz de Caminha.

Cabreiros, onde as escondia, ou porque eram perseguidas pela PIDE, ou porque se preparavam para fugir para o estrangeiro.

Era um comerciante armazenista muito ligado à cultura, e a sua filha mais velha, Rita da Silva Oliveira, foi a primeira rapariga a ser inscrita no Liceu da Póvoa de Varzim. Foi uma professora prestigiada e corajosa. Numa das eleições “fantoche” em que só votavam as mulheres que tivessem um curso médio, ou superior, não deu o voto dobrado ao presidente da mesa. Fez questão de ser ela própria a introduzi-lo na urna.

As reuniões que se realizavam no 34 A da Rua Frei Sebastião, passavam por ser festas de aniversário, não fosse a PIDE aparecer. Sempre alguém fazia anos! Por isso lá estava o bolo de aniversário já partido em fatias!

Depois do 25 de Abril de 1974, Celeste Branco era de tal modo participativa, que continuou a ser perseguida, então pela Rede Bombista. Durante a noite, recebia telefonemas de tal forma ameaçadores de ser atacada com bombas, que teve de proteger, com trancas, as duas portas, da entrada da casa e do quintal.

Tanto no campo educativo como no social, estava sempre na vanguarda, organizando, ou participando, em iniciativas várias, como, por exemplo, como candidata nas eleições autárquicas.

Quando a filha mais velha lhe comunicou que ia casar só pelo civil, fez questão que fosse um casamento com toda a pompa e circunstância como os que eram realizados na Igreja. A partir de então o juiz queixava-se de ter muito mais trabalho, porque tinham aumentado os casamentos civis. Os jovens e as jovens também queriam um casamento como aquele que a D. Celeste tinha permitido que a sua filha fizesse.

No dia 10 de setembro de 2022, integrada nas jornadas sindicais, que decorreram na Póvoa de Varzim, o Sindicato dos Professores do Norte organizou uma homenagem a Celeste Branco, em que foi evocada a sua memória e descerrada uma lápide na fachada da sua casa, a tal da Rua Frei Sebastião, 34 A, na Póvoa de Varzim, local que esteve sempre aberto aos professores e professoras do Grupo de Estudos do Norte, constituindo um importante ponto de apoio à organização da luta dos docentes, antes do 25 de Abril de 1974.

IN MEMORIAM

Membros e simpatizantes dos GEPDESP que já não estão entre nós

Alda Rodrigues Varela, Aldónio Gomes, Almeida Felizes, Álvaro Miguel Duarte de Almeida Amélia Pais, Ana Cristina Brazão, António José da Costa Carvalho²², António Sousa Santos, Camilo Fins do Lago, Eduardo Vasconcelos, Fernando de Sá Couto, Idalino Pacheco, Joaquim Duarte Martins, Joaquim de Matos, Jofre Amaral Nogueira, José Garrett, José Gomes Bento, José Manuel Melo, Lúcia Lasbarrères, Lucinda Lopes, Luís Gouveia Aveiro, Manuel Maria de Sousa Calvet de Magalhães, Marcela Torres, Maria Açucena Matias das Neves, Maria Amélia Carvalho, Maria Antónia Dimas D. Fernandes, Maria do Céu Araújo, Maria da Assunção Reininho, Mário Casais Ribeiro, Maria Natércia Gomes Natércia Lopes, Óscar Lopes, Paulo Varela Gomes, Raúl Gomes, Rogério Fernandes, Rui Grácio, Salvado Sampaio, Santos Simões, Tiago de Oliveira, Vítor Faria e Silva

Lista provavelmente muito incompleta...

²² Falei com a Maria da Glória Padrão, que foi casada com o Costa Carvalho e assinou documentos dos *Grupos de Estudo*, para ver se poderia escrever um texto para estas *Memórias*, mas está muito debilitada.

4

ANEXOS

A1

Breve cronologia

1969

Circulam pelo país abaixo-assinados reclamando o pagamento nas férias (Agosto e Setembro) aos professores e professoras eventuais e provisórios, que eram mais de 80% do corpo docente do país.

1970

27 de Maio

Reunião na Escola Preparatória (EP) Francisco de Arruda, Lisboa, por iniciativa de um grupo de docentes eventuais e provisórios, que se constituíram em Comissão que foi mandatada para entregar no Ministério da Educação Nacional (MEN) um abaixo-assinado com cerca de 480 assinaturas.

23 de Novembro

Nova reunião na Francisco Arruda, convocada pela referida Comissão, com a presença de cerca de 140 professores e professoras, para a elaboração de uma exposição a entregar ao Ministro da Educação.

5 de Dezembro

A Comissão, já designada “Grupo de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios de Lisboa”, entrega a exposição ao Chefe de Gabinete do Ministro.

10 de Dezembro

O Grupo de Estudo (GE) de Lisboa é recebido por um Secretário do MEN e pede uma audiência com o Ministro.

1971

Em princípios do ano, o Grupo de Estudo (GE) do Norte começa a reunir regularmente.

6 de Janeiro

O Ministro da Educação (Veiga Simão) apresenta o seu Projecto de Reforma do Sistema Educativo (Proposta de Lei 25/X/1973).

29 de Janeiro

Mesa-redonda com membros do GE de Lisboa, publicada no *Diário de Lisboa*.

4 de Fevereiro

Primeira audiência do Ministro da Educação com os GE.

5 de Fevereiro

Reunião na EP Francisco Arruda, com cerca de 90 participantes e a presença, pela primeira vez, de professores e professoras vindos de outras regiões: Vila Franca de Xira, Torres Vedras, Évora e Estremoz. Várias escolas do país enviaram telegramas de apoio.

6 de Março

Primeira “Reunião dos Grupos de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios do País”, em Coimbra, com a participação de delegados dos GE de Coimbra, Porto, Lisboa e Évora.

10 de Março

Primeiro Comunicado do GE do Norte, anunciando uma reunião geral de professores do Norte, que teve lugar no Liceu Garcia de Orta, a 29 de Março, com cerca de 300 participantes.

2 de Abril

Nova reunião na EP Francisco de Arruda, com a presença de representantes dos GE do Norte, Évora e Faro.

14-17 de Abril

VI Congresso do Ensino Liceal, em Aveiro, ao qual foi enviado um abaixo-assinado de professores e professoras eventuais e provisórios com cerca de 2 200 assinaturas.

25 de Abril

Reunião dos GE em Tomar, com a presença de 44 delegados, tendo sido discutida e aprovada uma ampla “Proposta para a Reforma do Estatuto do Pessoal Docente Eventual e Provisório”.

Maio

O GE de Lisboa traduz a *Recomendação sobre o estatuto do pessoal docente* (OIT/UNESCO, 1966).

5 de Maio

O MEN comunica ao GE do Norte o fim da autorização das reuniões na EP Pêro Vaz de Caminha (iniciadas em Março).

9 de Maio

Reunião nacional dos GE em Tomar (Escola Industrial e Comercial).

14 de Maio

Entrega no MEN de um documento com “Pontos prioritários e urgentes”.

3 de Junho

Seis representantes dos GE entregam ao Secretário do Ministro da Educação um abaixo-assinado com 676 assinaturas reclamando autorização para a continuação das reuniões na EP Pêro Vaz de Caminha.

8 de Junho

Colóquio na Escola Industrial e Comercial de Setúbal, com a presença do Ministro Veiga Simão.

25 de Junho

Segunda (e última) audiência do Ministro da Educação com os GE.

Julho

Publicação do primeiro número do boletim informativo *O Professor* (Caderno 1).

Anúncios de professores eventuais e provisórios nos jornais pedindo emprego nos meses de Agosto e Setembro...

Setembro

Publicação do Caderno 2 de *O Professor*.

Outubro

Publicação de *A política de mão-de-obra barata do Ministério da Educação Nacional – reflexões críticas sobre o Decreto 331/74* (Agostinho Lopes).

24 de Novembro

Na sua “Comunicação 13”, os GE denominam-se agora “Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário” (GEPDES).

Dezembro

Publicação do Caderno 3 de *O Professor*.

1972

30 de Julho

Reunião dos GE na Figueira da Foz para debater os objectivos para o ano lectivo 1972/73.

Setembro

Publicação de *Os livros escolares* (Costa Carvalho).

14, 21, 28 de Outubro e 4 de Novembro

Colóquios na EP Francisco de Arruda.

13 de Dezembro

Reunião dos GE em Coimbra.

1973

Janeiro

Publicação de *Movimento associativo dos professores do ensino secundário: Subsídios para a sua história* (Gomes Bento)

4 de Fevereiro

Reunião dos GE para debater o lançamento de uma campanha pró-Associação.

Ainda em Fevereiro, Comunicado de protesto, assinado por dezenas de professores e professoras, contra a aplicação repressiva do Decreto-Lei nº 25 317, de 13 de Maio de 1935.

4-8 de Abril

III Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, ao qual um grupo de membros e simpatizantes do GE do Norte enviou duas Teses.

28 de Abril

Abaixo-assinado enviado ao Ministro da Educação pedindo a revisão dos vencimentos, subscrito por cerca de 3 500 professoras e professores, noticiado no semanário *Expresso*.

4 de Junho

A FISE (Federação Internacional Sindical do Ensino) publica uma “Declaração da FISE em favor da luta dos educadores de Portugal”.

15 de Julho

Reunião nacional dos GE na Figueira da Foz para fazer o balanço da acção do movimento durante o ano lectivo que terminava e decidir as principais linhas de acção para 1973/74.

25 de Julho

Promulgação da Reforma Veiga Simão (Lei 5/73).

Criação do logotipo dos GEPDES por Álvaro Miguel Duarte de Almeida, membro do GE de Lisboa.

Novembro

A denominação *Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório* (GEPDESP) aparece, pela primeira vez, num documento dos GE.

É publicado o primeiro número da (legalizada) revista *O Professor*, cujo tema era “O estatuto do professor”.

Dezembro

Publicação do segundo número da revista *O Professor*, dedicado à “Associação dos Professores”.

1974

Fevereiro

Publicação do número 3 da revista *O Professor*, tendo como tema a “Formação dos Professores – Estágios”.

12 de Fevereiro

Ofício-circular 183/74 do Director-Geral do Ensino Básico (Teixeira de Matos) enviado aos estabelecimentos escolares para dar conhecimento do Despacho nº 9/74 do Secretário de Estado da Instrução e Cultura (Augusto de Athayde), em que se equiparava os GE às “associações secretas”.

13 de Fevereiro

Ofício-circular 182/74 enviado aos Directores e Reitores solicitando «informação muito urgente» sobre docentes com funções de Direcção na revista *O Professor*.

27 de Fevereiro

Os GE reagem e entregam no MEN uma circunstanciada Exposição assinada por 1 517 professores e professoras, com pedido de audiência.

Publicação de *Professores: que vencimentos?* (António Teodoro).

21 de Abril

Última intervenção pública dos GEPDESP, antes da Revolução de Abril, durante uma homenagem nacional a Óscar Lopes promovida pelo semanário democrático portuense *A Opinião*, que teve lugar num restaurante da Praia da Aguda.

28 de Abril

Última reunião e último Comunicado dos GEPDESP, intitulado “Ao país e aos professores”.

29-30 de Abril

Criação do Sindicato dos Professores do Norte (depois, Sindicato dos Professores da Zona Norte) em reunião com a participação de cerca de 400 professores e professoras, cujas decisões foram ratificadas a 11 de Maio por uma Assembleia Magna de cerca de 5000 docentes, no Palácio de Cristal, presidida por Óscar Lopes.

2 de Maio

Criação do Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa e Zona Sul (mais tarde Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa e, depois, Sindicato dos Professores da Grande Lisboa), em reunião no Pavilhão dos Desportos.

4 de Maio

Criação do Sindicato dos Professores da Zona Centro, em reunião na actual Escola Secundária José Falcão, com a presença de cerca de 600 professores e professoras.

A2

Quase 1 500 nomes de pessoas que subscreveram abaixo-assinados e outros documentos dos GEPDESP²³

A

A. Baptista da Silva, A. Freitas Silva, A. Gomes, A. Manuel Nunes, A. Melro, A. Trigo, Abel Santos, Abílio Tavares Cardoso, Abílio Faria, Acácio Lima, Acácio Silva Vaz, Adelaide Bento, Adelaide Caldas, Adelaide Carvalho, Adelaide Goulart, Adelaide Lopes, Adelaide Tovar, Adelina Moraes, Adelina Mota, Adelina Pais, Adelino Calado, Adelino Pacheco, Adérito Jesus Dias, Adriana Vieira, Agostinho Amado, Agostinho Bento Gomes, Agostinho do Espírito Santo, Agostinho dos Reis Monteiro, Agostinho Ferreira, Agostinho Lopes, Aida Barata Santos, Aida Cerqueira, Aida Fontinha, Aida Ribeiro, Aida Silva, Aida Silva Barco, Aida Vieira, Aládia Dias, Albertina Duarte, Albertina Vieira, Alberto Carvalho, Alberto Cordeiro, Alberto da Cruz, Alberto da Silva Vieira, Alberto Nogueira, Alberto Santos, Albina Santos Silva, Alcide Lourenço, Alcina Fragateiro, Alcina Moreira, Alda Maria Simões Pereira, Alda Rodrigues Varela, Alda Viegas, Alexandre Pinto, Alexandrina Cabeçadas, Alexandrino Carvalho, Alexandrino Mendes, Alfredo Martins, Alfredo Reis, Alice Bastos, Alice Brás, Alice da Silva, Alice Figueiredo, Alice Sampaio, Alina Bizarro, Alípio Barra, Alípio Ventura, Almeida Felizes, Almeida Miranda, Álvaro Miguel D. Almeida, Álvaro Bordalo, Álvaro Pereira, Álvaro Santos, Alves Marques, Alzira Carmen Jesus Martins das Neves, Amélia Campos, Amélia Carvalho, Amélia Coutinho, Amélia Ferreira, Amélia Gonçalves, Amélia Monteiro, Amélia Pais, Amélia Teixeira, Ana Abrantes, Ana Abreu, Ana Azevedo, Ana Bandeira, Ana Bracinha Machado, Ana Brazão, Ana Carvalho, Ana Corte-Real Negrão, Ana do Costa, Ana Isabel Sampaio, Ana José Silva Pinto, Ana Leopoldina Calado, Ana Lúcia Quina, Ana M. Salvar, Ana Maria, Ana Maria Araújo, Ana Maria Azevedo Gomes, Ana Maria Braga, Ana Maria Correia, Ana Maria D'Orey, Ana Maria Dantas, Ana Maria de Azevedo Ferreira Lopes, Ana Maria Fontes de Fontes, Ana Maria Machado, Ana Maria Malheiro do Vale, Ana Maria Marques, Ana Maria Medeiros, Ana Maria Rocha da Costa, Ana Maria Santos, Ana Maria Silva, Ana Marques, Ana Osório, Ana Paula Vaz, Ana Picado, Ana Tiucha de Barros, Ana Trigo, Anabela Parreira, Anastásia Salgado, André Cordeiro, Ângela Amaral, Ângela Moura, Ângela Pereira, Ângela Resende, Angélica Entrudo, Angelina Carvalho, Aníbal Rodrigues, Antónia Amaral, Antónia Bacelar, Antónia Machado, Antónia Maia, Antónia Rocha, Antonieta Cabrita, Antonieta Casa Nova, Antonieta Moreira, António Bento, António Bravo, António Cardoso, António Claro, António de Sousa, António dos Reis Pires, António Esteves, António Fernandes, António Gaspar, António Gomes, António Graça, António Joaquim de Azevedo Ferreira Lopes, António J. Ferro, António J. Pereira Mendes, António João Véstia da Silva, António José Correia, António José da Costa Carvalho, António José Pereira Mendes, António José Teixeira Lopes, António Leal, António Lemos, António Ludovino, António Manuel Valente, António Miranda, António Moreira, António Oliveira, António Pereira, António Pereira Reis, António Piegas, António Pimenta Azevedo, António Pincarrilho, António Pinho, António Quadros Ferreira, António Real, António Rocha, António Rodrigues, António Rosa, António Santos, António Silva, António Silva Marques, António Silva Soares, António Sousa Santos, António Souto,

²³ Registo muito incompleto, se pensarmos que um abaixo-assinado teve cerca de 3 500 assinaturas.

António Teixeira Ruiz, António Neves Teodoro, António Veiga Anjo, António Veloso, Antunes da Silva, Anunciação Aires, Anunciação Gandarela, Arlette Santos, Arlinda Ferreira, Arlindo Pato Ferreira da Mota, Armanda Batalha, Armanda Pereira, Armando Machado, Armando Pedrosa, Armando Pereira, Armando Rodrigues, Armando Santos, Armando Silva, Arménia da Silva, Arminda das Neves Espírito Santo, Arminda de Matos, Armindo Rodrigues, Artur de Carvalho, Artur Oliveira, Artur Teixeira, Ascensão Lalanda, Asdrúbal Frias da Costa, Assunção Grilo, Augusto Brás, Augusto Cabral, Augusto Mota, Augusto Pascoal, Aurora Correia, Aurora Castro e Costa, Aurora Espiga Pinto, Aurora Mata

B

B. Barros, Bárbara Galvão, Beatriz Ferreira, Beatriz Freitas, Beatriz Gonçalves Moreira, Beatriz Lopes, Beatriz Menezes, Beatriz Ramos, Belmira Cruz, Belmira Mendes, Belmira Rodrigues, Benilde Fardilha, Bernardette Herdeiro, Bernardette Paredes, Bernardette Soares, Bernardina Oliveira, Berta B. Silva, Berta M. Marinho, Berta Magalhães, Branca de Castro, Branca Fernandes

C

C. Alberto Roma, C. Coelho da Cruz, C. Nunes Maurício, C. Silva, Camilo Fins do Lago, Cândida Soares, Carlos A. Gomes, Carlos Amaral, Carlos Carvalho, Carlos Ferreira, Carlos Figueiredo, Carlos Gonçalves, Carlos Manuel Oliveira, Carlos Mascarenhas, Carlos Moreira, Carlos Nunes, Carlos Pereira, Carlos Pimenta, Carlos Pinheiro, Carlos Reis, Carlos S. dos Santos, Carlos Saraiva, Carlos Ventura, Carmen Correia, Carmen Mendes, Carmen Reis, Carmo Aparício, Carmo Oliveira, Carolina Nogueira, Cecília Braga, Cecília Condé, Celeste Martins, Celeste Mazede, Celeste Nunes, Celeste Oliveira, Celeste Robalo, Celeste Sousa, Celeste V. Rodrigues, Cesarina Duacoreta, Cidália Rodrigues, Cidália Maria Amaral Rodrigues Pereira da Silva, Cipriana Paiva, Clara Dias Urbano, Clara Fernandes, Clara Ferreira, Clara Leal, Clara Magalhães, Clara Vilas-Boas, Clarisse Carvalho, Cláudio Gonçalves, Conceição Antunes, Conceição Borges, Conceição C. de Oliveira, Conceição Costa, Conceição Domingues, Conceição Faria, Conceição Rego, Conceição Rodrigues, Conceição Rolo, Conceição Salgado, Conceição Santos Pereira, Conceição Silva, Conceição Teixeira, Conceição Vidal, Conceição Vilhena, Cremilde Gonçalves, Crisália Carvalho, Cristina Barros Queirós, Cristina Pereira, Curto Semedo, Custódio Pinho

D

Dália de Almeida, Dalila Gonçalves, Daniel Dias, Daniela Silva, David Lopes, Deolinda Estaca, Diamantino Patrício, Diamantino Trindade, Dina Afonso, Dina Cunha, Dina Ribeiro, Dina Rodrigues, Dinis Parente Pacheco, Dulce Cunha Reis

E

E. Kino Kanda, Edgar da Silva, Edite Santos, Edmundo Mendes, Eduarda Borges, Eduarda Carvalhinhos, Eduarda de Menedo, Eduarda M. Malhado e Silva, Eduarda Moura, Eduarda Martins, Eduarda Mendes, Eduarda Palma, Eduarda Ventura, Eduardo de Vasconcelos, Eduardo Oliveira, Eduíno Jesus, Elisa Carlota Magalhães, Elisa Fialho, Elisa Freire, Elisa Gameiro, Elisa Gomes, Elisa Semedo, Elisabeth Magalhães, Elisabete Amaral, Elisabete Duarte, Elisabete Guerreiro, Elisabete Marques, Elisabete Oliveira, Elisabeth Fernandes, Elisabeth Ferreira, Elisabeth Magalhães, Elizabeth Soares, Elsa Figueiredo, Elsa Pinto Bastos, Elsa Rodrigues, Elsa Santos Pereira, Elvira Correia, Elvira Eduardo Vilaça, Elvira Sá, Elvira Sousa, Elvira Teles, Emília Antunes, Emília Cardoso, Emília Chumbo, Emília Costa, Emília Coutinho, Emília do Carmo Alves Rodrigues, Emília Ralo, Emília Rua, Emília Salgueiro, Emília Seabra, Emília Silva Vicente, Encarnação Andrade, Encarnação Lança, Ermelinda Ribeiro, Ernesto Gonçalves, Ernesto Marques, Esmeralda Gonçalves, Estela

Borges, Ester Coelho, Etelvina Marques, Eugénia de Sousa, Eugénia Ferreira, Eugénia Raposo, Eugénia Teles, Eurico Magalhães, Eva de Jesus Ferreira, Eva L. da Silva, Evelina Moura

F

Fanny Silva e Sousa, Fátima Alves, Fátima Barbosa, Fátima Carvalhais, Fátima de Almeida, Fátima dos Santos, Fátima Faria, Fátima Fonseca, Fátima Garcia, Fátima Mota Pinto, Fátima Neves, Fátima Oliveira, Fátima Rodrigues, Fátima Rosa, Fátima Santos, Fátima Seica, Fátima Sequeira, Fátima Sousa, Fátima Trigo, Fátima Vaz Pinto, Felicidade Santos, Fernanda Alves, Fernanda Antunes, Fernanda Caldeira, Fernanda Meira, Fernanda da Rocha, Fernanda de Paiva, Fernanda de Sousa, Fernanda Dias Leite, Fernanda Fernandes, Fernanda Manso, Fernanda Marques, Fernanda Melo, Fernanda Monteiro, Fernanda Odete Santos Bispo, Fernanda Pereira, Fernanda Perry, Fernanda Pires, Fernanda Raposo, Fernanda Ribeiro da Costa, Fernanda Sanches, Fernanda Santos, Fernanda Severo Alves, Fernanda Tavares, Fernando Alves, Fernando Amado, Fernando Amaral, Fernando Cabral Pinto, Fernando Cosme, Fernando da Silva, Fernando de Sá Couto, Fernando do Carmo, Fernando Filipe, Fernando José Matos, Fernando Manuel Simões e Sousa, Fernando Moedas, Fernando Nogueira, Fernando Oliveira, Fernando Pereira Pinto, Fernando Sampaio, Fernando Silva, Fernando Silvestre, Ferreira Pinto, Filipa Mota, Filomena Cruz, Filomena Matos, Filomena Mocho, Filomena Pereira, Filomena Teixeira, Flávia Almeida, Florival Cabrita, Francelina Rodrigues, Francisca Amaral, Francisco Almada, Francisco Coelho, Francisco da Silva, Francisco Domingues, Francisco Esteves, Francisco Infante, Francisco Jacinto, Francisco João, Francisco Leite, Francisco Perry, Francisco Pires, Francisco Rodrigues, Frederico Carvalho

G

Gabriela Andrade, Gabriela Costa, Gabriela Cruz, Gabriela F. Reis, Gabriela Fernandes, Gabriela Ferrão, Gabriela Freitas, Gabriela Pires Martins, Gabriela Santos, Gabriella Valle, Geraldo Brandão, Germano Cordeiro, Gil Passos, Gisela Reis, Glicínia Faria, Glória Carvalho, Glória Vaz Pato, Graça Bandeira, Graça Diniz, Graça Figueiredo, Graça Mendes, Graça Miranda, Graça Oliveira, Graça Silvério, Graça Varandas, Graça Veloso, Gracinda Alves, Gracindo Costa, Gualdino José, Guilherme da Costa, Guilherme dos Santos, Guilhermina Melo

H

Hedwiges Bragança, Helena Alves, Helena Azevedo, Helena Baptista, Helena Barradas, Helena Bastos, Helena Belas, Helena Belchior, Helena Brito, Helena Calazans, Helena Cardoso, Helena Carvalhana, Helena Castanheira, Helena Correia, Helena Costa, Helena de Almeida, Helena de Noronha, Helena de Sá, Helena Duarte Valente, Helena Ferreira, Helena M. Gomes, Helena Gonçalves, Helena Lopes de Almeida, Helena Maria Duarte, Helena Maria A. Gomes, Helena Marinho, Helena Martins, Helena Melo, Helena Oliveira, Helena Pato, Helena Pêgo, Helena Quintas, Helena Raposo, Helena Rocha, Helena Rodrigues, Helena Teixeira, Helena Trancoso, Helena Valente, Helena Vasconcelos, Hélia Preto, Henrique Barbosa, Henrique Manso, Henriqueta Oliveira, Hermenegilde Abrantes, Hermenegildo Duarte, Hermínia Alves, Hermínia Proença, Homero Rodrigues, Horácio Amorim, Horácio Pires, Hortense V. Alvão

I

Idalino Pacheco, Idalino Simões, Ilda Santos, Ilídio Fontes, Inês Borges, Inês Cosme, Inês Pereira, Irene Almeida, Irene Almeida Santos, Irene Cortesão, Irene Moura, Irene Santana, Irene Santos, Isabel Abreu, Isabel Albuquerque, Isabel Araújo, Isabel Bernardo, Isabel Barca,

Isabel Boléo, Isabel Borges, Isabel Campeão, Isabel Coelho, Isabel de Figueiredo, Isabel Dias, Isabel Dias Coelho, Isabel Ferraz de Oliveira, Isabel Lampreia, Isabel Lousteau Mateus, Isabel Maria Ribeiro, Isabel Maria Vilaça, Isabel Marques, Isabel Melo, Isabel Moura, Isabel Paula Brito, Isabel Paz Abreu, Isabel Pedro, Isabel Pinto, Isabel Prista Graça, Isabel Ruiz, Isabel Santos, Isabel Santos Pires, Isabel Seabra, Isabel Silva, Isabel Soromenho, Isabel Vale, Isaura Pereira, Isaura Vieira, Isidora Moreira, Isidro Dias, Ivone Loureiro, Ivone Onofre

J

J. Boaventura Alves, J. de Jesus Pedrosa, J. Gaspar dos Santos, J. Martins Pires, J. Orlando Strecht, J. Pinho, Jaime Ramalhete Neves, Jeanine Primo Jaleco, Joana Mourão, João Botelho, João de Matos, João Ferreira Alves, João Ferreira da Silva, João Franco, João J. Jóia, João Loff, João Lopes, João M. da Silva, João M. Farinha, João M. Mestre, João Malheiro, João Nunes Seabra, João P. Lima, João Pereira, João Serra, Joaquim Aleixo, Joaquim Alves da Silva, Joaquim Bragança, Joaquim C. da Silva, Joaquim Canário, Joaquim da Silva, Joaquim de Matos, Joaquim Dias, Joaquim dos Santos, Joaquim Duarte Martins, Joaquim M. B. Sousa, Joaquim Morais, Joaquim Neves, Joaquim Pacheco, Joaquim Vicente, Joaquina Caroco, Joaquina Ferreira, Joaquina Mendes, Joaquina Salgueiro, Jofre Amaral Nogueira, Jorge Correia, Jorge Mota Ferraz, Jorge Santos, Jorge Valadares, José Alberto Alves, José António Fiúza Fernandes, José Aranda da Silva, José Augusto Nozes Pires, José Barradas, José Bernardino Duarte, José Bizarro, José Cerqueira Fernandes, José Craveiro da Costa, José de Matos, José Emílio, José Fernandes Adrião, José Ferreira, José Figueiras Marques, José Flores da Silva, José Garrett, José Gomes Bento, José Inês Pires Canário, José Júlio da Silva, José Leça, José Luís Borges Coelho, José M. Freitas, José Manuel Braga, José Manuel Carvalho, José Manuel Gomes, José Manuel Martins, José Manuel Oliveira, José Martins, José Monteiro, José Nunes, José Pedro Araújo, José Pedro Guarino, José Pereira, José Pinheiro, José Ramada, José Ramos, José Ribeiro, José Salvado Sampaio, José Soares, José Vasconcelos Cabral, José Vaz Branco, José Vieira, Judite Baptista, Judite Barros, Judite Monteiro, Judith Cortesão Lopes Monteiro, Júlia de Barros, Júlia Ferreira, Júlia Guarda Ribeiro, Júlia Marques, Júlia Pamplona, Júlia Patrício, Julieta Almeida, Julieta Gonçalves, Julieta Pega, Julieta Pina, Júlio Guerra, Júlio Landeiro, Júlio Maia, Júlio Silva

L

L. Pinheiro, Laura Godinho, Laurentina Costa, Lavínia Pinho, Lea Branca Graça, Lélia Barros, Leonardo Rocha, Leonilde Madeira, Leonor Cardoso, Leonor Carvalho, Leonor d'Araújo, Leonor Filipe, Leonor Nóvoa, Leonor Varela, Leopoldina Mourato, Leopoldina Oliveira, Liberta Costa, Lídia Alves e Silva, Lídia Cortes, Lídia Moreira, Lídia Pereira, Lúcia Gouveia, Lúcia Veloso, Lililha Júdice, Lisdália Leitão, Lourdes Afonso, Lourdes Alarcão, Lourdes Cruz, Lourdes Dias, Lourdes Filipe, Lourdes Machado, Lourdes Morais Brito, Lourdes Ribeiro, Lourdes Serra, Lourdes Silva, Lourdes Silveira, Lucie Gomes da Silva, Lucília Pinho, Lucília Ramalheira, Lucília Teixeira, Lucinda Tavares, Ludgero Leote, Luís Antunes, Luís Castel-Branco, Luís Filipe Silva, Luís Gouveia Aveiro, Luís Heftlen, Luís Magalhães, Luís Portela, Luís Sena Lopes, Luís Tavares, Luísa Alves, Luísa C. Guedes, Luísa Coelho, Luísa da Gama, Luísa Fernandes, Luísa Gaiolas, Luísa Gomes de Almeida, Luísa Lopes, Luísa Magalhães, Luísa Martins, Luísa Mendonça, Luísa Parreira, Luísa Peixoto, Luísa Real, Luísa Rodrigues, Luísa Sarmento, Luísa Simões, Luísa Torres, Lurdes dos Santos Neves, Lydia Lemos

M

M. Açucena das Neves, M. Adelaide Cintra, M. Adelaide Fernandes, M. Adília Cunha, M. Águeda Olaio, M. Albertina Dias, M. Albertina Ferreira, M. Aldina da Costa, M. Alexandre de Castro, M. Alexandre Tavares, M. Alexandrina de Barros, M. Alice da Costa, M. Alice da

Silva, M. Alice de Carvalho, M. Almeria Cruz, M. Amélia Farias, M. Amélia Fialho, M. Ana Coelho, M. Ana Perdigão, M. Antónia Azevedo, M. Antónia Bagio, M. Antónia Dimas D. Fernandes, M. Antónia dos Santos, M. Antónia Prista, M. Antonieta Amaral, M. António Cardoso, M. Armanda Mendonça, M. Armanda Queiroz, M. Augusta Andrade, M. Augusta Brito, M. Aurora Lemos, M. Azevedo Ribeiro, M. Beatriz Neves, M. Beatriz Teixeira, M. C. Frazão, M. Cabral Valente, M. Carlota Branco, M. Carolina Rocha, M. Castro, M. Celeste Gomes, M. Celestina do Carmo, M. Celina Afonso, M. Céu Neves, M. Céu Vieira, M. Clotilde David, M. Conceição Albuquerque, M. Constança Andrade, M. da Assunção Araújo, M. da Conceição Alves, M. da Conceição Cabral, M. da Glória Rodrigues, M. da Graça Farrobo, M. da Graça Furtado, M. da Graça Marques, M. da Graça Neves Só, M. da Luz Cabral, M. da Luz Duarte, M. da Luz Tavares, M. Dalila Pinto, M. de Fátima Carvalho, M. de Fátima de Sousa, M. de Fátima Garcia, M. de Lourdes Almeida, M. de Lourdes Botto, M. de Lourdes Castelo, M. de Lourdes Gonçalves, M. de Lourdes Lima, M. de Lourdes Marcelo, M. de Lourdes Beija, M. de Lourdes Falcão, M. de Matos Barrenho, M. de Oliveira Hespanha, M. Delfina Silva, M. Delgado, M. Deolinda Rosado, M. do Amparo Felizardo, M. do Carmo Messias, M. do Carmo Silveira, M. do Céu Beirão, M. do Céu Patrício, M. do Céu Ramos, M. do Céu Ribeiro, M. do Céu Ribeiro, M. do Céu Teixeira, M. Ema de Carvalho, M. Emília Alicio, M. Emília da Costa, M. Emília Faria, M. Emília Garcia, M. Emília Lourenço, M. Emília Martins, M. Emília Oliveira, M. Estrela Santos, M. Eugénia da Costa, M. Eugénia dos Santos, M. Eugénia Mendes da S. Rosa Malheiros, M. Eugénia Matos, M. Fátima Pacheco, M. Felismina Santos, M. Fernanda Gonçalves, M. Fernanda Gouveia, M. Fernanda Martins, M. Fernanda Oliveira, M. Fernanda Oliveira, M. Fernanda Pinho, M. Fernanda Silva, M. Fernanda Teixeira, M. Filomena Guerreiro, M. Filomena Traça, M. Gabriela Teixeira, M. Glória Leitão, M. Gonçalves Barreira, M. Graça Fernandes, M. Guilhermina Nunes, M. Helena Cavalheiro, M. Helena Cunha, M. Helena Curado, M. Helena Domingues, M. Helena Ferreira, M. Helena Figueiredo, M. Helena Moraes, M. Helena Pinto, M. Helena Sá Dias, M. Helena Viana, M. Helena Vidal, M. Hermínia Pereira, M. Hortência Ferreira, M. Inês Cabral, M. Inês Dias, M. Inês Tomás, M. Iracema Vasconcelos, M. Isabel Cortês, M. Isabel Dias, M. Isabel Gomes, M. Isabel Gonçalves, M. Isabel Ribeiro, M. Isabel Robalo, M. Isália Faro, M. Ivone Correia, M. Jesus Camelo, M. João Dias, M. José Alves, M. José Carvalho, M. José da Conceição, M. José Ferreira, M. José Garção, M. José Guerreiros, M. José Laginha, M. José Nunes, M. José Pacheco, M. José Pires, M. José Pires Reis, M. José Rodrigues, M. José Sá, M. José Valente, M. Josefina Nery, M. Judite Cardoso, M. Júlia Ferreira, M. Lage Chaves, M. Lia Cordeiro, M. Lídia Lopes, M. Lídia Martins, M. Lourdes Baptista, M. Lúcia Silva, M. Lucília Bidarra, M. Lucília Correia, M. Luísa Carvalho, M. Luísa Caseiro, M. Luísa Dorcas, M. Luísa Melo, M. Luísa Pinto, M. Luísa Ramalho, M. Luísa Santos, M. Manuel Ribeiro, M. Manuel Rodrigues, M. Manuela Corrêa da Silva, M. Manuela Gomes, M. Manuela Lopes, M. Manuela Nobre, M. Manuela Nunes, M. Manuela Ramos, M. Manuela Rodrigues, M. Manuela Sampaio, M. Manuela Santos, M. Margarida Afonso, M. Margarida Almeida, M. Margarida Andrade, M. Margarida Silva, M. Marieta Gomes, M. Mercedes Miranda, M. Natália Correia, M. Odete Mendes, M. Olinda Santos, M. Oliveira Costa, M. Olivia Vieira, M. Paula Quinteiro, M. Pereira Louro, M. Piedade dos Santos, M. Raquel Pereira, M. Rosa Pereira, M. Rosário Cruz, M. Rosário de Sousa, M. Santos Oliveira, M. Sofia Mello, M. Teresa Cordeiro, M. Teresa Costelo, M. Teresa d'Anunciação, M. Teresa Lacerda, M. Teresa Magalhães, M. Teresa Pinto, M. Teresa Santos, M. Valentina Guedes, M. Victória Albuquerque, M. Virgínia Pereira, Mabelina Soares, Madalena Fonseca, Madalena Gonçalves, Madalena Moreira, Magalhães Cabrita, Manuel Alves, Manuel André, Manuel Araújo, Manuel Arruda, Manuel Barreira, Manuel Barroco, Manuel Cardoso, Manuel Coelho, Manuel Coroadinha, Manuel Costa, Manuel Couto, Manuel da Fonseca, Manuel de Sousa Barros, Manuel Fernandes, Manuel Ferrão, Manuel Freitas, Manuel Gil, Manuel Gomes, Manuel Grasina, Manuel Jorge, Manuel L. Fernandes, Manuel Leal, Manuel Maria de Sousa Calvet

de Magalhães, Manuel Matos, Manuel Melo, Manuel Mesquita, Manuel Oliveira, Manuel Palma, Manuel Pereira da Silva, Manuel Peres, Manuel Pinto, Manuel R. Alves, Manuel Rodrigues, Manuel Rogério, Manuel Santos, Manuel Sardinha, Manuel Soares, Manuel Tavares, Manuel Teixeira, Manuel Valadares, Manuela Aguiar, Manuela Antunes, Manuela Brandão, Manuela Brás, Manuela Lopes Cabral, Manuela Coelho, Manuela Correia, Manuela da Fonseca, Manuela Esperança, Manuela Henriques, Manuela Leandro, Manuela Lino, Manuela Malpique, Manuela Mendes, Manuela Mogo, Manuela Oliveira, Manuela Pereira, Manuela Pinto Fernandes, Manuela Pires, Manuela Ribeiro, Manuela Salomé, Manuela Silva, Manuela Silvestre, Manuela Simões, Manuela Soares, Manuela Tavares, Margarida Barros, Margarida Carvalho, Margarida Chaves, Margarida Costa, Margarida Coutinho, Margarida Cunha, Margarida da Conceição, Margarida dos Santos, Margarida Godinho, Margarida Leite, Margarida Lopes, Margarida Pestana, Margarida Pimenta, Margarida Pinheiro, Margarida Roque, Margarida Selada, Margarida Simões, Margarida Travassos, Margarida Viana, Margarida Vieira, Margrit Günther, Maria A. Aires, Maria A. Bidarra, Maria A. Carvalho, Maria Adriana Rangel, Maria Aldina, Maria Almeida Duarte, Maria Amélia Campos, Maria Amélia Carvalho, Maria Antónia Bacelar, Maria Armanda Silva, Maria Assunção Reininho, Maria Augusto Mendes, Maria Aurélia Martins, Maria Aurora, Maria Benta Sustelo, Maria C. Bustorff, Maria C. Duarte, Maria Cadete Marques, Maria Camacho, Maria Cardoso, Maria Casais Ribeiro, Maria Castilho, Maria Celeste Simões, Maria Celina de Matos, Maria Cerqueira, Maria Cisneiros de Faria, Maria Clara Ferreira Fernandes, Maria Clara Rodrigues, Maria Costa Mota, Maria Crespo, Maria da Anunciação Valente, Maria da Assunção Marques, Maria da Assunção Reininho, Maria da Conceição Gomes, Maria da Conceição Guerreiro, Maria da Graça Guedes, Maria José Fonseca, Maria da Glória Padrão, Maria da Graça Madeira Gomes, Maria da Graça Penedos, Maria da Guia Matos, Maria da Madre de Deus Sousa, Maria da Palma, Maria da Providência, Maria de Carvalho, Maria de Fátima Borges Coelho, Maria de Fátima Pereira de Sousa, Maria de Fátima Santana de Campos Rodrigues, Maria de Lurdes Baptista, Maria de Jesus Santos, Maria de La Salette Fernandes, Maria de Oliveira, Maria de S. Maia, Maria de São José Pinheiro, Maria Delgado, Maria do Carmo Vareta, Maria do Céu d'Ávila Pereira, Maria do Céu Ferreira, Maria do Céu Guedes, Maria do Céu Monteiro, Maria do Céu Moreira, Maria do Céu Nunes, Maria do Céu Tadeu, Maria do Espírito Santo, Maria do Pilar, Maria do S. Azevedo, Maria Clara Fonseca Fernandes, Maria Duarte, Maria Duarte Ferreira, Maria Eduarda Cardoso, Maria Eduarda Cunha, Maria Elsa de Carvalho Oliveira, Maria Espírito Santo, Maria Estela V. Guimarães, Maria Eugénia Mendes da S. Rosa Malheiros, Maria Eulália, Maria F. Cunha, Maria Félix, Maria Fernanda Campos, Maria Fernanda Correia, Maria Fernanda da Costa Lopes, Maria Fernanda Maciel Correia, Maria Fernandes, Maria Figueiredo, Maria Furtado, Maria Gil Conde, Maria Gomes da Silva, Maria Guerra, Maria H. Barata, Maria Helena Raposo, Maria Hermínia Pereira, Maria Hernandez Ferreira, Maria Iracema Vasconcelos, Maria Irene Ferreira dos Santos, Maria Irene Veloso, Maria Isabel da Costa, Maria Isabel Redondo, Maria Isabel Silva, Maria J. Santos, Maria João Anjo, Maria João Belo, Maria João Delgado, Maria João Dias, Maria João Oliveira, Maria João Pacheco, Maria João Serra, Maria José Abreu, Maria José Cabral, Maria José Caldeira, Maria José Carvalho, Maria José Delgado, Maria José da Silva, Maria José Dantas, Maria José Marreiros, Maria José Martins, Maria José Navarro, Maria José Patrão, Maria José Sequeira, Maria Júlia Brandão, Maria Júlia Cardoso, Maria Júlia Monteiro Jaleco, Maria Júlia Santos, Maria Lapa Rodrigues, Maria Leonor Araújo, Maria Lopes, Maria Lopes Resende, Maria Lucinda Almeida Lopes, Maria Luís da Costa, Maria Luísa Robalo Correia, Maria M. Martins, Maria Madruga, Maria Madureira, Maria Manuel Leitão, Maria Manuel Calvet de Magalhães Gomes Ricardo, Maria Manuela Bação, Maria Manuela Morais, Maria Manuela Mourão, Maria Manuela Medina Moura, Maria Manuela Santos Silva, Maria Margarida Malheiro Vilar, Maria Martins, Maria Matilde Duarte Lopes, Maria Matos, Maria Matos da Silva, Maria Medeiros Franco, Maria Mendes Dias, Maria

Monteiro, Maria Moreira, Maria Morgado, Maria N. Caçoilo, Maria Natércia Gomes Lopes, Maria Nascimento, Maria Nogueira, Maria O. Martins, Maria Olinda Santos, Maria P. E. R. da Costa, Maria Pacheco, Maria Paes de Faria, Maria Peixoto, Maria Prazeres, Maria Queiroga Dias, Maria Raposo, Maria Reis, Maria Resende, Maria Ribas de Freitas, Maria Ribeiro, Maria Ruth Rodrigues, Maria Salgado, Maria Santiago, Maria Santos Silva, Maria Saraiva, Maria Serrasqueiro, Maria Soares, Maria Soledade Ramos de Carvalho Dias, Maria Sousa Tavares, Maria Tavares, Maria Teixeira Ramos, Maria Teresa Feijó, Maria Teresa Ferreira Lopes, Maria Teresa Gaspar, Maria V. Machado, Maria Vasconcelos, Mariana Fernandes, Mariana Martinho, Mariana Oliveira, Marie Caire Magalhães, Marieta Sentel, Marília Costa, Marília Duarte, Marília Fernandes, Marília Marques, Marília Páscoa, Marília Valente, Marilisa Crespo, Mário Luís Casais Ribeiro, Mário Jorge, Mário Luís Ribeiro, Mário Sequeira, Mariza Peres Coelho, Martinho Guerra Madaleno, Matilde Bento Cerejeira, Matilde Martins, Matilde Rodrigues, Maurício Coutinho, Mécia de Sousa, Mendes Fernandes, Miranda Ferreira

N

Nair da Silva Nair Gonçalves, Natália Calças, Natália Carias, Natália Cruz, Natália de Almeida, Natália Ferreira, Natália Marques, Natália Pereira, Natália Viegas, Natalina Cardoso, Natalina Nunes, Natércia Lopes, Nazaré Pratas, Neli Traça, Nelma Guimarães, Nicolau Oliveira, Nídea Maria Estelita de Macedo, Nobre de Oliveira, Noémia Tavares, Nuno Camacho, Nuno Malaca, Nuno Rodrigues

O

Odete Carvalho, Odete Correia, Odete Figueiredo, Odete Machado, Odete Margarido, Odete Silva, Ofélia Sobreiro, Olga Godinho, Olga Iglésias, Olímpia Carvalho, Olinda Bonifácio, Olinda Fernandes, Olinda Gonçalves, Olinda Santos, Olindina Albuquerque, Olindina Gomes, Olivia Vaz, Orlando Nunes, Orlando Ramos Costa, Orlando Reaes Pinto, Orquídea Soares, Óscar Lopes, Otília Amado, Otília Fonseca

P

Pacheco Pereira, Palmira Tomé Costa, Parcidio Soares, Paula Brites, Paula de Lemos, Paulo Cabecinha, Paulo Palhares, Paulo Rodrigues, Paulo Sucena, Pedro Silveira, Perpétua Catarino, Preciosa Varanda

R

Raquel Agostinho, Raquel Mateus, Raquel Peres, Raúl António Styliano, Raúl Gomes, Regina Carvalho, Regina de Brito, Regina Perdigão, Regina Silva, Renato Goulart, Rita Cristóvão, Rita Magrinho, Rita Perestrelo, Robertina Ribeiro, Rogério Mota, Rosa Cardia Lopes, Rosa Carvalho, Rosa Horta, Rosa Maria Trindade, Rosa Santos, Rosa Soveral, Rosália Santos, Rosalina Taborda, Rosário Guimarães, Rosário Torres, Rosil Vaz, Rosinda Silva, Rosinda Vieira, Rui Alfaiate, Rui Canário, Rui Joaquim Araújo, Rui Manuel Martins, Rui Marques, Ruth Guimarães

S

S. Domingos, Santos Gil, Santos Heitor, Saudade Lopes, Saudade Manso Preto, Sebastião Cordeiro Ramos, Serafim de Almeida, Sérgio Moutinho, Silusa da Silveira, Silva Santiago, Sílvia Baptista, Sílvia Rangel, Silvino Ribeiro, Simões de Almeida, Sónia Silveira, Sousa Pereira, Susana Patrício, Susana Santos

T

T. Perdigão, Taveira da Costa, Teixeira Dias, Teixeira do Valle, Teles Valente, Teresa Almeida, Teresa André, Teresa Aparício, Teresa Baptista, Teresa Bastos, Teresa Calado, Teresa Carvalho, Teresa Correia, Teresa de Jesus, Teresa Escoval, Teresa Feliz, Teresa Ferraz, Teresa Gamito, Teresa Marques, Teresa Martins, Teresa Oliveira, Teresa Ortigão, Teresa P. Ferreira, Teresa Pacheco, Teresa Portugal, Teresa Saraiva, Teresa Soares, Teresa Vieira, Tomás Moniz, Túlia Ramos

U

Umbelina Fernandes

V

Vasco José, Vera Castro, Victor Freire, Victor Sousa, Virgílio Jorge, Virgínia Duarte, Virgínia Queiroz, Virgínia Silveira, Vitalina César, Vítor Isidoro, Vítor Marques, Vítor Nascimento Picanço Mestre, Vítor Patrício, Vitorino de Matos Beleza

W

Wanda Teixeira

Z

Zacarias Nascimento, Zeferino Costa, Zélia Bernardo, Zélia Duarte, Zélia Matos, Zulmira Ribeiro, Zulmira Silva

A3

REPRODUÇÕES DE ALGUNS DOCUMENTOS DA
HISTÓRIA DOS GEPDESP

A3.1

Circular sobre a reunião de 27 de Maio de 1970 na EP Francisco de Arruda

Lisboa, 2 de Junho de 1970

Caros Colegas

Efectuou-se, no dia 27 de Maio, uma reunião de professores eventuais e provisórios para decidir das diligências a fazer junto ao Senhor Ministro da Educação Nacional, para que sejam remunerados os meses de Agosto e Setembro.

Fizeram-se representar os Liceus de D. João de Castro, Rainha D. Amélia e Passos Manuel, as Escolas Preparatórias de Pedro de Santarém, Manuel da Maia, Marquesa de Alorna, Eugénio dos Santos, Paula Vicente, Francisco de Arruda e secções.

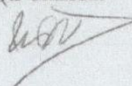
Decidiu-se que:

- 1ª. - As escolas que ainda não tivessem enviado o 2º. abaixo-assinado, o fizessem em texto único, para o que foi elaborado um, na dita reunião, que junto enviamos.
- 2ª. - Foi nomeada uma Comissão executiva, que terá, como missão imediata, entregar os abaixo-assinados em mão ao Senhor Ministro, e continuará em acção até à resolução do problema.
- 3ª. - Deverá ser eleito em cada estabelecimento um delegado, que fará correr os abaixo-assinados, e recolherá os nomes e moradas dos colegas provisórios ou eventuais, entregando, depois, uma cópia à comissão, para facilitar o contacto.
- 4ª. - Nas Escolas que já enviaram, deverá eleger-se também um delegado que recolherá como acima indicamos, os nomes e moradas, e se porá em contacto com a comissão.
- 5ª. - O contacto com a comissão será ou na Escola Preparatória de Francisco de Arruda - Maria Irene Veloso, ou no Liceu Rainha D. Amélia - Berta Maria Marinho ou Judith Cortesão Lopes Monteiro.
- 6ª. - Os abaixo-assinados deverão ser entregues pelo próprio delegado na Escola Francisco de Arruda ou no Liceu Rainha Dona Amélia, até sexta-feira, dia 5, às 12 horas.

Como é evidente, as aulas estão a terminar, e a rapidez é, portanto, um factor importante.

Cumprimenta

A Comissão



Texto único para o abaixo-assinado.

Senhor Ministro da Educação Nacional

Excelência:

Os professores eventuais e provisórios do Ensino Liceal e Ciclo Preparatório, enviaram ao Ministério da Educação Nacional, em Abril do ano corrente, uma exposição relativa à falta de vencimentos dos mesmos professores nos meses de Agosto e Setembro.

O assunto foi já abordado na Assembléia Nacional pelo Senhor Deputado Oliveira Ramos e, em o Comércio do Porto, de 9 de Maio, na página - Educação, Manuela Sepúlveda cita determinada obra da U N E S C O e faz pertinentes considerações a este respeito. No entanto, a dramática situação económica dos professores eventuais e provisórios mantém-se.

Não tendo tido conhecimento, até agora, de qualquer despacho referente a este assunto e ao verem aproximar-se o termo do ano lectivo, os abaixo-assinados, professores provisórios (ou eventuais, conforme o caso) solicitam respeitosamente a Vossa Excelência se digne regularizar a sua situação, anormal entre os vários graus de ensino.

Atentamente, os professores provisórios da
Escola Preparatória de Francisco de Arruda

Pedem Deferimento

A3.2

“Comunicação nº 1” sobre a primeira reunião dos “Grupos de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios do País”

6 de Março de 1971

Reunião dos Grupos de estudo dos Prof. eventuais e provisórios do país

COIMBRA, 6/ 3/971

COMUNICAÇÃO Nº. 1

Caros colegas:

Na sequência das declarações feitas por S. Ex.cia. o Sr. Ministro da Educação Nacional ao "grupo de estudo dos profs. eventuais e provisórios de Lisboa", referidas na comunicação nº. 4 desse mesmo grupo, vários outros se constituíram em várias zonas do país (Coimbra, Porto e Évora).

A fim de permitir uma maior coordenação e unidade das propostas já elaboradas e a elaborar no futuro, reuniram-se agora, em Coimbra, alguns professores de todos os grupos referidos, estando presente, a convite dos mesmos, o Prof. Calvet de Magalhães, director da Escola Preparatória de Francisco Arruda.

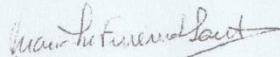
Nesse encontro várias questões foram abordadas, devendo salientar-se as seguintes:

1. Apresentaram-se as propostas já elaboradas por cada um dos grupos, nomeadamente os estudos sobre estágios e nomeações-recondições.
2. Decidiram-se quais as diligências a fazer quanto ao Congresso do Ensino Liceal, a realizar em Aveiro no próximo mês de Abril. Assim:
 - a) Uma comissão de professores, constituída por elementos de todos os grupos de estudo presentes, ficou encarregada de solicitar da direcção do congresso autorização para participar no mesmo sem formalidades de inscrição, dadas as precárias condições económicas dos professores provisórios e, por outro lado, o novo interesse do mesmo congresso a partir do aparecimento do projecto do "Novo Sistema Escolar Português".
 - b) Aprovou-se um texto único de abaixo-assinado, aberto a todos os colegas do país e dirigido à Mesa do Congresso, solicitando que os problemas atinentes à situação dos prof. eventuais e provisórios fossem convenientemente apreciados, dada a importância numérica dessa categoria de professores, conforme, aliás, se depreende dos temas, referências e constituição da Comissão Executiva.
3. Estudaram-se, além disso, os processos de estimular a constituição de novos grupos de estudo noutras zonas do país, a fim de facilitar a todos os colegas a participação na elaboração das propostas a apresentar ao M.E.N.

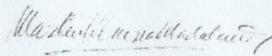
4. Elaborou-se ainda, um breve inquérito a lançar também entre todos os prof. eventuais e provisórios, procurando assim detectar quais as aspirações mais sentidas por todos os prof. desta categoria do pessoal docente do ensino secundário.
5. Por último, considerou-se de extrema importância e urgência que sejam feitas diligências em ordem a fazer surgir, quanto antes, uma associação de professores, capaz de representar eficazmente todas as categorias do pessoal docente.

Todos os colegas são, pois, convidados a integrarem-se nos grupos de estudo já constituídos ou a promoverem a criação de novos grupos nas respectivas capitais de Distrito, a fim de que as propostas a apresentar ao M.E.N. sejam a expressão das aspirações de todos os interessados.

Pelo "Grupo de estudo dos Profs. event. de Lisboa"



Maria Irene Ferreira dos Santos



Martinho Guerra Madaleno

A3.3

Documento com

“Pontos prioritários e urgentes”

entregue no Ministério da Educação Nacional a 14 de Maio de 1971

GRUPO DE ESTUDO DE PROFESSORES DO ENSINO SECUNDÁRIO

I)

Senhor Ministro da Educação Nacional

Excelência:

Na sequência do trabalho que tem vindo a ser feito pelos Grupos de Estudo de Professores do Ensino Secundário, conforme é do conhecimento de V.Exa., vem esta Delegação apresentar alguns aspectos cuja solução global se reputa prioritária e urgente e para a qual, por isso, solicita a melhor atenção:

- Atribuição de vencimento nos doze meses do ano, com início no corrente ano lectivo, a todos os agentes de Ensino Secundário, actualmente em exercício, independentemente da urgente revisão do nível de vencimentos.
- Equiparação do vencimento do pessoal docente nos três ramos de Ensino.
- Recondução de todos os agentes de Ensino que o requeiram, até 31 de Junho do corrente ano lectivo.
- Comunicação até 30 de Agosto, da respectiva nomeação ao agente de Ensino que se tenha apresentado a concurso e simultâneo conhecimento público da lista de nomeações.
- Autorização para se constituir uma Comissão promotora da Associação do pessoal docente do Ensino Secundário.
- Assistência médica e medicamentosa a todo o pessoal docente nos doze meses do ano.
- Abolição do Exame de Estado, a partir do ano lectivo corrente.
- Equiparação de horário (22 horas) para todo o pessoal docente (em idênticas condições de contrato).
- Em face da autorização concedida por V.Exa. em audiência de 4 de Fevereiro do corrente ano aos nossos Grupos de Estudo para continuarem os seus trabalhos, bem como das palavras de incentivo sobre o assunto então proferidas por V.Exa. perante a nossa Delegação e posteriormente reiteradas no Congresso de Aveiro, pede-se que não sejam levantados quaisquer obstáculos à actividade dos nossos Grupos de trabalho e estudo, tal como inexplicavelmente tem vindo a suceder nos seguintes estabelecimentos de Ensino:
Liceu Nacional de Setúbal, Escola Preparatória de Setúbal,
Escola Preparatória de Almada, Escola Preparatória de Olhão
e Escola Preparatória Pero Vaz de Caminha (Porto).

Dado o carácter premente dos problemas acima enunciados, solicitamos de V.Exa. uma resposta tão breve quanto possível, que pedimos não seja posterior ao próximo dia 31 de Maio.

Aproveitamos a oportunidade para informar V.Exa. que a divulgação de quaisquer textos apresentados ao Ministério referente aos trabalhos dos Grupos de Estudo não é da responsabilidade dos mesmos Grupos de Estudo.

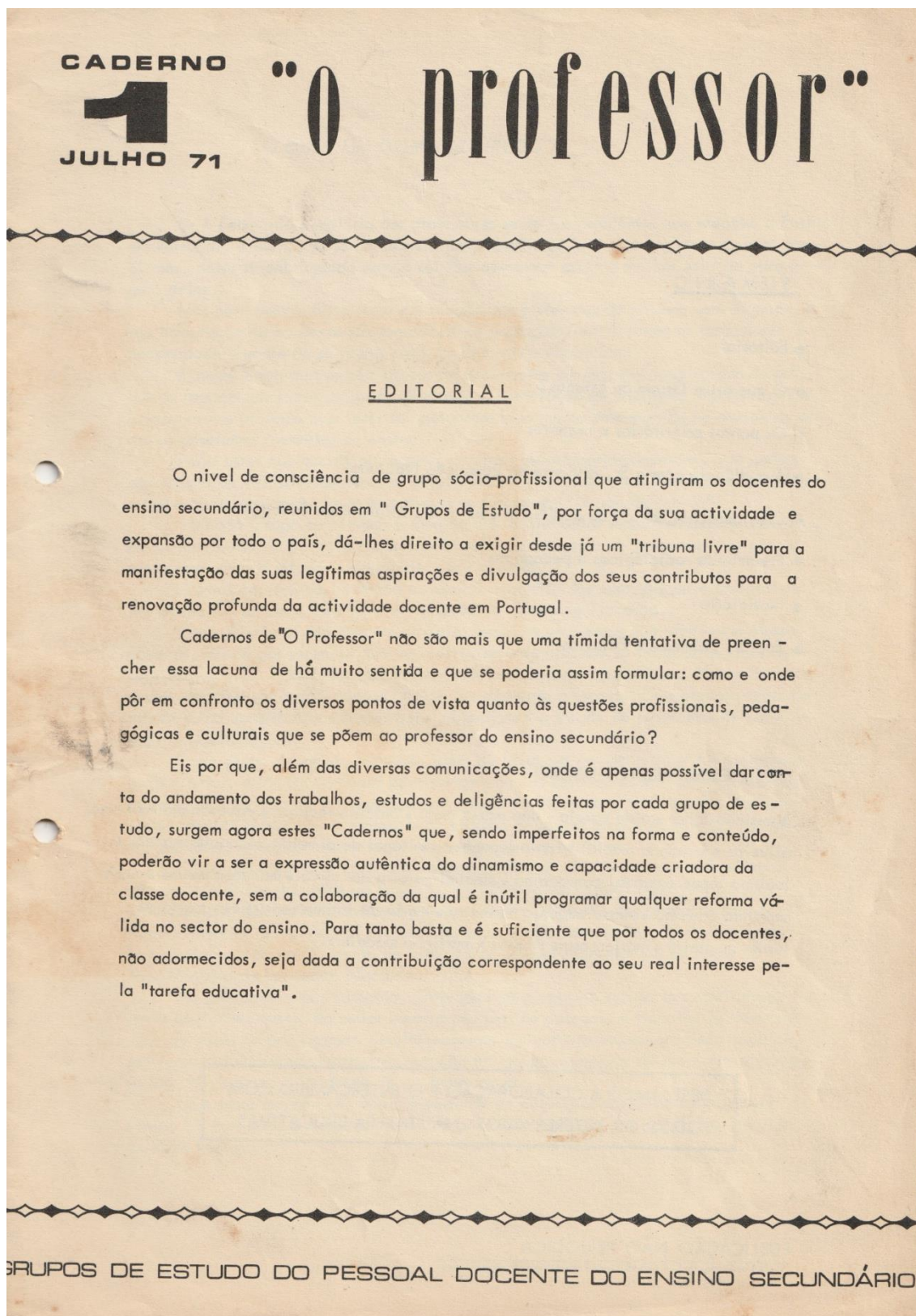
António Joaquim de Aguiar
Filipe

X

A3.4

Capa do Caderno 1 de *O Professor*

Julho de 1971



A3.5

“Comunicação nº 12” dos “Grupos de Estudo dos Professores do Ensino Secundário” 21 de Julho de 1971

GRUPOS DE ESTUDO DOS PROFESSORES DO ENSINO SECUNDÁRIO

Comunicação nº 12

21/7/71

L-Breve história do movimento dos professores eventuais e provisórios para o pagamento nas férias grandes.

A grande notícia saiu finalmente: os professores eventuais e provisórios, segundo condições ainda mal definidas, vão receber os seus vencimentos nos meses de Agosto e Setembro.

81% dos professores do ensino secundário estavam tomados pela emoção, que, claro, não tinha em todos o mesmo sentido porque a notícia era como a lotaria: havia os contemplados e os não contemplados.

Interessa, agora, um pouco mais serenamente fazer o ponto do resultado obtido. A decisão ministerial vem culminar um processo de análise, debate e defesa dos interesses da classe docente desencadeado pelos Grupos de Estudo dos Professores do País.

Foram os Grupos de Estudo que promoveram a 1ª Assembleia de Professores do Lisboa e arredores na Escola Francisco de Arruda e aí aprovaram o primeiro “Projecto do Estatuto do Pessoal Docente Eventualmente e Provisório”.

Foram os grupos de Estudo que no dia 5 de Dezembro de 1970 entregaram ao Chefe de Gabinete do Sr. Ministro da Educação Nacional esse documento.

Foram os delegados dos Grupos de Estudo que em 4 de Fevereiro de 1971 tiveram a 1ª audiência como Sr. Ministro onde lhe apresentaram as aspirações do pessoal docente provisório e eventual.

Foram os Grupos de Estudo que estiveram na “Mesa Redonda” do “Diário de Lisboa” do dia 29/1/71, ventilando a situação precária dos professores eventuais e provisórios.

Foram os Grupos de Estudo que já organizados em vários estabelecimentos do País desenvolveram o trabalho de auscultação da vontade do maior número de professores, interessando-os pelos seus problemas, despertando-os da inércia resignada, convocando-os para reuniões como por exemplo a do Liceu Garcia da Orta no Porto em 29 de Março e a da Escola Francisco de Arruda em Lisboa a 2 de Abril.

Foram os Grupos de Estudo que promoveram o envio de telegramas e abaixo-assinados, um deles entregue no Congresso de Aveiro, com mais de 2000 assinaturas, apresentando, entre outros pontos, o problema do vencimento nas férias, inserido depois nas conclusões desse Congresso.

Foram os Grupos de Estudo que elaboraram e apresentaram à apreciação da classe o “Projecto de Reforma do Estatuto do Pessoal Docente”.

Foram os Grupos de Estudo que, finalmente, conseguiram uma última audiência como Sr. Ministro no dia 25 de Junho onde lhe apresentaram os seguintes pontos considerados prioritários:

- Atribuição de vencimentos nos doze meses do ano, com início no corrente ano lectivo, a todos os agentes do ensino secundário, actualmente em exercício, independente da urgente revisão do nível de vencimentos.
- Equiparação do vencimento do pessoal docente nos três ramos de ensino.
- Atribuição aos actuais mestres do Ensino Técnico Profissional da designação de professores com todos os deveres e direitos inerentes a essa situação.
- Recondução de todos os agentes do ensino que o requeiram até 30 de Junho do corrente ano.
- Comunicação até 30 de Agosto da respectiva nomeação ao agente de ensino que se tenha apresentado a concurso e simultaneo conhecimento público da lista de nomeações.
- Autorização para se constituir uma Comissão promotora da Associação do Pessoal Docente do Ensino Secundário.
- Assistência médica e medicamentosa a todo o pessoal docente nos doze meses do ano.
- Abolição do Exame de Estado a partir do ano lectivo corrente.
- Equiparação de horário (22 horas) para todo o pessoal docente em idênticas condições de contrato.
- Em face da autorização concedida por V. Exª. em audiência de 4 de Fevereiro do corrente ano lectivo aos nossos Grupos de Estudo para continuarem os seus trabalhos, bem como das palavras de incitamento sobre o assunto então proferidas por V. Exª. perante a nossa delegação e reiteradas no Congresso de Aveiro, pede-se que não sejam levantados quaisquer obstáculos à actividade dos nossos grupos de trabalho.

O resultado do trabalho efectuado até este momento pelos Grupos de Estudo, em constante dialogo com a classe docente sempre que isso lhes foi possível, está agora bem à nossa frente, solicitando a crítica e o prosseguimento da reflexão colectiva e dos actos. Porque os problemas não acabaram.

Continua uma grande parte dos professores eventuais e provisórios a sujeitar-se à situação de subemprego, porque não vencem nas férias. E esta percentagem ainda é volumosa. Continua o problema dos estágios e do exame de Estado. Continua o problema duma Reforma Geral do Estatuto do Professor. Continua toda essa multidão de aspectos da prática pedagógica a necessitar de estudo e aprofundamento teórico para uma urgente, necessária e autentica reformulação de esquema actual desactualizado e arcaico da vida quotidiana numa escola ou liceu. Continua o problema da falta de autorização para os professores se reunirem nos estabelecimentos de ensino para analisarem os seus problemas e fazerem sentir a sua opinião.

Extraído da Comunicação nº 7 do Grupo
de Estudo dos Professores do Ensino
Secundário do Norte.

Pelos Grupos de Estudo de Lisboa e Barreiro

Agostinho Lopes
António Teodoro
Eduarda Moura
Elsa Oliveira
Fernanda Maciel
Lucinda Lopes
Idalino Pacheco
Casais Ribeiro
Mantinho Madaleno

Anúncios publicados nos jornais por professoras e professores
em Agosto de 1971
pedindo emprego para os meses de Agosto e Setembro

[illegible]

A3.7

Abaixo-assinado dirigido ao Ministro da Educação
em fins do ano lectivo de 1971/72

reivindicando atribuição de vencimentos nos doze meses do ano
com cerca de 2 000 assinaturas (apenas algumas aqui reproduzidas)

Nos termos da Lei não
é permitido aumentar o
número de linhas deste
papel ou escrever nas
suas margens.



Senhor Ministro da Educação Nacional

Excelência

Lembrando que:

a) "O trabalhador tem direito a gozar férias em virtude
de trabalho prestado em cada ano civil" (Artigo 55 - 1ª, do Decre-
to-Lei 49408, de 24/11/69),

b) "(...) Uma nação que não dá justa paga aos seus educa-
dores caminha para a ruína" (Palavras de Vossa Excelência),

c) "Todas os professores deveriam ter direito a férias
anuais de duração suficiente, integralmente pagas" (Recomendação
da Conferência Intergovernamental Especial sobre a situação dos
professores, UNESCO, Paris, 1966),

d) "(...) Aspecto muito importante é o que consiste em
criar nos agentes de ensino condições de dedicação integral à es-
cola (...)" (III Plano de Fomento para 1968, Educação e Investi-
gação),

e) "(...) Pagamento de ordenado durante as férias de ve-
rão aos professores eventuais" (Recomendação da OCDE, incluída
nas propostas do CEPAT para o III Plano de Fomento),

e atingidos pela arbitrariedade do Decreto 331/71,

os professores do Ensino Secundário reclamam com insatis-
fação acrescida um dos seus direitos:

ATRIBUIÇÃO IMEDIATA DE VENCIMENTOS NOS DOZE MESES DO ANO
A TODOS OS AGENTES DO ENSINO SECUNDÁRIO, INDEPENDENTEMENTE DA UR-
GENTE REVISÃO DO NÍVEL DE VENCIMENTOS.

1.11-25(A)

Só o respeito mútuo, expresso em justiça, possibilita
qualquer diálogo e colaboração.

Sómente quando tratados com dignidade teremos condições
para dignificar também a profissão.

Edmundo de Vasconcelos

Flávia Paula de Vasconcelos

Antônio Augusto César Fernandes

Manoel Pedro de Lacerda

Tristão Quinto Pinheiro do Jato

Epifânio de Jesus da Silva

Marcelo de Sá

Henrique Augusto de Moraes Vilar

Maria Estanislau Rodrigues Lacerda Vasconcelos

Maria Emília de S. S. Seabra

Henrique Augusto de Moraes Vilar

Isabel Simões Pinheiro de Silva

Ceres Maria Lorena Basso

Maria Adelaide Ferreira de Almeida e Costa

Maria Beatriz de Almeida

Georgina de Almeida

Antônio Joaquim Augusto Ferreira Lopes

Maria Teresa de Almeida

Madalena de Almeida

Maria Adelaide de Almeida

Luciano de Almeida

Nos termos da Lei não
é permitido aumentar o
número de linhas deste
papel ou escrever nas
suas margens.



Rosa de Guerra de Oliveira Reis

Horácio da Mota Pereira

Maria Felicia Baptista Pereira Manuel Santiago

Francisco António Costa Almeida Moreira

Infante da Tril

Ana Cristina de Medeiros Brazão

Manuel Xavier Gomes

Maria da Conceição Jesus Costa Gelly

Maria Theresa de Maca Polanco

Teresa Margarida Meirelles da Cruz Soares

Maria Fernanda Pinto Cancell de Amorim

Maria Jui Almeida Pinto do Santos

Rosa Jui Almeida Pinto

Maria Lúcia da Costa Redondo

João Alida Monteiro Torres

Maria do Socorro Sacramento Cabral de Barros

Ana Maria Louelino Gomes

Miguel da Silva da Silva

Leonor de Almeida Gomes

Paulina de Almeida Gomes

Paulina de Almeida Gomes

Christina de Almeida Gomes

João Baptista Rodrigues

Dea de Almeida Gomes

Maria Joana de Almeida Gomes

1.11.23(3)

Maio Fúlbio D. P.

Maria Lina Porto Faria

Maria Lina dos Perceiros Dias

Casimiro de Jesus da Silva

Maria Mariana de Sousa Cordeiro

Arturio João Velloso de Sá

Maria Delte Saraiva de Sousa

Maria Margarida Alves

Maria Jureia Pereira de Campos

João Carlos de Jesus Dias

Maria Emília Pinto Canele de Amaral

Eugénio Salomão Sacramento de Sá

~~Maria Antónia de Sá~~

Maria de Lurdes Saraiva Fernandes de Oliveira

João de Cruz Figueira

Episcopo João Carlos Vieira

Alger Maria Pereira Domingues

Maria do Carmo Vieira Gomes (Amir (Amir))

Maria de Cima de Sá Bicares

Maria Fátima Teresa Almeida

Amélia Augusta de Almeida

Beatriz Maria Costa Barbosa Ribeiro Costa Faria

Nuno Gomes Malica dos Santos

João Francisco de Sá

Beatriz Maria Costa

Nos termos da Lei não
é permitido aumentar o
número de linhas deste
papel ou escrever nas
suas margens.



Maria Humilde Ribeiro Nogueira

Francisco de Paula de Sousa e Silva

João José Pereira Campos

Antônio José de Fátima

Maria Antônia Ribeiro de São Paulo Soares Lima

Agostinho de Vasconcelos Campos

Antônio José Campos

Helena Maria São Pedro Barros Lima

Dr. Manoel Innocencio de Almeida

Guilherme de Almeida da Costa

João Augusto de Almeida da Costa

Antônio de Almeida da Costa

Evangelina da Silva Nunes

Rosa de Fátima dos Santos Calisto

João de Almeida Faria Campos

Francisco de Almeida Faria Campos

Francisco de Almeida Faria Campos

Francisco de Almeida Faria Campos

Francisco de Almeida Faria Campos

Francisco de Almeida Faria Campos

Francisco de Almeida Faria Campos

Francisco de Almeida Faria Campos

Francisco de Almeida Faria Campos

Francisco de Almeida Faria Campos

Francisco de Almeida Faria Campos

Francisco de Almeida Faria Campos

1. 11. 25 (5)

Luciano de Souza C. Pereira
Fm. Fm. C. L. L. L.
Antonio Pedro de Carvalho Reis
Luiz Carlos
João Carlos
José Maria Pimentel
Luiz Carlos de Almeida

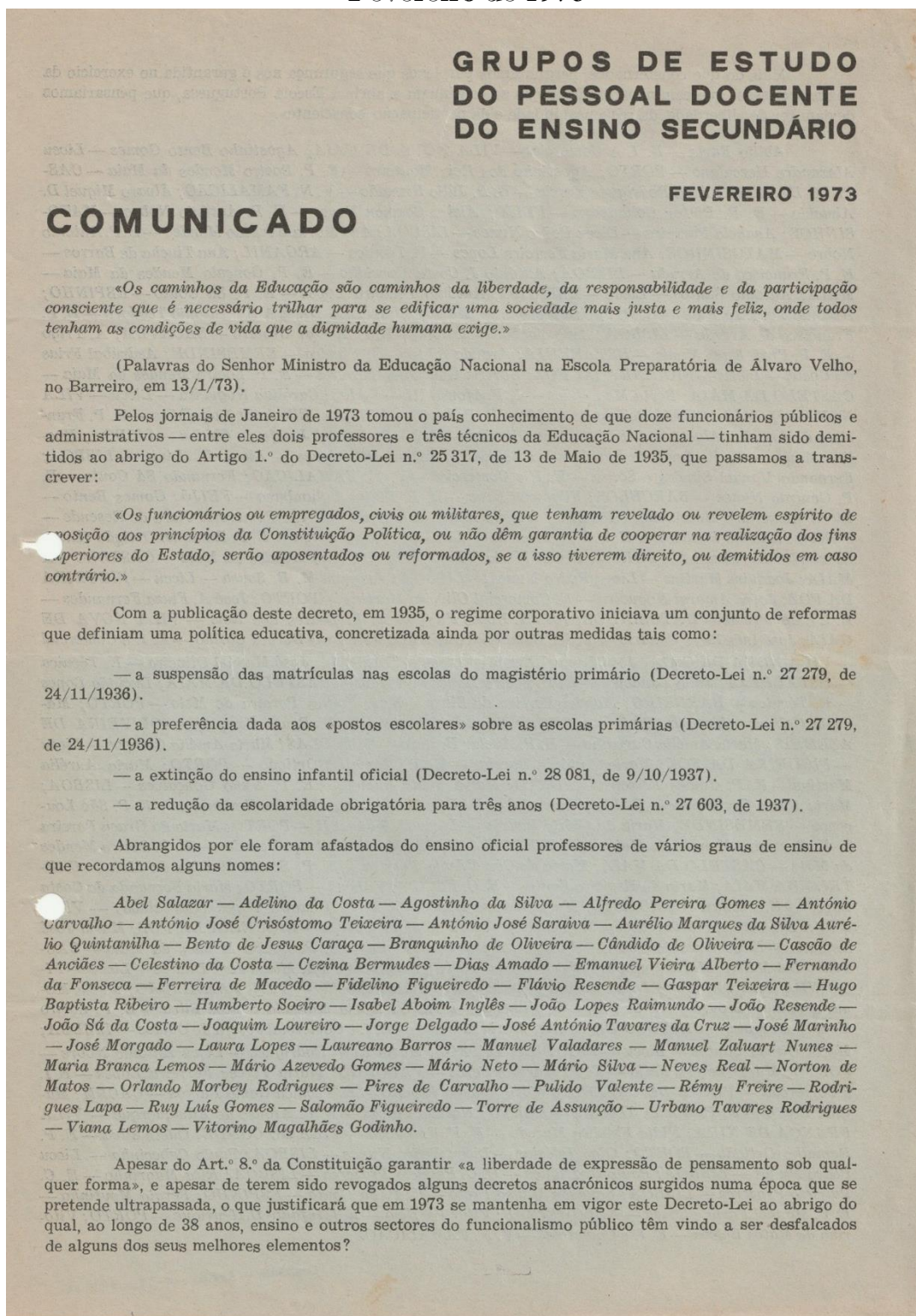
A3.8

Comunicado dos

“Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário”

contra a demissão compulsiva de doze funcionários

Fevereiro de 1973



A3.9

Conclusões de duas Teses

enviadas por membros e simpatizantes do Grupo de Estudo do Norte ao

III Congresso da Oposição Democrática

Aveiro, 4-8 de Abril de 1973

A democratização do ensino

Agostinho dos Reis Monteiro
Alzira Carmen
António José Teixeira Lopes
António Quadros
António Santos
Jofre Amaral Nogueira
José Augusto Nozes Pires
José Luís Borges Coelho
Maria Helena dos Reis Raposo
Maria Manuela Medina Moura
Maria Matilde Cerejeira Nunes Bento
Maria Ruth Branco Rodrigues
Saudade Manso Preto
Vitor Manuel Freire
Óscar Lopes

III Congresso da Oposição Democrática
Aveiro - 4 a 8 de Abril de 1973

CONCLUSÕES

- 1.º — A democratização do ensino implica uma alteração das estruturas sociais que permita a todos os portugueses, em condições de igualdade, o acesso a qualquer grau do ensino, dentro do princípio do «direito à educação» que, com o «direito à saúde» e o «direito à habitação» se tornaram exigências fundamentais e inalienáveis do homem moderno.
- 2.º — Uma autêntica democratização do ensino implica necessariamente que a escola seja posta ao serviço do povo e não ao serviço do regime vigente ou dum «interesse racional» que seja definido em termos de constituir de facto o interesse da classe dominante ou duma sociedade estruturada de acordo com este.
- 3.º — A democratização do ensino só poderá efectivar-se plenamente com a democratização social e política da sociedade portuguesa.
- 4.º — Liberdade associativa dos estudantes, a sua participação na gestão escolar e o respeito pelas suas personalidades e liberdade de opiniões — condições de democratização.
- 5.º — A democratização do ensino exige ainda a liberdade ideológica e científica dos professores, o seu direito de associação e de intervenção na gestão escolar e na delineação da política do ensino.

A situação dos Professores : questão de cidadania política

Agostinho dos Reis Monteiro
Alzira Carmon
António José Teixeira Lopes
António Quadros
António Santos
Jofre Amaral Nogueira
José Augusto Nozes Pires
José Luís Borges Coelho
Maria Helena dos Reis Raposo
Maria Manuela Medina Moura
Maria Matilde Cerejeira Nunes Bento
Maria Ruth Branco Rodrigues
Saudade Manso Preto
Vitor Manuel Freire

CONCLUSÕES

- 1.^a — «A Educação Democrática é uma preparação para o exercício da democracia. O ensino de democracia não pode mais separar-se da prática política.» (Unesco, Relatório citado na tese, págs. 116-117).
- 2.^a — Na ciência repousa a democracia autêntica. Sem formação científica e autonomia intelectual (científica e ideológica) não podem os educadores comunicar o humanismo da Educação Democrática.
- 3.^a — «No plano da aplicação concreta das reformas, o sucesso ou o fracasso dependem da atitude do corpo docente». (Unesco, Relatório citado na tese, pág. 204). A participação dos professores na concepção da Política e da Educação e na organização e gestão escolares é insubstituível.
- 4.^a — Aos Professores têm de ser outorgados todos os direitos e garantias devidos aos trabalhadores, pela legislação nacional e internacional de trabalho, fundamentalmente o direito de organização sindical.
- 5.^a — Um clima de paz é indispensável a uma Educação integral, democrática e humana.

A3.10

Abaixo-assinado enviado ao Ministro da Educação a 28 de Abril de 1973

subscrito por cerca de 3 500 professoras e professores

exigindo a revisão dos vencimentos

Senhor Ministro da Educação Nacional

Excelência:

Os abaixo-assinados, professores e mestres do ensino secundário oficial de todas as categorias, vêm submeter à apreciação de Vossa Excelência o seguinte:

1) Os vencimentos que presentemente auferem são incompatíveis com o actual custo de vida, não lhes permitindo, de forma alguma, fazer face às obrigações e necessidades da sua profissão.

2) Os vencimentos dos professores são manifestamente inferiores aos auferidos pelos demais funcionários com idêntica, ou talvez mesmo menor, responsabilidade de funções, idêntica habilitação académica e inferior preparação profissional. Assim o meramente a título de exemplo: enquanto o técnico de segunda auferir 8 970\$00 mensais e o de 1.º ou o chefe de repartição 10 810\$00, o professor extraordinário, com ou sem estágio, recebe mensalmente 6 670\$00 nos liceus e escolas técnicas e 5 980\$00 no ciclo preparatório, e o professor efectivo, sem diuturnidades, recebe também, mensalmente, 7 475\$00 nos liceus e escolas técnicas e 6 670\$00 no ciclo preparatório.

3) Um aumento geral do funcionalismo, como é obvio, não resolve a questão posta na alínea anterior.

4) A necessidade de ajustar os vencimentos dos docentes aos demais funcionários públicos com idênticas habilitações académicas e profissionais e idêntica responsabilidade de funções, já foi analisada no Congresso do Ensino Litoral, realizado em Aveiro em 1971, e reconhecida publicamente por Vossa Excelência, sem que, até hoje, o Governo lhe tenha dado solução.

5) A situação exposta na alínea 1) obriga muitos dos abaixo-assinados a acumular o ensino com outras actividades profissionais, em detrimento do tempo e atenção que à escola deveriam e precisariam ser dedicados, necessidade que o Governo reconhece: "Aspecto muito importante é o que consiste em criar aos agentes de ensino condições de dedicação integral à escola ..." (III Plano de Fomento para 1968-1973, Educação e Investigação, nº 18, Agentes de Ensino). E ainda: "Objectivo: Promover a melhoria da qualidade e o acréscimo do número de agentes de ensino, melhorando a sua situação, tornando mais cuidada a sua preparação, criando novas condições e estímulos à sua permanente actualização e aperfeiçoamento, aumentando o sentido da sua responsabilidade profissional, imprimindo o maior prestígio à função docente e rodeando-a de todos os possíveis atractivos. É esta uma matéria de importância vital." (III Plano de Fomento para 1968-1973, Educação e Investigação, nº 18, Agentes de Ensino).

6) Tal situação origina entre os docentes, um ambiente de indignação e desânimo, cujo efeito psicológico não pode deixar de reflectir-se, por muito que conscientemente o tentem evitar, no rendimento do seu trabalho.

7) Os signatários têm perfeita consciência de não ser este o único mal de que sofre o ensino em Portugal mas sabem, também, que nenhuma reforma do ensino pode, com verdade, ser levada a efeito sem esta situação ser honesta e eficazmente solucionada, o que é igualmente reconhecido pelo Governo: "...os progressos do ensino estão condicionados, de modo muito especial, pela qualidade e número dos professores" (III Plano de Fomento, Educação e Investigação, Agentes de Ensino).

8) Permitem-se ainda os signatários recordar respeitosamente a Vossa Excelência que esta é, no momento presente, a única via, ao seu alcance, para apresentar as suas reivindicações profissionais, pelo que, convictamente, esperam que esta exposição mereça, de Vossa Excelência e do Governo, a melhor atenção e pronta solução.

9) Em relação ao recente aumento do funcionalismo os signatários fazem notar a Vossa Excelência que, à expectativa de que ele pudesse vir resolver as questões que são objecto da presente exposição, se seguiu um sentimento de amarga decepção pois não só a desproporção dos seus vencimentos em relação aos demais funcionários públicos se mantém, como a uma taxa de inflação de 46% (1969-1973) o Governo respondeu com uma actualização de 15%.

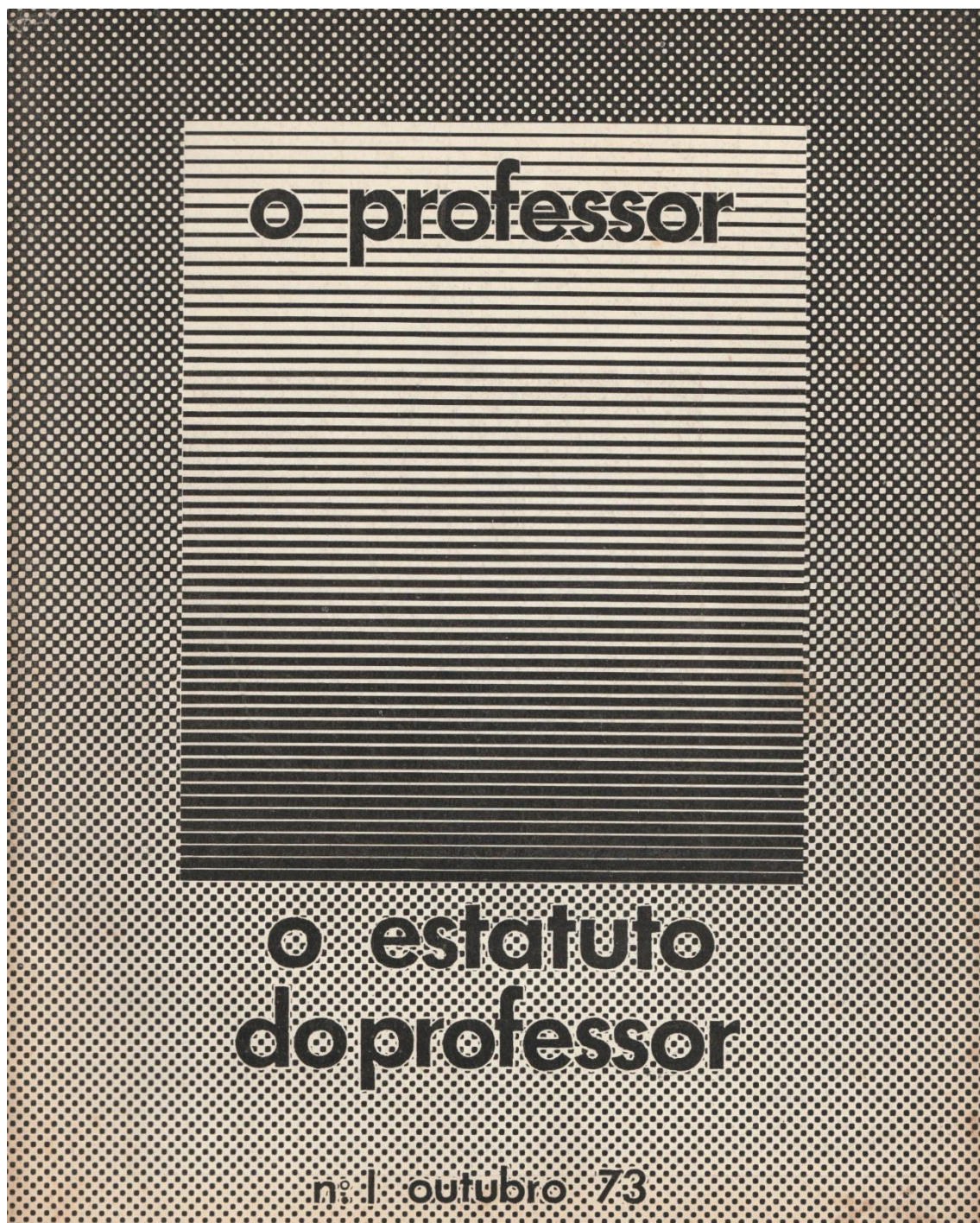
10) Os signatários informam Vossa Excelência da sua intenção de, através dos órgãos de informação, dar público conhecimento da exposição ora enviada a Vossa Excelência, uma vez que, perante a Nação, se sentem directamente responsáveis. Contam com o parecer de Vossa Excelência no sentido de evitar que o texto da exposição seja mutilado como já tem acontecido com outros documentos relativos à situação dos docentes, a Vossa Excelência apresentados.

A3.11

Capa do primeiro número da revista *O Professor*

(legalizada)

Outubro de 1973



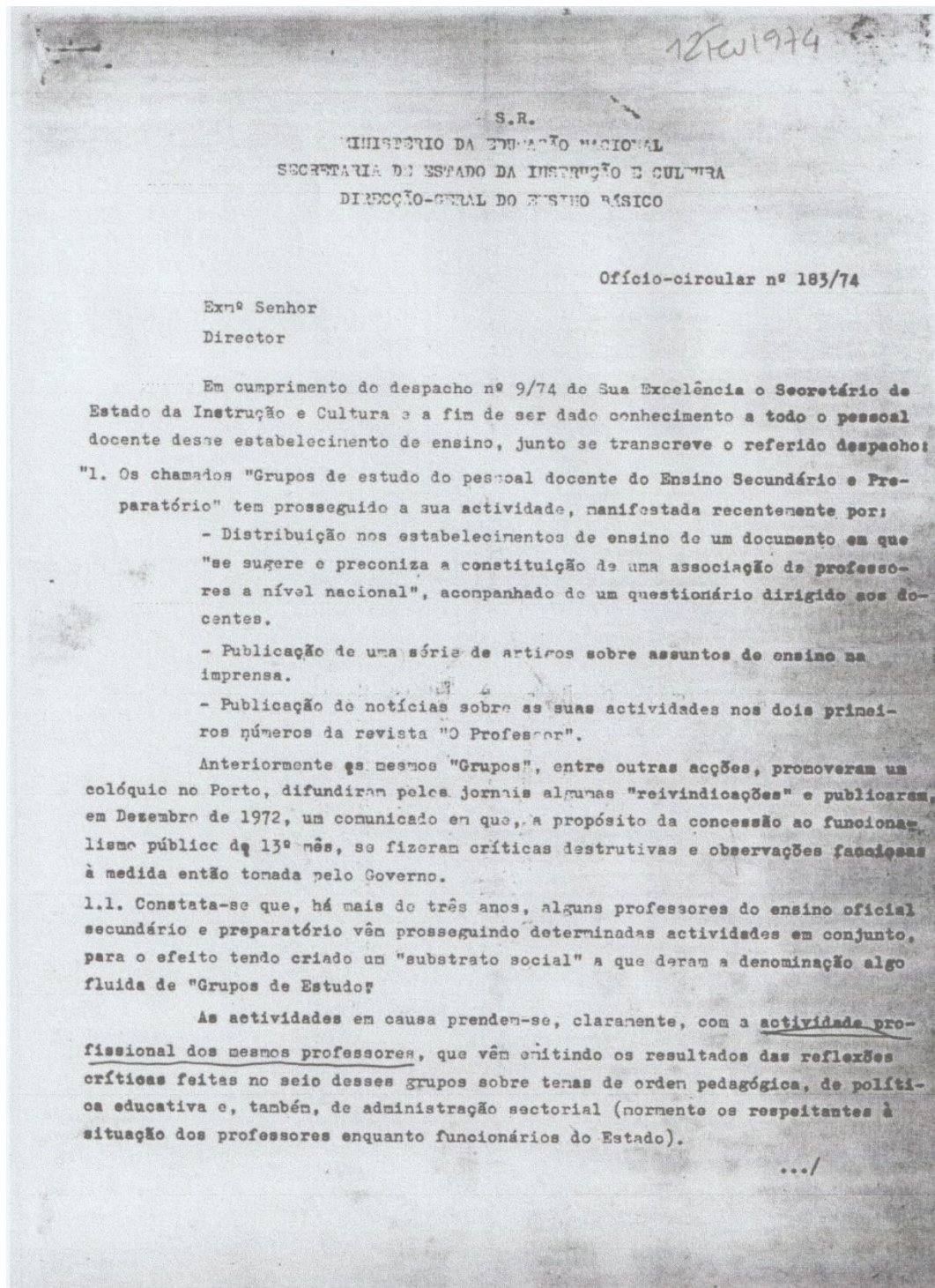
A3.12

Ofício-circular 183/4 de 12 de Fevereiro de 1974

dando conhecimento do Despacho 9/74

do Secretário de Estado da Instrução e Cultura

em que se equiparava os Grupos de Estudo às “associações secretas”



S.R.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE ESTADO DE INSTRUÇÃO E CULTURA
DIREÇÃO-GERAL DO ENSINO BÁSICO

Manifestaram já publicamente os membros destes "Grupos" o objectivo
⇒ de se institucionalizarem de forma plena através da constituição de uma associação destinada a: "elevar a consciência deontológica, defender os interesses profissionais, individuais e colectivos dos seus membros". O questionário distribuído em Dezembro de 1973 inclui, até, perguntas relacionadas com o âmbito da associação, suas finalidades e aspectos gerais de organização.

1.2. As actividades dos "Grupos" em causa e o objectivo acabado de referir afiguram-se claramente anti-constitucionais e ilegais.

Com efeito, o artigo 24º da Constituição Política, afirmando que "os funcionários públicos estão ao serviço da colectividade e não de qualquer... organização de interesses particulares", visivelmente pretende afastar tais funcionários de vinculações de tipo classista, que afectariam a desejável independência dos organismos da Administração face às contraposições de interesses de grupos sociais.

Dáí que o artigo 39º do Estatuto do Trabalho Nacional, aprovado pelo Decreto-Lei nº 23 048, de 23 de Setembro de 1933, vede aos funcionários públicos constituírem-se em sindicatos privativos ou inscreverem-se em organismos corporativos.

Ora, a constituição de uma associação de classe de professores, com os objectivos atrás indicados, conferir-lhe-ia carácter notóriamente sindical, em flagrante violação dos imperativos constitucional e legal acabados de citar.

1.3. Aliás, caso se tratasse - e não parece de modo algum ser o caso - de uma associação com mero escopo pedagógico, literário ou científico, a sua constituição seria lícita - cfr. Prof. MARCELLO CAETANO, "Manual de Direito Administrativo", 9ª ed., Vol II, págs. 764/765 -. Mas a sua constituição e existência jurídica, bem como o seu funcionamento, dependeriam de prévias autorização e aprovação dos estatutos pelo Ministro da Educação Nacional, como resulta do artigo 158º do C6-

.../

(3)

S.R.
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE ESTADO DA INSTRUÇÃO E CULTURA
DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO BÁSICO

digo Civil, do § 1º de artigo 2º do Decreto-Lei nº 39 660, de 20 de Maio de 1974, e da alínea a) do nº 3 da Base XI da Lei nº 2033, de 27 de Junho de 1949, conjugada com a alínea a) do nº 5 do artigo 2º do Estatuto do Ensino Particular, aprovado pelo Decreto nº 37 545, de 8 de Agosto de 1949.

⇒ 1.4. Certo é que ainda não foi sujeito a sanção do Governo qualquer pedido de criação daquela Associação. Isto não obstante, como já se referiu, ter já sido de um ano de duração a actividade dos "Grupos de estudos".

⇒ O que, face à inviabilidade legal - porventura já conhecida pelos seus mentores - da constituição da associação, contribuirá certamente para consolidar a actual situação, em que os "Grupos" em causa funcionaram como associação de facto.

↓
Ora, esta situação equipara-os às associações secretas, sendo aplicáveis aos seus membros as sanções previstas na Lei nº 1 901, de 21 de Maio de 1935 (cfr. o artigo 6º do citado Decreto-Lei nº 39 660). Cite-se a título de exemplo, que para os simples membros dessas associações, se prevêem naquela Lei: prisão correcional nunca inferior a seis meses, perda de funções públicas, multa não inferior a 2 000\$00 e suspensão de direitos políticos por cinco anos (artigo 2º, § 2º).

A bem da Nação
Direcção-Geral do Ensino Básico, em 22 de Fevereiro de 1974.

O DIRECTOR-GERAL

17

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CÓDIGO CIVIL

ARTIGO 158º

(Aquisição da personalidade)

1. As associações e fundações adquirem personalidade jurídica pelo reconhecimento, salvo disposição especial da lei.

2. O reconhecimento é individual e da competência do Governo, ou do seu representante no distrito quando a actividade da associação ou fundação deva confinar-se na área dessa circunscrição territorial.

DECRETO-LEI Nº 32 660, de 20 de Maio de 1954

ARTIGO 2º -

§ 1º - No caso de um dos fins estatutários ser próprio de associações cuja constituição dependa de aprovação ministerial, compete ao Governo, pelo Ministro respectivo, aprovar os estatutos.

LEI Nº 2033, de 27 de Junho de 1949

BASE XI

3.-

a) - Sobre as associações de carácter pedagógico, literário ou científico não reguladas por lei especial, as quais não poderão funcionar sem que os seus estatutos sejam aprovados pelo Ministro da Educação Nacional e fiquem sujeitas às mesmas sanções que os estabelecimentos de ensino particular, quando se desviem dos seus fins ou deixem de respeitar as leis;

ESTATUTO DO ENSINO PARTICULAR

DECRETO Nº 37 545, de 0 de Agosto de 1949

ARTIGO 2º -

Nº5 -

a) - Sobre as associações de carácter pedagógico, literário ou científico não reguladas por lei especial, as quais não poderão funcionar sem que os seus

estatutos sejam aprovados pelo Ministro da Educação Nacional e ficam sujeitas às mesmas sanções que os estabelecimentos de ensino particular, quando se desviam dos seus fins ou deixem de respeitar as leis;

----- /// -----

A3.13

Ofício-circular 182/74 (Confidencial) de 13 de Fevereiro de 1974
solicitando aos Directores e Reitores informação
sobre docentes com funções de Direcção na revista *O Professor*

S. . .

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE ESTADO DA INSTRUÇÃO E CULTURA
DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO BÁSICO

CONFIDENCIAL

Ofício-circular nº 182/74

Exm^a Senhor
Director

Em sequência do despacho nº 9/74 de Sua Excelência o Secretário de Estado da Instrução e Cultura solicito informação muito urgente sobre se algum membro do corpo docente desse estabelecimento de ensino exerce funções de direcção na revista "O Professor" e em caso afirmativo se está devidamente autorizado pelo Ministério da Educação Nacional a exercer tais funções de acordo com o disposto no artº 153º do Código Civil, do 1º do artigo 2º do Decreto-Lei nº 39 660, de 20 de Maio de 1954, e da alínea a) do nº 3 da Base XI da Lei nº 2 033, de 27 de Junho de 1949, conjugada com a alínea a) do nº 5 do artigo 2º do Estatuto do Ensino Particular, aprovado pelo Decreto nº 37 545, de 8 de Agosto de 1949.

A bem da razão
Direcção-Geral do Ensino Básico, em 13 de Fevereiro de 1974.
O DIRECTOR-GERAL,

EXCELENCIA

A3.14

Artigo para a revista *O Professor* riscado pelo "Exame Prévio"

18 de Fevereiro de 1974

O PROFESSOR N.º _____

a sair em FEV

Prévio em 18/2/74

Sobre o conceito de "Formação de Professores" a Exame

EXAME PRÉVIO
PROIBIDO
COMISSÃO DO PORTO

1. Sabemos que a formação profissional é uma necessidade para todas as profissões. Cada vez mais aguda, face à progressiva divisão e especialização do trabalho.

2. Os professores precisam de ser também especialistas no seu ofício. A delicadeza da sua função não impediu, contudo, que, no passado e ~~na~~ ainda no presente, as funções educativas tenham sido confiadas (ou abandonadas) a pessoas que, por culpa ou sem ela, mais contribuem para a sua desqualificação.

3. Portanto, convém, antes de mais, perguntar: que Educação? Mas, em consequência do acima dito, temos de recuar a interrogação: que Homem? Ainda mais: que Sociedade?

4. A capacidade transformadora da Educação é necessariamente solidária com todas as outras forças transformadoras das condições de vida humana, a fim de que se forme um novo tipo de Homem. Como superestrutura, a Educação não possui energia autónoma bastante para transformar a realidade material da vida, por si determinante.

5. Se desejamos uma Sociedade diferente constituída por homens realmente melhores, é nessa direcção que devemos conceber a ~~pr~~ prática educativa adequada e os meios a utilizar.

6. Na formação dos professores - educadores escolares - surgem, assim, as duas primeiras e fundamentais questões:

- Que Pedagogia (ou fins da Educação)?
- Que Didáctica (ou meios)?

7. Entre nós, actualmente, são os Estágios o modo principal de formação de professores, com a duração de um ano. Mas as suas características e valor são, desde há muito, seriamente contestados como artificiais, intelectualistas, técnicos, autoritários, ideologizantes...

8. Entretanto, limitado aos aspectos pedagógicos e didácticos, o conceito de "Formação de Professores" ficaria amputado. Há condições materiais e profissionais.

9. A professores mal remunerados não se pode exigir dedicação ao trabalho nem eles próprios terão possibilidades de se promover adquirindo os meios culturais necessários à formação permanente.

10. Se, para conseguir o ganho indispensável, os professores têm de socorrer-se de ocupações extra-escolares ou se, dentro da escola, têm de cumprir um horário de trabalho excessivo ou mal organizado, não lhes resta o tempo para a valorização profissional, e mesmo o seu trabalho padecerá em qualidade.

11. Trocar ideias, experiências, aquisições, discutir problemas do seu interesse - é outro factor de formação, enriquecimento, consciencialização. Aspecto ausente no processo da sua formação é, pois, a possibilidade e a facilidade de se reunirem nas suas escolas e noutros locais.

12. No primeiro plano da promoção da qualidade do trabalho docente, através da coordenação de objectivos e consciencialização deontológica, está a urgência de uma Associação de Professores.

13. Reflexão pedagógica e formação didáctica de base, posses materiais e tempo para a formação permanente, possibilidade e facilidade em se reunirem e de se associarem - são algumas exigências (dialécticas) do conceito de "Formação de Professores".

EXAME PRÉVIO
PROIBIDO
COMISSÃO DO PORTO

A3.15

Exposição dos Grupos de Estudo

dirigida ao Senhor Ministro da Educação Nacional

a 27 de Fevereiro de 1974

reclamando a revogação do Despacho 9/74 e o direito de associação

«Mas, educação ... é diálogo: aberto, franco, sereno, sem medo e sem eufemismos.» — Prof. Veiga Simão, no encerramento das reuniões conjuntas de todos os dirigentes regionais do Ministério da Educação Nacional, na Costa de Caparica, em 18 de Dezembro de 1972.

Senhor Ministro da Educação Nacional
Excelência

Os signatários, docentes do ensino oficial secundário e preparatório, tendo tomado conhecimento do despacho n.º 9/74 de Sua Excelência o Secretário de Estado da Instrução e Cultura, permitem-se apresentar a V. Ex.ª algumas considerações sobre o teor do referido despacho.

Como é do conhecimento de V. Ex.ª, o despacho em causa refere-se às actividades de grande número de professores do ensino oficial secundário e preparatório que, de alguns anos a esta parte, se têm vindo a debruçar sobre os problemas que quotidianamente os afectam como profissionais da educação e do ensino, tendo para o efeito, trabalhado no que designaram de Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório, ou, numa primeira fase, de Grupos de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios.

«As actividades em causa» — como refere correctamente o despacho de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Instrução e Cultura (os sublinhados são dos signatários) — «prendem-se, claramente, com a actividade profissional dos mesmos professores, que vêm emitindo os resultados das reflexões feitas no seio desses grupos sobre temas de ordem pedagógica, de política educativa e, também, de administração sectorial (mormente os respeitantes à situação dos professores enquanto funcionários do Estado)».

Sendo essas as actividades a que esses grupos de professores se têm dedicado, como o atesta o próprio despacho, não se entende como tais actividades se afiguram para o Ministério da Educa-

ção Nacional «claramente anti-constitucionais e ilegais». Por mais de uma vez, tem V. Ex.ª advogado a necessidade imperiosa da participação dos professores na «grande batalha da educação». Tem também V. Ex.ª insistido em que se aceite «com respeito a crítica frontal, honesta e séria, mesmo quando agride e vergasta» e se rejeite «a concórdia de rebanhos».

Outra não tem sido a preocupação dos Grupos de Estudo, como foi reconhecido por V. Ex.ª na audiência concedida a uma representação dos mesmos em 4 de Fevereiro de 1971, ao afirmar, em resposta a um professor comissionado que havia perguntado se podiam continuar a reunir e discutir as questões ligadas à profissão:

— «Podem e devem. O ensino e a educação só terão a beneficiar com isso.»

E, os professores que se fizeram eco desta afirmação estão, neste momento, conscientes de que o ensino e a educação só têm beneficiado com o trabalho de *reflexão crítica* dos Grupos de Estudo, sobre os problemas pedagógicos e profissionais.

Afirma-se ainda, no despacho n.º 9/74, ser intenção dos Grupos de Estudo «institucionalizarem(-se) de forma plena através da constituição de uma associação», tendo mesmo, para esse efeito, procedido à «distribuição nos estabelecimentos de ensino de um documento em que se sugere e preconiza a constituição de uma associação de professores a nível nacional».

Estas afirmações, demonstrativas de uma interpretação pouco correcta dos objectivos destes grupos de professores, carecem de comentário clarificador. Os esforços actualmente envidados para a criação de uma Associação de Professores, longe de corresponderem a qualquer desejo de autonomização ou institucionalização dos Grupos de Estudo, *devem ser rigorosamente interpretadas como o reflexo da vontade sentida e manifestada pela maioria dos professores*.

A definição da natureza desta Associação competiria à classe docente. Este facto justifica, por si só, o lançamento do questionário mencionado no despacho de S. Ex.ª o Secretário de Estado. Não podemos pois, deixar de lamentar que no mesmo

Exposição entregue no Ministério da Educação Nacional em 27 de Fevereiro de 1974, subscrita por 1517 docentes. Esta exposição foi acompanhada de um pedido de audiência ao senhor Ministro da Educação.

despacho sejam atribuídos objectivos a uma Associação cujo carácter os professores ainda não definiram, muito embora os Conselhos Escolares de alguns estabelecimentos de ensino se tenham pronunciado já no sentido da criação de um organismo que, para além de ser um meio «de elevar a (sua) consciência deontológica», vise «defender os interesses profissionais, individuais e colectivos, dos seus membros». Não nos parece que uma Associação com tais objectivos tenha «carácter *notoriamente* sindical», antes permitiria à classe docente uma mais ampla e ajustada inserção na tarefa educativa.

É esse o sentido das resoluções emanadas de muitos Conselhos Escolares e integradas nas «sugestões formuladas como subsídios para a elaboração do Estatuto do Pessoal Docente» enviadas ao Ministério da Educação Nacional em Junho de 1973 por muitos estabelecimentos de ensino: Liceu Nacional D. João de Castro, em Lisboa, Escola Comercial e Industrial do Seixal, Escola Industrial e Comercial Luísa de Gusmão, em Lisboa, Escola Comercial Patrício Prazeres, em Lisboa, Escola Preparatória Gomes Teixeira, no Porto, Escola Industrial e Comercial de Matosinhos, Escola Preparatória de Gonçalo Mendes da Maia, na Maia, Escola Preparatória Padre Francisco Soares, em Torres Vedras, Escola Industrial e Comercial Alfredo da Silva, no Barreiro, Escola Técnica de Gago Coutinho, em Alverca, Escola Industrial Fonseca Benevides, em Lisboa, Escola Preparatória Manuel de Figueiredo, em Torres Novas, Liceu Nacional da Figueira da Foz, Escola Preparatória Pintor Columbano, no Feijó - Almada, Escola Industrial e Comercial Josefa de Óbidos, em Lisboa, Escola Técnica da Maia, Escola Preparatória Gonçalo Nunes, em Barcelos, Escola Preparatória Nuno Gonçalves, em Lisboa.

Afirmações idênticas têm sido feitas por um número muito significativo de docentes, nomeadamente:

- A já referida audiência de Fevereiro de 1971;
- A exposição feita pelos professores do Norte, reunidos no Liceu Garcia de Orta, em Março de 1971;
- A exposição entregue em Dezembro de 1972, pedindo a V. Ex.^a que lhes fosse reconhecido o direito de associação.

(O mesmo tem sido referido em estudos, reuniões e colóquios).

Dado que os professores não definiram ainda a Associação que pretendem, nem escolheram os seus representantes, conversações sobre este assunto com o Ministério da Educação Nacional teriam sido obviamente extemporâneas. Seria redundante afirmar aqui que nunca os professores pensaram em constituir uma Associação sem a devida autorização superior.

Muito menos, poderão ser considerados «associação de facto... equiparada a associação secreta», pois nunca os professores se escudaram atrás do anonimato nos documentos que fizeram circular e as reuniões e diligências que promoveram tiveram sempre carácter aberto e informal nada mais pretendendo do que criar o condicionalismo necessá-

rio para definir o pedido de estabelecimento das condições legais ao funcionamento de uma Associação. Com efeito, não é possível instruir um pedido de uma Associação, apresentando os respectivos estatutos, sem que previamente se efectuem reuniões de trabalho e se procedam às necessárias consultas.

Os signatários, ao advogarem a necessidade da constituição da Associação de Professores, sempre tiveram em conta os condicionalismos legais actualmente existentes. Pensam, contudo, que, à semelhança do que se verifica nos outros países, e de acordo com as recomendações da O. I. T. também o ensino português deve beneficiar da existência de um organismo que reúna e represente os docentes do ensino público. Para tal, fazem sua a recomendação final do VI Congresso do Ensino Linceal, realizado em Abril de 1971, na cidade de Aveiro, sob os auspícios do Ministério da Educação Nacional:

«6.7. Vida associativa

- 6.7.1. Que seja publicada legislação permissiva de reorganização da vida associativa dos professores.»

Sua Excelência o Secretário de Estado da Instrução e Cultura refere igualmente que a constituição «de uma associação com mero escopo pedagógico, literário ou científico (...) seria lícita — cfr. Prof. Marcelo Caetano, «Manual de Direito Administrativo», 9.^a ed., vol. II, págs. 764/765». Permittimo-nos recordar a V. Ex.^a a extinção da Sociedade de Estudos Pedagógicos e da Sociedade de Matemática; ou ainda, mais recentemente, o requerimento apresentado por um grupo de educadores de reconhecido mérito, tendo em vista a constituição da Sociedade de Estudos Educacionais que, decorridos cerca de 2 anos, não obteve qualquer resposta.

Senhor Ministro da Educação Nacional
Excelência

Em face do que atrás fica exposto, os signatários pensam ser da mais elementar justiça a revogação do despacho n.º 9/74 de Sua Excelência o Secretário de Estado de Instrução e Cultura, assim como o esclarecimento público de todas as interpretações defeituosas aí insertas.

Sentem igualmente que, a bem da Educação Nacional, devem os professores prosseguir a *reflexão crítica* «sobre temas de ordem pedagógica, de política educativa e, também, de administração sectorial (mormente os respeitantes à situação dos professores enquanto funcionários de Estado)». Afirmou V. Ex.^a em Junho de 1972 que «perder tempo ignorando os problemas, não é só sinal de ignorância mas também de má fé».

Os signatários manifestam publicamente a V. Ex.^a a intenção de entrarem em contacto com as entidades competentes para que se converta em realidade próxima a recomendação final do VI Congresso do Ensino Linceal no referente à vida associativa, a saber:

- Publicação da «legislação permissiva da reorganização da vida associativa dos professores».

Maria Rodrigues, Manoel Malheiro, Maria Leandro, M. de Fátima de Sousa,
M. Lídia Martins, M. Helena Curado, José Vieira, M. Manuela Ramos,
António Miranda, Manuel Fernandes, M. Mercedes Miranda, M. Alice da
Costa, Sérgio Moutinho, Julia Pamplona, M. Azevedo Ribeiro, M. do Céu
de Almeida, M. Maria do Carmo, M. Fátima Pereira, M. Maria do Carmo,
Ilia da Costa, M. Olinda Santos, Manuel Gratin, Eraldo Almeida Santos,
Lúcia Mendonça, Carlos S. dos Santos, António Silva Marques, Encarnação
Lança, Beatriz Ferreira, M. Isabel Coutinho, M. Inês Cabral, Eliza Flialho,
M. Maria do Carmo, M. G. Gonçalves, M. Augusto, M. Custódia Santos,
Joãoquin Neves, Maria Martins, Paulo Palhares, Alcida Fontinha, Hortência
Ferreira, Orlando Nunes, Luis Sena Lopes, António Ludovino, António
Oliveira, Ana Maria Fontes, Helena Barradas M. José Laginha, M. de
Fátima Carvalho, M. Carlos A. Gomes, Manuel Sardinha, Daniel Dias, M.
de Fátima, Armando, M. Maria do Carmo, M. Carlos, M. Maria,
Rocio, Conceição Santos Pereira, Fernanda Caldeira, Alberto Santos, Estela
Borges, M. Alice de Carvalho, Conceição Vidal, Maria de S. Maia, Maria
José, B. Barros, J. Pinho, M. José Ferreira, Santos Gil, C. Nunes Mourão,
M. de Lurdes Belja, José Barradas, A. Manuel Nunes, M. Teresa Lacerda,
M. Helena Cavalheiro, M. Fernanda Oliveira, M. Luísa Santos, Maria S.
Azevedo, M. Manuel Rodrigues, Maria Cadete Marques, Ana Maria Silva,
M. Maria, M. Fátima, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria,
Rodrigues, Alves Marques, M. Josefina Nery, M. Lia Cordeiro, C. Coelho
da Cruz, M. do Carmo Silveira, M. José Carvalho, S. Domingos, Maria M.
Martins, Margarida Cunha, Lurdes dos Santos Neves, Alameda Miranda,
M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria,
Sourdis Alcântara, Assunção Grilo, Gabriela Andrade, Fátima Santos, Teresa
Soures, Julieta Pega, Helena Martins, Isabel Paz Abreu, Graça Bandeira,
Helena Costa, Carmen Correia, Manuela Henriques, Teresa Escovar, Manuela
Carmo, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria,
Beatriz Meneses, Isabel Paula Brito, João J. Joia, Fernando Silvestre, Fran-
cisco Almada, Horácio Pitres, Nelí Traga, Carlos Gonçalves, Rogério Moto,
Julio Silva, Maria José Caldeira, Teresa Carvalho, Aurora Correia, Conceição
Silva, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria,
Margarida Coutinho, Maria José Marreiros, Graça Miranda, Henriqueta Oli-
veira, Graça Oliveira, António Leal, Margarida Godinho, Helena Azevedo,
M. Maria, M. Maria, Fátima Seica, Joana Mourão, Olímpia Carvalho, Diana
Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria,
Rodrigues Agostinho do Espírito Santo, Gabriela Cruz, Adalina Motas,
Conceição Rego, Margarida Carvalho, Fernanda Monteiro, Isabel Borges, Carlos
Reis, Manuel Oliveira, Belmira Cruz, Filomena Matos, Filipa Mota, Ana
Barroso, Rosa Sovoral, Maria Cardoso, Rosil Vaz, Alida Ribeiro, J. Orlando
Street, Aldília Dias, Margarida Pestana, Maria Manuel Leitão, Deolinda
Estaca, Joaquina Carço, Ana Maria Correia, Alvaro Santos, Wanda Teó-
filo, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria,
Santiago, Fernanda Marques, Isabel Bernardo Leal, Bárbara Mendes,
Maria José Cabral, Helena de Almeida, Alcide Lourenço, Manuel Gil, João
Botelho, José Martins, Manuela Santos, Nair Gonçalves, Ana Abrantes, Maria
dos Anjos, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria,
Lopes de Almeida, Manuela Tavares, Conceição Borges, Constança,
Fernando Sampalo, Carlos Figueiredo, Olinda Bonifácio, Alice Brás, Cristina
Barros Queirós, Leonor Filipe, Emilia Martins, Ofélia Sobreiro, Joaquim
Sanches, Ester Coelho, Carmo Aparício, M. Maria, M. Maria, M. Maria,
Eduarda Mendes, Gabriela Valle, Rosinda Vieira, Carmo Oliveira, Hele-
Correia, Teresa Ortigão, Regina Carralho, M. Céu Neves, Encarnação
Almeida, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria,
Armando Pereira, Manuel Barreira, M. José Nunes, Margarida Carvalho, Ma-
nuela Santos, Manuel Valadares, Manuel Alves, Luís Fernandes, Conceição
Silva, Marília Costa, Alice Bastos, Maria de São José Pinheiro, Helena
de Almeida, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria,
Madeira, Helena Correia, J. de Jesus Pedrosa, Margarida Lopes, Leonilde
Madeira, Odete Correia, Maria João Belo, Lusdila Leitão, Albertina Vieira,
Fátima Alves, Elizabeth Soares, Albertina Durtad, Adelaide Carvalho, Celeste
de Almeida, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria,
Lourdes Silva, David Lopes, Leonor Cardoso, Amélia Carvalho, Manuela
Antunes, Rosália Santos, Fernanda Alves, Maria João Serra, Margrit Günther,
Isaura Pereira, Luis Castel-Branco, Conceição Pires, Maria A. Aires, Manuel
Pereira, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria,
Martins, João Franco, Lourdes Afonso, Manuel Reis, Conceição Salgado,
Teresa Calado, António Lopes, Teresa de Jesus, José de Matos, Fernanda
TVares, Adelaide Bento, Eduarda Ventura, Angela Pereira, Mécia de Sousa,
Ana Marques, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria,
Carlos Venter, Inês Vingas, Inês Vingas, M. Maria, J. Santos,
Carlos Ventura, Júlio Jaleco, Raquel Mateus, Ana Brazão, Helena Baptista,
José Nunes, Maria A. Carvalho, Ana Carvalho, Custódio Pinho, J. Boaventura
Alves, Manuel Santos, Manuel Melo, Lucília Ramalhães, Natália Cruz, Inês
de Almeida, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria,
Pais, Conceição Domingues, Etelvina Marques, Teresa Vieira, Carlos Pereira,
Bernardette Soares, Arminda Batalha, Ana Picado, Conceição Teixeira,
Eduarda Borges, Marcelina Correia, Libertá Costa, Mariana de La Salette Pe-
reira, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria,
Ferraz, Geraldo Brandão, António Silva, Celeste Mazeda, Nuno Camacho,
Carmen Reis, Elvira Sá, Manuela Morgo, Francisco Jacinto, Benilde Fardilha,
Fernanda Fernandes, Henrique Barbosa, Armando Pedrosa, Raquel Peres,
M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria,
António Rosa, Edmund Mendes, Graça Silvério, Manuela Brás, Maria João
Pacheco, Leopoldina Oliveira, Natália Carlas, Vítor Isidoro, Manuel Coelho,
Helena Bastos, Gabriela Pires Martins, Manuela Aguiar, Antonieta Moreira,
M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria,
Manuela Pinto Fernandes, Vera Castro, Silvas da Silveira, José Soares,
Fernanda de Sousa, Isabel Soromenho, Isabel Marques, Ana Paula Vaz,
Carlos Saravira, José Figueiras Marques, Marília Valente, Teresa Correia,
M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria,
Jesus, António Manuel Valente, M.ª Margarida Afonso, Madalena Fonseca,
Branca Fernandes, Frederico Carvalho, Gisela Reis, Silvino Ribeiro, Dinah
Cunha, Vitalina César, Helena Ralo, Alcida da Silva, Nair da Silva, Luis
Vieira, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria,
Loureiro, Jorge Correia, Helma Alves, Luísa Torres, Isabel Albuquerque,
Isabel Pedro, Isidro Dias, Fernanda Pereira, Carlos Mascarenhas, Amélia
Gonçalves, Luis Tavares, Elvira Teles, António Pinheiro, A. Gomes, António
Floral Cardal, Elisabete Amaral, M.ª Emília da Conceição, M.ª Inês Tomé,
Adriana Barata Santos, Belmira Rodrigues, Emília Costa, Fátima Oliveira,
Hortense V. Alvito, Lavínia Pinho, António Moreira, António Sousa, Mariana
de Almeida, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria,
Fonseca, Ascensão Landana, Maria Prazeres, Julio Maia, Alexandrino Mendes,
Fernando Silva, Manuela Morais, Vasco José, M. do Céu Ribeiro, Manuel
Alves, António Rodrigues, Jorge Mota Ferraz, António Sousa, M.ª José
Marques, Manuel Gomes, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria, M. Maria,
Gomes, Manuel Soares, Antónia Mala, Helena Ferreira, Amélia Pereira, Jo-

de Matos, Isabel Abreu, Julieta Almeida, Teresa P. Ferreira, Adeline Pais, Lourdes Dias, António Rocha, Teresa Bastos, M.ª Manuel Ribeiro, Luis Antunes, Ângela Moura, Clarisse Carvalho, M.ª José Guerreiro, Elisa Freire, Helena Belas, Joaquim C. da Silva, Joaquim dos Santos, Sónia Silveira, José Alberto Alves, Lourdes Filipe, Lourdes Moraes Brito, Manuela Esperança, Francisco João, José M.ª Freitas, Hermenegildo Abrantes, Maria de Jesus Santos, Matilde Rodrigues, Ana Bracilina Machado, Helena Brito, Arlette Santos, Eugénia Ferreira, M.ª José Pires, Guilhermina Melo, Aida Cerqueira, Teresa Aparício, Manuela Lino, Clara Fernandes, Francisco Infante, Luísa Rodrigues, José F. Adrião, Ana do Costa, Margarida Selada, Fátima Sousa, João Pereira, Vítor Marques, Arminda das Neves Espírito Santo, Isabel Gomes, Manuel Cardoso, M.ª do Amparo Pelizardo, Adérito Dias, Fernanda Santos, Lourdes Silveira, Teixeira Dias, Fernando Amado, Júlia Marques, Inês Cosme, Conceição Rolo, Isabel Dias, Agostinho Amado, Ângela Resende, Ermelinda Ribeiro, Rosa Horta, M.ª Pereira Louro, Francisco Perry, Tullia Ramos, M.ª Alexandre Tavares, Robertina Ribeiro, Luísa Real, Marieta Sentel, Ana M.ª Salvar, Maria C. Bustorff, Edite Santos, Laura Godinho, Marília Marques, Isabel Campeão, Irene Santos, Manuela Simões, Manuel Tavares, Isabel Boléo, João P. Lima, Alexandrina Cabecadas, Bernardina Oliveira, Agostinho Ferreira, Rosa Santos, Emmeralda Gonçalves, António Pereira Reis, João M. Mestre, Luis Portela, Maria A. Bidarra, C. Alberto Roma, E. Kino Kanda, M.ª José Sá, M.ª Manuela Santos, Teresa Martins, Alípio Ventura, Ângela Amaral, M.ª Amélia Fialho, Fernanda Silva, Luísa Coelho, Elisabeth Fernandes, Maria Crespo, Vasco Rocha, Isabel Seabra, Maria Nogueira, Dina Ribeiro, Natália Pereira, Maria Aurora, Lucinda Tavares, Ernesto Marques, Clara Vilas-Boas, Clara Dias Urbano, Teresa André, Arménia da Silva, Luísa Gomes de Almeida, Gabriela Santos, José Soares, Graça Oliveira, Helena Marinho, Aida Vieira, Elvira Sousa, Rosário Guimarães, Fátima Neves, Cândida Soares, Crisália Carvalho, Fernando Nogueira, Dina Afonso, Helena Gomes, Fernando da Silva, António Bento, Fátima Rosa, Otília Fonseca, Graça Mendes, Ana Maria Dantas, Manuel da Fonseca, Manuel Rogério, Luísa Peixoto, Helena Melo, Tomás Moniz, Emília Antunes, Conceição Rodrigues, Maria Félix, Helena Gonçalves, Fátima de Almeida, Isabel de Figueiredo, Júlia de Barros, Margarida Vieira, Rosa Maria Trindade, Maria da Fonseca, Agostinho Monteiro, Augusto Cabral, Saudade Lopes, António Lopes, Olíndina Albuquerque, Serafim de Almeida, Maria do Céu Guedes, Leonor d'Araújo, Maria Pais de Faria, Margarida Pinheiro, Gualdino José, Geraldo Brandão, Branca de Castro, Matilde Cerejeira, Maria Rodrigues, Alcina Moreira, Angelina Carvalho, Fernanda da Rocha, Margarida Roque, Clara Ferreira, Armindo Rodrigues, Sílvia Rangel, Orquídea Soares, Amélia Teixeira, Maria do Pilar, Alexandrino Carvalho, Fernanda Dias Leite, Maria José da Silva, Fernando Filipe, Antónia Bacelar, Maria Madureira, Isidora Moreira, Fernando do Carmo, Arlinda Ferreira, Dália Gonçalves, Helena Raposo, Manuela Moraes, Isaura Vieira, Maria Aldina, Artur Teixeira, Carlos Pinheiro, Fátima Sequeira, Ilídio Pontes, Alberto Nogueira, Acácio Lima, Filomena Pereira, Luísa Lopes, Joaquim Bragança, Maria José Martins, Margarida da Conceição, Helena de Sá, Alfredo Martins, Fátima Carvalhais, Celeste Nunes, José Monteiro, Celeste Martins, Helena Pêgo, Odete Correia, Helena Teixeira, Manuela Mendes, Maria Martins, Filomena Teixeira, Gabriela Freitas, Costa Carvalho, António

Fernandes, Maria Delgado, Maria da Assunção Marques, Adriana Vieira, Helena Vasconcelos, Maria Fernandes, Manuel Costa, José Emílio, Fernanda de Paiva, Maria Guedes, Maria do Carmo Varela, Alina Elzarró, Hermínia Proença, Eduarda de Menedo, Maria da Conceição Gomes, Maria Eduarda Cunha, Conceição Salgado, Augusto Brás, Emília Cardoso, Joaquim Dias, Maria Soares, Maria Ribeiro, Cláudio Gonçalves, Elisabete Guerreiro, Maria Duarte Ferreira, Armando Machado, Guilherme da Costa, Manuela Brandão, Paula de Lemos, José Ferreira, Maria Moreira, Adelaide Tovar, Margarida Leite, Manuela Malpique, Irene Cortesão, Antónia Rocha, Maria Eduarda Cardoso, Manuela Sampaio, Lourdes Machado, Maria da Conceição Guerreiro, Fátima Barbosa, Maria Júlia Cardoso, Francisco Leite, Manuela Pereira, Fátima Faria, Rui Joaquim Araújo, Alexandre Pinto, Natália de Almeida, Pacheco Ferreira, Rui Marques, Maria Margarida, Maria João Dias, Gabriela Fernandes, Maria Luis da Costa, Maria Gil Conde, Berta Magalhães, Cecília Braga, Glória Carvalho, Graça Figueiredo, Joaquim Martins, Augusto Pires, Raquel Agostinho, Helena de Noronha, Maria Lapa Rodrigues, Maurício Coutinho, Manuela Ribeiro, Fernanda Melo, André Cordeiro, Helena Cardoso, Manuela Oliveira, Helena Duarte Valente, Graça Diniz, Acácio Silva Vaz, Júlia Ferreira, José Leça, Maria Castilho, Maria do Céu Monteiro, Hermínia Alves, Luísa Alves, Fátima Fonseca, Luísa de Gama, Ândria Coutinho, Dália Almeida, Ana Maria Machado, Helena Rodrigues, Antonieta Cabrita, Isabel Araújo, Carmen Mendes, Maria da Providência, Fernanda Raposo, Antónia Amaral, Silva Marques, Maria Teresa, Maria Resende, Simões de Almeida, Maria Celeste Simões, M.ª Lourdes Baptista, M.ª Teresa Santos, Ana Maria, M.ª Jesus Camelo, Maria Peixoto, Pacheco Pereira, António Teixeira, Nodmí Tavares, Fátima dos Santos, Maria Fernandes, Maria João Oliveira, Maria Monteiro, Maria Lopes, Ana Maria Araújo, Julieta Gonçalves, Umbelina Fernandes, Maria P. Cunha, Maria da Palma, Maria Furtado, José Pereira, Augusto Pascoal, Maria do Céu Nunes, Joaquim Aleixo, Graça Veloso, Maria de Oliveira, Maria Duarte, Maria Cerqueira, Pedro Silveira, João Ferreira da Silva, Maria H. Barata, Maria Salgado, Maria Pulgália, Maria Madruga, Maria Guerra, Maria Morris, Maria Figueiredo, Maria Rodrigues, Maria de Carvalho, Manuel Teixeira, Mário Luis Ribeiro, Manuel Freitas, Ana José Silva Pinto, Isabel Vale, Maria Raposo, Maria Saraiva, Maria Casais Ribeiro, Maria Mendes Dias, António Pereira, Maria José Patrão, Maria Bantas, Margarida Costa, Maria Reis, Isabel Lampreia, Maria José Sequeira, Maria Is. Silva, Maria Manuela, Edgar da Silva, Isabel Melo, António Pinho, Maria Carvalho, Maria Serrasqueiro, Elisabeth Magalhães, Isabel Santos Pires, Dália de Almeida, Luis Filipe Silva, António Gomes, Elsa Rodrigues, Maria Carmocho, Maria Sant'ago, Maria Costa Mota, António Cardoso, Mariana Martinho, Maria Augusto Mendes, Dina Rodrigues, Maria Teresa Gaspar, Alberto da Cruz, Maria Ribeiro, Ana Maria D'Oren, Maria Manuela Santos, Clara Fernandes, Artur de Carvalho, João Serra, Gracindo Costa, Joaquim Vicente, Lídia Alves e Silva, Alberto Cordeiro, Teresa Oliveira, Hermenegildo Duarte, Maria Ribas de Freitas, Maria Nascimento, Francisco Esteves, Anastácia Salgado, Helena Carvalhano, António Veloso, Irene Santana, Maria Espírito Santo, Elisabete Marques, Elisabeth Ferreira, Maria Vasconcelos, Luísa Sarmiento, Maria Gomes da Silva, Maria Sousa Tavares, Maria Morgado, Rui Alfaiate, José Flores da Silva, Maria Isabel da Costa, Maria Santos Silva, Manuel Jorge, Judite Baptista, José Ramos.

A3.16

Última intervenção pública dos Grupos de Estudo durante uma homenagem nacional a Óscar Lopes

21 de Abril de 1974

A PROPÓSITO DE UMA HOMENAGEM

Em 16 de Fevereiro deste ano, o semanário do Porto «A Opinião» anunciou a realização de uma homenagem pública ao professor e escritor Óscar Lopes. Logo começaram a chegar à sua sede, vindas de todo o país, significativas cartas de aplauso e adesão, desde cidadãos anónimos aos nomes mais relevantes da cena política e intelectual portuguesa.

Com efeito, Óscar Lopes é um cidadão e intelectual de prestígio, aquém e além fronteiras. Intelectual profundo e rigoroso, é um cidadão de enraizado ideário democrático. Um homem de ciência consequente.

Os signatários, professores e colegas de Óscar Lopes, entenderam manifestar deste modo a sua inteira adesão a tão justa e devida homenagem e aproveitam o ensejo para expor algumas ideias que consideram fundamentais, dentro do campo profissional em que estão empenhados — a Educação Escolar.

O sistema educativo português tem sido objecto de transformações diversas a que oficialmente se chama «democratização do ensino». Não pretendemos agora investigar as razões (ou necessidades) que forçaram a esta «democratização». Mas queremos chamar a atenção para dois aspectos dessa realidade: o que se diz e o que é. Para tanto, nada mais esclarecedor que alguns exemplos e factos:

— «Os caminhos da Educação são caminhos da liberdade, da responsabilidade e da participação consciente, que é necessário trilhar, para se edificar uma sociedade mais justa e mais feliz, onde todos tenham as condições de vida que a dignidade humana exige»¹.

— «A reforma educativa não nos interessa apenas como trabalhadores da Educação (...) o nosso interesse é também o de cidadãos que convenientemente desejam para os seus compatriotas uma formação mais plena, capaz de contribuir para um exercício mais livre, mais activo e mais responsável dos seus deveres e dos seus direitos como indivíduos e como membros da comunidade (...) estamos afinal, como o Ministro, desejosos de ajudar à afirmação dessa sociedade democrática e pluralista que exige cultura, liberdade, responsabilidade, progresso, poder de iniciativa, coragem»².

— «A Universidade precisa de gente qualificada, não a seleccionando por conceitos ideológicos e sectários, mas pela capacidade, pela inteligência e pela seriedade»³.

Em contraponto, recordemos:

— Óscar Lopes foi afastado do ensino oficial em 1957. Já esteve preso e, longos anos, impedido de se ausentar do país. Para exercer a sua actividade de crítico literário necessitou de ocultar o seu nome. Readmitido, com restrições, ao seu lugar de professor, continua-lhe, porém, vedado o acesso ao magistério no Ensino Superior. (Sabe-se que concorreu a um lugar de professor nas novas universidades.)

— Pelo Artigo 1.º do Decreto - Lei n.º 25 317 de 13 de Maio de 1935 foram afastados do ensino oficial Abel Salazar, Bento de Jesus Caraça, Rui Luís Gomes e muitos outros intelectuais e professores (ainda há bem pouco tempo este famigerado decreto voltou a ser usado).

— Reconhecidos valores da cultura nacional vivem no exílio, impedidos de trabalhar na sua pátria.

— Um recente Despacho da Secretaria de Estado da Instrução e Cultura proíbe aos professores do ensino oficial quaisquer actividades de tipo associativo, fazendo-os incorrer, entre outras, nas penas previstas para as associações secretas e clandestinas.

E mais não carecemos de citar, para que se verifique que a «afirmação dessa sociedade democrática e pluralista» em que os educadores têm obrigação de se comprometer, o que mais continua a exigir de todos nós é «coragem»...

Com essa coragem vamos reafirmar alguns princípios indispensáveis ao contributo que a Educação Escolar pode e tem de dar à inevitável e urgente democratização da vida nacional.

O exercício das funções educativas é um exercício de deveres e direitos cívicos, antes de ser qualquer coisa mais. O homem a formar nasce de uma comunidade social e em espaço geográfico determinados, onde é cidadão. Exercer esta cidadania é um direito pessoal e uma obrigação social. Mas que cidadãos é possível formar através de pessoas cuja cidadania é, de tantas formas, bloqueada? Um novo sistema educativo que coexiste com tais barreiras destina-se a servir de anteparo defensivo a interesses de grupos, contra o progresso e satisfação da maioria nacional⁴. Como consequência, entra no campo educativo uma cisão entre a teoria e a acção, que, nos seus últimos efeitos, resulta numa divisão do próprio homem, que assim fica exposto a refinadas e degradantes manipulações.

A cultura a veicular pelos educadores deverá conter e comunicar as exigências de um humanismo científico, pois que «a verdadeira condição para o desenvolvimento é a civilização científica»⁵. Que proveito renderá ao homem um humanismo que não tem na realidade humana as suas fontes? Não passará de mais outro factor de divisão, isto é, de alienação da sua pessoa, que o afasta dos seus valores e possibilidades próprias e o torna presa fácil de toda a fauna de mistificadores e de uma tensão íntima auto-destruidora.

Constituída por cidadãos em acto e em paz consigo mesmos, toda a comunidade se encontrará capacitada para a formação das suas novas gerações. O bem de todos é irrealizável sem o trabalho de todos, e o desenvolvimento de uma nação será organicamente conseguido quando os seus recursos humanos e materiais forem globalmente aproveitados¹.

Por outro lado, a Educação, como factor do desenvolvimento social, não implica só um índice de participação: a qualidade de formação, organização e orientação é igualmente decisiva. Não atinge, por conseguinte, os objectivos que proclama um sistema educativo compilado nos gabinetes de uma elite «iluminada», que denomina «democratização do ensino» o decretar o funcionamento de escolas de qualquer modo, com quaisquer professores e pelo mínimo custo, que coloca nos centros de decisão e execução elementos seleccionados por critérios ideológicos e é tele-conduzido por abundantes circulares autoritárias.

Esta análise da realidade escolar do nosso país, quanto mais longe é levada mais claramente patenteia a exigência de uma democratização de todas as instituições da sociedade portuguesa. Na realidade, só numa democracia global e autêntica é viável, coerente e fecunda uma democratização da Educação Escolar, através de uma enriquecedora participação cívica, de uma cultura científica, de um aproveitamento integral dos nossos recursos, da aplicação da riqueza nacional segundo uma escala de prioridades fundada nos específicos valores humanos e nas legítimas necessidades e interesses colectivos.

Para isso, e em razão dos princípios que defendemos, impõe-se-nos exigir:

1. Que Óscar Lopes e tantos outros sejam chamados a ocupar os lugares cujo vazio está a empobrecer a cultura e o povo português.
2. Nunca mais se faça uso do Decreto - Lei n.º 25 317 e seja revogado o Despacho n.º 9/74 da Secretaria de Estado da Instrução e Cultura.
3. Seja abolida toda a legislação que impede ou dificulta aos professores o desempenho das suas obrigações profissionais para com o povo a que pertencem e servem.

Porto, Abril de 1974.

Adelaide Goulart
Almeida Felizes
Alzira Neves
António Quadros
Berta Magalhães
Costa Carvalho
Eurico Magalhães
Fernanda Meira
Fins do Lago
Fúza Fernandes
Helena Raposo
Liberta Costa
Luísa Magalhães
Mamela Medina
Maria do Céu Moreira
Maria do Céu Tadeu

Maria Herminia Pereira
Maria Leonor Araújo
Maria de Lurdes Baptista
Maria Manuela Mourão
Matilde Bento
Nozes Pires
Olíndina Gomes
Pereira da Silva
Raúl Gomes
Reis Monteiro
Renato Goulart
Ruth Rodrigues
Sá Couto
Saudade Lopes
Sousa Pereira
Teixeira Lopes

¹ Ministro Veiga Simão.

² Director Executivo do Seminário de Sesimbra, em Abril de 1973, com a participação de técnicos da OCDE.

³ Ministro Veiga Simão.

⁴ René Maheu, Director - Geral da UNESCO.

⁵ Idem.

⁶ Idem.

28 de Abril de 1974

AO PAÍS, AOS PROFESSORES

—COMUNICADO DOS GRUPOS DE ESTUDO DO PESSOAL DOCENTE DO ENSINO SECUNDÁRIO E PREPARATÓRIO

Os grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório divulgou o seguinte comunicado:

«Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório (G.E.P.D.E.S.P.) saúdam, julgando interpretar o sentimento de milhares de professores portugueses, o Movimento das Forças Armadas que pôs termo ao regime que há quase cinquenta anos usurpava todos os direitos e liberdades ao Povo Português. Qualquer política do ensino tem profundas relações com a organização do Estado e da sociedade. A política educacional do chamado Estado Novo foi caracterizada pela total subordinação de ensino à política — entendida no seu sentido partidário e sectário —, inspirada num nacionalismo retrógrado e obscurantista que, a tantos outros factores de ordem económica, social e política, impediu o Povo Português de exercer o direito de soberania.

Como não poderia deixar de ser, a condição social e profissional dos docentes foi particularmente atingida pela política de traição nacional encetada pelo Estado Novo.

Nos últimos anos do regime, sobretudo a partir de 1970, assistiu-se a grande actividade reformadora que, nos seus princípios gerais, apresentava aspectos inovadores em relação à política seguida anteriormente. Contudo, num regime que não havia mudado os seus interesses e objectivos, que recusava o diálogo aberto e a pluralidade de opiniões, seria possível realizar as reformas preconizadas? Ou, por outras palavras, em que medida é que tal democratização do ensino podia ser uma

realidade numa sociedade não democrática, no duplo sentido político e social?

Assim, a contrastar com a promulgação de abundante legislação e a formulação de constantes apelos à participação na tarefa educativa verificou-se, paralelamente à deterioração das condições de trabalho e à perda progressiva do poder de compra dos docentes, a sonegação sistemática do Livre exercício dos direitos de reunião, de associação e de expressão e o agravamento das medidas repressivas sobre estudantes e professores, processo que culminou com a publicação do despacho n.º 9/74, respectivas circulares confidenciais e a recusa de o ministro da Educação Nacional receber em audiência os professores para esclarecimento da sua situação, visando a anulação de toda a movimentação dos professores dos ensinos secundário e preparatório em torno dos G.E.P.D.E.S.P.

As medidas que o Movimento das Forças Armadas se propõem adoptar para restituir aos cidadãos portugueses o exercício efectivo da sua liberdade política e sindical e o inerente direito da reunião e associação, poderão permitir ao nosso povo ser senhor do seu destino. A imediata consciência do facto une num mesmo sentimento de profundo regozijo todos os que por tempo tão longo vinham por ele ansiando e lutando. A esta emoção não é alheio o sentido da responsabilidade que a partir de agora mais do que nunca pesa sobre nós. Porque não há mais impedimentos ou pretextos para alguém se manter indiferente e alienado no trabalho que por dever cívico e profissional nos cabe na discussão de soluções para todos

os problemas que nos afectam como profissionais da educação e do ensino, é preciso mostrar, inequivocamente, que os professores estão dispostos a contribuir, ao lado de todas as camadas progressivas da população, para a liberdade, para a paz, para o progresso sócio-económico e cultural, para a democracia, para uma educação que sirva os verdadeiros interesses do Povo Português.

A total participação do professorado na prossecução destes objectivos do mais alto interesse nacional, exige uma maior integração e responsabilização na gestão da vida escolar e na elaboração do seu estatuto sócio-profissional. O que só poderá ser eficazmente conseguido através de um organismo representativo da classe, como esta há muito tem vindo a expressar através dos seus Conselhos Escolares e dos G. E. P. D. E. S. P. e é vivamente recomendado pela O.I.T. e pela UNESCO. Para concretizar este objectivo e dentro das garantias de liberdade da reunião e associação do programa do Movimento das Forças Armadas, estão já os G.E.P.D.E.S.P. profundamente empenhados na constituição da Comissão Promotora da Associação, enviando os necessários esforços para alargar esta iniciativa ao professorado dos demais ramos do ensino.

Não é senão por uma acção unitária e continuada procurando o apoio esclarecido e actuante dos estudantes, dos pais e da opinião pública em geral, combatendo todas as manobras visando a divisão da classe, que se podem obter resultados.

Os G.E.P.D.E.S.P. estão convictos que os professores não enjairarão as suas responsabilidades.»

Notícia da Assembleia Magna no Pavilhão dos Desportos de Lisboa

2 de Maio

com a participação de cerca de 4 000 professoras e professores

em que foi decidida a criação do inicialmente denominado

Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa e Zona Sul

MILHARES DE PROFESSORES CONSTROEM SINDICATO LIVRE

MAIS de quatro mil professoras dos diversos graus do ensino tornaram ontem exigiu o ginásio da Escola Preparatória Manuel da Maia, em Campo de Ourique, obrigando a que a reunião, em princípio marcada para aquela local, tivesse de ser transferida para o Pavilhão dos Desportos, onde teve início já depois da meia-noite.

Com uma ordem de trabalhos constituída por três pontos, dois deles fundamentais para as aspirações imediatas da classe (nomeação de uma comissão instaladora e saneamento dos cargos superiores e directivos do Ministério da Educação Nacional), a reunião foi conduzida por uma mesa de qual faziam parte os profs. Lindley Cintra, pelo ensino superior, António Teodoro, do Grupo de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório, Costa Carvalho, da direcção provisória do Sindicato dos Professores do Norte, Luís de Aguiar, presidente do Sindicato Nacional dos Professores (a ser constituído num futuro próximo) e Maria Regina Sousa, professora do ensino primário.

A abrir a reunião o ang.º António Abreu, do Instituto Superior Técnico, propôs o envio de um telegrama de apoio e agradecimento ao Movimento das Forças Armadas, proposta que todos os presentes aprovaram por aclamação. Após a leitura de vários telegramas de solidariedade, um dos quais do Sindicato Nacional dos Professores Primários Francisco, entrou-se no primeiro ponto da ordem dos trabalhos (informação) iniciado com uma saudação dirigida por Costa Carvalho a todos os seus camaradas, apelando no sentido de uma união

misão não passaria quaisquer poderes deliberativos; Helena Pato requereu que se apresentassem propostas concretas; Abílio Cardoso leu uma moção já aprovada pelos professores da Escola Novo Gonçalves; Luís Oldreia defendeu a necessidade de reuniões prévias; Manuela Gonçalves solicitou confiança para a Comissão e Isabel Faria, com uma intervenção que mereceu ferver aspas, propôs que fosse fixado o prazo de um mês para a comissão instaladora solucionar os problemas imediatos e durante este período as escolas elegiam os seus representantes.

Continuar reuniões

OBTIDO o acordo da comissão instaladora, a maioria dos presentes foi aprovada a constituição da comissão instaladora, à qual caberá garantir a continuidade das reuniões de classe (uma já marcada para o próximo sábado) e efectuar a procura de uma sede para o futuro sindicato. Ficou ainda assente que a comissão seria constituída por cinco secções, cada uma respeitante a um grau do ensino e composta também por cinco membros. Assim para o Ensino Superior ficaram como representantes Lindley Cintra, António Abreu, Tiago da Oliveira, Vítor Faria da Silva e Manuel Gusmão; para o Ensino Secundário e Preparatório, António Teodoro, Fátima Rodrigues, Helena Pato, António Sousa e Adelaide

Carvalho; e para o Ensino Primário, Pedro Oufre, Gilberto Palma, Maria João Avillez, Flávio Rocha e Rui Passos. Quanto ao Ensino Primário, por não ter sido apresentada nenhuma lista, foi decidido que até à reunião de sábado os professores procederiam à nomeação dos seus representantes.

Como primeira proposta da sua autoria, a comissão instaladora de imediato solicitou que em cada escola se elejassem comissões de quatro membros que constituiriam o elo de ligação e seriam encarregadas de estudar e processar o nível interno dos respectivos estabelecimentos.

Dois e adiantado da hora, e pouco mais de três horas de trabalho foi adiado para a próxima reunião, adiantando que, embora apoiado por maioria, provocou protesto de um grande sector da assistência, que pretendia ver tomadas decisões imediatas quanto à demissão de directores de alguns estabelecimentos de ensino ou até de todos.

No decurso da reunião frequentemente foram entoados em coro «slogans» como «Fora o Velga» (contra a hipótese do ang.º ministro Velga Simão ser chamado ao Governo provisório); «Ensino livre» e «Nem mais um soldado para as colónias».

Manifesto

DURANTE a reunião foi distribuído um manifesto assinado pelos 64 elementos do corpo docente da Escola Indus-



Um ginásio era exigiu para comportar os quatro mil professores que puderam debater abertamente os seus problemas e a assembleia para o Pavilhão dos Desportos

trial e Comercial Alfredo da Silva, no Barreiro, no qual é sustentada a demissão imediata de directores-gerais, inspectores, metodólogos, reitores e directores que «solidários com o Governo fascista, jamais serviram a verdadeira causa do ensino português, antes a entesourando em seus caminhos de liberdade e, quantas vezes, a utilizando em proveito próprio». A participação na gestão escolar, reorganização do movimento associativo estudantil, criação de associações de pais, criação de um Sindicato dos Professores, elaboração de um estatuto do professor, revisão dos planos de curso, gratuidade dos livros escolares, abolição imediata do estágio pedagógico nos actuais moldes, e a reestruturação do mesmo com vista a garantir a necessária preparação

científica e pedagógica a todos os professores são igualmente apontados no manifesto como aspectos prioritários.

Professores do Norte

TAMBÉM numa assembleia magna foi escolhida a direcção provisória do Sindicato dos Professores do Norte, a qual ficou assim constituída:

Osar Lopes (licen.), Rui Rodrigues (licen.), Matilde Bento (licen. preparatório), Ilídio Sereno (licen.), Pereira da Silva (técnico), Sá Costa (técnico), Joaquim Martins (licen. preparatório), Simão da Costa (técnico), Fátima André (primário), Gomes Bento (técnico).

A3.19

Notícia da Assembleia Magna no Palácio de Cristal do Porto

11 de Maio

presidida por Óscar Lopes

com a participação de cerca de 5 000 professoras e professores

que ratificou as decisões da reunião de 29-30 de Abril

em que fora decidida a criação do inicialmente denominado

Sindicato dos Professores do Norte



ASSEMBLEIA MAGNA DE PROFESSORES DO NORTE REITERA CRIAÇÃO DE SINDICATO E DEMISSÃO DE REITORES E DIRECTORES ESCOLHIDOS PELO REGIME DEPOSTO

«Todos sabemos que o movimento associativo do professorado estava em pleno desenvolvimento quando o fascismo o estrangulou, brutalmente, no decénio de 30»—afirmou o Dr. Óscar Lopes, ao dar início à assembleia magna dos professores de todos os níveis de ensino, do Norte do País, que ontem se efectuou na imensa nave do Pavilhão dos Desportos.

A3.20

Capa do primeiro número da revista *O Professor* depois do 25 de Abril
4/5, Outubro de 1974

